



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História



DUNSTANA FARIAS DE MELLO

**PEDRA DE GUARATIBA:
UM LUGAR ONDE O FUTURO NÃO ACONTECEU**



2015

DUNSTANA FARIAS DE MELLO

PEDRA DE GUARATIBA:

UM LUGAR ONDE O FUTURO NÃO ACONTECEU

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração História Social.

Orientador:

Prof. Dr. Joaquim Justino Moura dos Santos.

**Rio de Janeiro – RJ
2015**

Capa: Imagem de autor desconhecido.

M527 Mello, Dunstana Farias de.
Pedra de Guaratiba: um lugar onde o futuro não aconteceu /
Dunstana Farias de Mello, 2015
165 f. ; 30 cm

Orientador: Joaquim Justino Moura dos Santos.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

1. Guaratiba (Rio de Janeiro, RJ) – História. 2. Favelas – Aspectos
sociais – História – Guaratiba (Rio de Janeiro, RJ). 3. Memória –
Aspectos sociais. I. Santos, Joaquim Justino Moura dos. II. Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e
Sociais. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD – 981.53

DUNSTANA FARIAS DE MELLO

PEDRA DE GUARATIBA:

UM LUGAR ONDE O FUTURO NÃO ACONTECEU

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração História Social.

Resultado: Aprovada.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Joaquim Justino Moura dos Santos (orientador)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof^a. Dr^a. Icléia Thiesen
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof. Dr. Antonio Edmilson Martins Rodrigues
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Aos meus pais, Raul e Edssa (in memoriam), e a Angélica Goulart, pela confiança que um dia em mim depositaram, cada um a seu modo.

AGRADECIMENTOS

Voltar a estudar, depois de tantos anos me dedicando apenas ao trabalho docente, foi como uma aventura pelos sete mares. Abismos desconhecidos de teorias envolvidas em cada nova leitura, monstros extraordinários para vencer a cada nova página escrita... E tudo para chegar a um porto seguro com a nau repleta de riquezas inacreditáveis. Chegar ao final da jornada é maravilhoso, mas a trajetória é igualmente gratificante, principalmente, por causa das pessoas que conhecemos e com quem convivemos e dividimos o caminho.

Uma dissertação de mestrado não se faz isoladamente, portanto. Ela é o resultado da colaboração de muitas pessoas que interferem direta e indiretamente em nossa pesquisa. As primeiras são, sem dúvida, muito importantes, porque nos norteiam para que possamos tirar o melhor de nós mesmos. Mas as segundas são especiais, porque são aquelas que contribuem, muitas vezes sem perceberem que o fazem, quando nos dão suas palavras carinhosas de apoio e incentivo. Ao longo dessa trajetória tive a felicidade de poder contar com a participação de muitas pessoas, às quais quero agradecer neste momento muito importante e especial para mim.

Começo por agradecer especialmente ao meu orientador, que me conduziu neste processo com sabedoria e serenidade, professor Joaquim Justino Moura dos Santos, por acreditar nesta pesquisa e em minha capacidade para executá-la.

Estendo meu agradecimento à professora Icléia Thiesen, a quem tive o prazer de conhecer como membro da banca de qualificação e que também integra a banca de defesa, pelas valiosíssimas contribuições, que foram incorporadas a esta pesquisa e que me permitiram reorganizá-la e refiná-la.

Sou grata também aos meus colegas, aos professores e aos funcionários do mestrado, pela muito agradável convivência que tivemos. Agradeço, particularmente, aos primeiros, pelo constante incentivo e pela parceria, aos docentes, pelos preciosos momentos de acesso às leituras, reflexões e discussões, que foram fundamentais para o desenvolvimento da minha pesquisa, e à equipe do PPGH, pela grande ajuda que me deram ao tirarem as muitas dúvidas de uma veterana iniciante como eu.

Agradeço também à equipe do Ecomuseu de Santa Cruz, que me recebeu e se dispôs a me ajudar com carinho e empenho, disponibilizando seu acervo, e às equipes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e da Biblioteca da UNIRIO, pelo suporte a mim oferecido.

Prossigo agradecendo aos meus amigos e colegas de trabalho, os professores e funcionários da Escola Municipal Deborah Mendes de Moraes, em Pedra de Guaratiba, que ao

longo de todo este tempo tiveram a paciência de me ouvir, que me apoiaram nos momentos de insegurança e incerteza e que colaboraram com valiosas sugestões ao meu trabalho. Quero fazer um agradecimento especial à direção da escola pela compreensão e apoio.

Não posso esquecer-me de dizer o quanto sou grata também aos meus alunos das turmas dos oitavo e nono anos, de 2014, da Escola Deborah Mendes de Moraes, pela efetiva contribuição à minha pesquisa, com o trabalho de campo que realizaram junto às suas famílias.

Prolongo os meus agradecimentos às pessoas por mim entrevistadas, às quais se dispuseram a me receber em suas casas e a ceder algumas horas de suas vidas, para me contar as suas histórias e as memórias que preservam sobre o lugar onde vivem.

Por fim, agradeço aos meus familiares pelo apoio e incentivo, que me permitiram ter a confiança e a certeza de poder realizar este trabalho. Sou grata particularmente a minha irmã, Edsa, pelo árduo trabalho de revisão de texto que realizou com carinho e dedicação, e ao meu querido esposo, Alexandre, e à minha amada filha, Raquel, pela paciência que tiveram em me ouvir nos momentos difíceis.

Sem a participação de cada um de vocês, não teria sido possível realizar este trabalho.

A todos, minha eterna gratidão.

Dunstana Farias de Mello

Quando se gosta da vida, gosta-se do passado, porque ele é o presente tal como sobreviveu na memória humana.

(Marguerite Yourcenar)

RESUMO

Esta pesquisa trata das formas de ocupação da terra na região de Guaratiba (XXVI Região Administrativa do Rio de Janeiro), localizada na Zona Oeste da cidade, durante as três últimas décadas do século XX, e de suas consequências para o bairro de Pedra de Guaratiba, situado nesta região. O objetivo principal é analisar até que ponto a chegada de novos moradores e a formação de favelas na região modificaram as expectativas dos habitantes de Pedra de Guaratiba quanto ao futuro esperado e desejado para o lugar. Foi necessário para isso investigar a procedência e a trajetória dos moradores das favelas e o grau de relacionamento destes com o bairro, bem como captar as impressões dos moradores de Pedra de Guaratiba sobre os recém-chegados. A metodologia utilizada privilegia os relatos orais de pessoas residentes nas favelas, no bairro citado e fora da região, para conhecer e confrontar pontos de vista diversos sobre o tema aqui estudado. Foi igualmente importante comparar os depoimentos obtidos com as publicações em jornais do período e com um levantamento de dados feito junto aos alunos da Escola Municipal Deborah Mendes de Moraes, moradores, quase todos, das favelas do Piraquê e da Reta, localizadas em Guaratiba. Os resultados alcançados indicam que havia uma expectativa por parte dos moradores do bairro de Pedra de Guaratiba que não foi atendida ao longo das décadas estudadas, em decorrência das experiências por eles vivenciadas, quanto ao crescimento populacional desordenado e ao processo de degradação ambiental da Baía de Sepetiba que banha a região e que foi por muito tempo fonte de sustento de uma grande parcela de moradores do lugar.

Palavras chave: Memória. Favela. História do Lugar. Rio de Janeiro. Guaratiba. Pedra de Guaratiba.

ABSTRACT

This research deals with the forms of land occupation in *Guaratiba* region (XXVI Administrative Region of *Rio de Janeiro*), located in the *Zona Oeste* (West Zone), during the last three decades of the twentieth century, and its consequences for the *Pedra de Guaratiba* neighborhood located in this region. The main objective is to analyze to what extent the arrival of new residents and slum formation in the region have changed the expectations of the people of *Pedra de Guaratiba* as to their expected and desired future for that place. It was necessary to investigate the origins and the trajectory of slum dwellers and the degree of relationship of these with the neighborhood as well as capture the impressions of *Pedra de Guaratiba* residents about the newcomers. The methodology focuses on the oral accounts of people living in slums, in the neighborhood and outside the region, to meet and confront different views on the subject studied here. It was also important to compare the statements obtained by publications in newspapers of the period and a data survey made by the students of the School *Deborah Mendes de Moraes*, who are almost all of them residents of the slums of *Piraquê* and *Reta*, located in *Guaratiba*. The results achieved indicate that there was an expectation on behalf of the residents of *Pedra de Guaratiba* neighborhood that was lost over the decades studied, due to the experiences they have come through, as the disorganised population growth and environmental degradation of the Bay of *Sepetiba* which bathes the region and which has long been a source of livelihood for a large portion of the residents of the place.

Keywords: Memory. *Favela*. History of places. Urbanization. *Rio de Janeiro*. *Guaratiba*. *Pedra de Guaratiba*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Mario dos Santos, “Sr. Mário Bomba”.....	29
Figura 2 –	Sebastiana Martins de Carvalho, “D. Tiana”.....	31
Figura 3 –	Flordelina da Silva Lima, “D. Preta”.....	32
Figura 4 –	Severina Antônia de Carvalho, “D. Severina”.....	34
Figura 5 –	João Carlos Salles, “Sr. Carlinhos”.....	35
Figura 6 –	Hugo Gruenwald, “Sr. Hugo”.....	37
Figura 7 –	Wilson Honorato de Barros, “Dr. Wilson”.....	38
Figura 8 –	Ana Maria Alcântara Lima, “Dona Ana”.....	40
Figura 9 –	Mapa da Cidade do Rio de Janeiro, destacando os bairros da XXVI RA Guaratiba: Pedra de Guaratiba, Barra de Guaratiba e Guaratiba e o sub-bairro de Ilha de Guaratiba.....	42
Figura 10 –	Mapa do Bairro de Pedra de Guaratiba, destacando as comunidades vizinhas do Piraquê e da Reta, instaladas no Bairro de Guaratiba.....	43
Figura 11 –	Língua negra na Praia de Pedra de Guaratiba (Coqueirinho).....	53
Figura 12 –	Família de posseiros expulsos das terras da Fazenda Leocádia.....	60
Figura 13 –	Construções irregulares sobre as areias da praia de Pedra de Guaratiba (1974).....	66
Figura 14 –	Estrada da Matriz, próximo do Piraquê.....	68
Figura 15 –	Estrada da Pedra na entrada da Reta (2015).....	73
Figura 16 –	Mapa das comunidades ao longo da Estrada da Pedra (Reta da Pedra)...	86
Figura 17 –	Mercado de peixes de Pedra de Guaratiba.....	97
Figura 18 –	Anúncio de creme embelezador “CECILUR”.....	100
Figura 19 –	Praia de Pedra de Guaratiba em 1968.....	101
Figura 20 –	Capela de Nossa Senhora do Desterro, em Pedra de Guaratiba.....	111
Figura 21 –	Anúncio do loteamento Vila Mar de Guaratiba.....	113
Figura 22 –	Sede da Banda Deozílio Pinto, em Pedra de Guaratiba.....	114
Figura 23 –	Fachada da Casa da Cultura e Ecologia, em Pedra de Guaratiba.....	121
Figura 24 –	Feira de artesanato no Largo da Pedra.....	123
Figura 25 –	O Rio e a Favela do Piraquê.....	132
Figura 26 –	Loteamento Jardim Guaratiba (2015).....	137

LISTA DE QUADRO E TABELAS

Quadro 1 –	Perfil dos entrevistados.....	28
Tabela 1 –	Pessoas residentes dentro e fora de favelas no Rio de Janeiro em 1960 e 2000.....	64
Tabela 2 –	População residente no Município do Rio de Janeiro, segundo tipo de setor censitário (normal/subnormal), por Área de Planejamento, 1991/1996/2000.....	78
Tabela 3 –	Taxas geométricas médias anuais de crescimento da população residente no Município do Rio de Janeiro, segundo tipo de setor censitário (normal/subnormal), por Área de Planejamento, 1991/1996/2000.....	78
Tabela 4 –	População residente na Cidade, na Área de Planejamento 5 e na XXVI Região Administrativa, do Município do Rio de Janeiro, segundo tipo de setor censitário (normal/subnormal), 1991/1996/2000.....	79
Tabela 5 –	Taxas geométricas médias anuais de crescimento da população residente na Cidade, na Área de Planejamento 5 e na XXVI Região Administrativa, do Município do Rio de Janeiro, segundo tipo de setor censitário (normal/subnormal), por Área de Planejamento, 1991/1996/2000.....	79
Tabela 6 –	Trajetória dos responsáveis dos alunos da E. M. Deborah Mendes de Moraes.....	87
Tabela 7 –	Origem dos responsáveis dos alunos da Escola Municipal Deborah Mendes de Moraes.....	128
Tabela 8 –	Local de moradia dos alunos da Escola Deborah Mendes de Moraes.....	129

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AP	Área de Planejamento.
APAPG	Associação de Pescadores e Aquicultores de Pedra de Guaratiba.
BNH	Banco Nacional de Desenvolvimento.
CEASA	Centrais Estaduais de Abastecimento Sociedade Anônima.
CEDAE	Companhia Estadual de Água e Esgoto
CEHAB	Companhia Estadual de Habitação e Obras.
CETEx	Centro Tecnológico do Exército.
COSIGUA	Companhia Siderúrgica da Guanabara.
D.	Dona.
Dr.	Doutor.
E.M.	Escola Municipal.
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
FIPERJ	Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro.
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IEF	Instituto Estadual de Florestas.
IPP	Instituto Pereira Passos.
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano.
JICA	Agência de Cooperação Internacional do Japão.
PESAGRO	Empresa de Pesquisa Agropecuária.
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RA	Região Administrativa.
Sr.	Senhor.
SUDEPE	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca.
TKCSA	ThyssenKrupp CSA (Companhia Siderúrgica do Atlântico).

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	13
2 AS MEMÓRIAS COM AS QUAIS POSSO CONTAR.....	21
2.1 A OPÇÃO PELAS FONTES ORAIS.....	21
2.2 A ESCOLHA DOS ENTREVISTADOS.....	26
2.3 O PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	28
3 GUARATIBA NO CONTEXTO DA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO...	41
3.1 A XXVI REGIÃO ADMINISTRATIVA GUARATIBA.....	41
3.2 POSSE E PROPRIEDADE DA TERRA E ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA.	44
3.2.1 Uma Freguesia Rural.....	46
3.2.2 O Desenvolvimento Urbano.....	52
3.2.3 Os Conflitos Sobre Posse e Propriedade da Terra.....	58
3.2.4 O Destino Planejado.....	62
3.2.5 As Novas Demandas.....	67
3.3 A FORMAÇÃO DAS FAVELAS DO PIRAQUÊ E DA RETA.....	69
3.3.1 As Favelas na Cidade do Rio de Janeiro.....	70
3.3.2 A Favelização da Zona Oeste.....	74
3.3.3 As Estratégias de Ocupação.....	80
4 AS PECULIARIDADES DE PEDRA DE GUARATIBA.....	88
4.1 A IDENTIDADE CONSTRUÍDA ATRAVÉS DA PESCA.....	88
4.1.1 Os Novos Investimentos.....	93
4.1.2 A Pesca Predatória.....	95
4.1.3 A Preocupação Com o Meio Ambiente.....	98
4.1.4 A Identidade de Pescador.....	104
4.2 VELHAS E NOVAS TRADIÇÕES.....	107
4.2.1 As Velhas Tradições.....	110
4.2.2 As Novas Tradições.....	115
4.3 OS NOVOS VIZINHOS.....	124
4.3.1 Uma visão Sobre as Favelas.....	125
4.3.2 A Relação Entre Favela e Pobreza.....	130
4.3.3 A Construção de Fronteiras.....	133
4.3.4 As Expectativas Frustradas.....	138
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
REFERÊNCIAS.....	145
APÊNDICES.....	150
ANEXOS.....	158

1 APRESENTAÇÃO

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. [...] É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (CERTEAU, 1982, p. 56).

O bairro de Pedra de Guaratiba situa-se na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro e está às margens da Baía de Sepetiba, incluindo-se na XXVI Região Administrativa Guaratiba, juntamente com outros dois bairros, o de Barra de Guaratiba e o de Guaratiba. Este último ganhou características urbanas e mais tipicamente populares, ao acolher em suas terras novas comunidades que se formaram na segunda metade do século XX. Até então toda a região de Guaratiba era predominantemente rural e pouco povoada.

Na década de 1960, os governos (do antigo estado da Guanabara e posteriormente do Município do Rio de Janeiro) transferiram favelas da Zona Sul da cidade para conjuntos habitacionais na Zona Oeste. As Regiões Administrativas de Campo Grande e de Santa Cruz receberam grande parte dessa população. A Região Administrativa Guaratiba, ao contrário, não recebeu nenhuma transferência de população por iniciativa governamental, mas contou com uma gradativa migração, tanto de pessoas que se estabeleceram em áreas já loteadas e legalizadas, como de outras que ocuparam áreas de loteamentos clandestinos. Entretanto, a terra, que encanta gerações desde a época colonial, devido às belezas naturais (MANSUR, 2008, p. 88-94), vem sendo prejudicada pela falta de investimentos em saneamento básico, serviço coletivo este, que não acompanhou o crescimento populacional da Zona Oeste da cidade, provocando uma forte degradação ambiental no entorno da Baía de Sepetiba, como pode ser visto no relatório da FEEMA (1993).

A pesquisa aqui desenvolvida tem como objeto de estudo a região de Guaratiba a partir de 1970, época em que a economia local ainda estava voltada em grande parte para a pesca e a agricultura. Pretendo, ali, conhecer a relação que se estabelece entre os antigos e os novos moradores dos anos 1970 aos 2000, período no qual a especulação imobiliária na região se intensificou em suas terras. Para expressar a relevância do recorte espacial e temporal da pesquisa, começo por definir o que Rüsen (2001) entende sobre o conceito a que deu o nome

de “carência de orientação”¹, ou “interesses” que deram suporte às primeiras linhas desse trabalho e impulsionaram a busca e seleção das fontes que nele foram utilizadas. A motivação inicial deste estudo ligou-se à percepção sobre a existência de comunidades inseridas na região de Guaratiba, sobretudo nas proximidades do bairro de Pedra de Guaratiba, área de ocupação humana muito mais antiga, que remonta ao século XVI. Em Guaratiba, formaram-se duas áreas de ocupação distintas entre si e também com características diversas da população até então residente ali: as favelas do Piraquê e da Reta. As populações migrantes que se instalaram na região são originárias, em grande parte, de outros estados do país, especialmente do Nordeste. Seus filhos são absorvidos por escolas locais da rede pública de ensino do Município do Rio de Janeiro. Investigo, portanto o que motivou essas pessoas a escolherem Guaratiba para morar, assim como quais os vínculos que estabeleceram com esses novos lugares de moradia, com os antigos moradores do bairro de Pedra de Guaratiba e entre elas mesmas.

Quem são essas pessoas, quais são suas origens, o que as motivou a viver na região e quais as relações que estabelecem entre si e com a localidade que as acolheu para viver, são questões fundamentais a serem analisadas para entender por que a comunidade do Piraquê, embora instalada de forma desorganizada, com vielas e becos, consegue ter uma associação de moradores desde 1981 e não foi atingida pelo flagelo do tráfico de drogas. Ao mesmo tempo, é preciso perguntar por que, ao contrário, as comunidades que se encontram às margens da Estrada da Pedra (chamada Reta da Pedra), ou seja, o Jardim Guaratiba, o Jardim Cinco Marias e o Pingo D’Água, que se formaram sobre terrenos desses loteamentos, respeitando o traçado das ruas e que apresentam uma estrutura espacial menos conturbada, até bem pouco tempo, esteve dominada pelo tráfico.

A bibliografia existente sobre a região de Guaratiba trata em grande parte sobre o ecossistema e os problemas ambientais locais. Há também algumas produções acadêmicas recentes, que tratam sobre a memória dos pescadores e sobre a ocupação do solo. As obras e fontes outras, selecionadas e consultadas sobre seus lugares, ou mesmo que só os mencionam, serão bastante úteis para o estudo da organização espacial da população imigrante, com suas características sociais, econômicas e culturais, bem como para a avaliação do seu impacto sobre a população preexistente predominantemente rural e da atividade pesqueira, como pretendo demonstrar, com dados mais objetivos, na primeira parte deste trabalho. Análise

¹ Termo elaborado por Jörn Rüsen quando descreve os cinco fatores do pensamento histórico: “carência de orientação no tempo” ou “interesses”, “idéias”, “métodos”, “formas de apresentação” e “funções”. Seguirei essas etapas para expor, de forma sistemática, o desenvolvimento da presente pesquisa. Cf. RÜSEN, 2001.

também jornais de grande circulação que tratam de aspectos da Região de Guaratiba no contexto da Cidade do Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*² (1940-2003), *Diário do Rio de Janeiro* (1844), *Última Hora* (1951-1984) e *Gazeta de Notícias* (1950-1956).

A expectativa dos moradores de Pedra de Guaratiba de verem a região preservada e transformada em um balneário desfez-se principalmente com a presença da comunidade do Piraquê e as consequências de ordem ambiental e de segurança que ela acarretou. Para compreender quem são esses novos moradores, sua origem ou procedências e características particulares, como já sugeri, bem como, o que pensam sobre os lugares onde vivem, entre outros procedimentos e fontes, realizei entrevistas com os moradores (Apêndice A), para diagnosticar o local de origem e a trajetória, após a chegada ao Município do Rio de Janeiro, até chegarem a Guaratiba. Além disso, investiguei os porquês de terem optado pela região, e, como tem sido a sua adaptação ao novo local de moradia e o que pensam sobre ele. Levei em consideração também, nesse estudo específico, o tempo de moradia, as relações sociais e de vizinhança estabelecidas entre as pessoas e/ou os profissionais, tenham sido as já trazidas em suas bagagens de vida ao chegarem, ou as ali construídas no processo de fusão de experiências, vivenciadas em outros lugares, de onde tenham vindo.

Em outras palavras enveredei pela oralidade. A história oral, inicialmente vista como uma nova forma de abordagem histórica, entre outras coisas, tendo como objeto de estudo preferencialmente, neste caso, as camadas dos silenciosos e excluídos (marginais, mulheres, proletários), é inovadora porque suas abordagens dão preferência à “história vista de baixo”³, às visões subjetivas e às trajetórias individuais, numa perspectiva micro-histórica, assim tratada por François (2006, p. 4). Os problemas de ordem epistemológica e metodológica no processo de interpretação das fontes orais residem no fato de que, ao lidar com elas, o historiador não pode deixar de ter em mente que todo discurso é indireto, pois é fruto da interpretação daquele que o colhe (GINZBURG, 1989). Considerados os cuidados necessários ao uso das fontes orais, não se pode negar sua fecundidade e, portanto, não se pode abrir mão delas. O objetivo dos micro-historiadores, segundo Revel (2000, p. 21-32), é preencher a realidade ao máximo possível de aspectos diversificados da vida social. Para isso, é preciso diversificar a qualidade das fontes. Se for possível, o estudioso deve ampliar o espaço e o tempo e encontrar um mesmo indivíduo em vários contextos sociais diferentes. Por vezes, pode-se encontrar um equilíbrio relativo decorrente das trajetórias comuns e do uso de

² O *Jornal do Brasil*, particularmente, foi uma das principais fontes utilizada, pela facilidade de consulta, através do acervo digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

³ Termo cunhado por Edward Palmer Thompson (1981).

estratégias semelhantes por diversos atores. Assim, será possível construir um panorama bastante amplo que renova o sentimento de se constituir uma história total, porém agora vista a partir de baixo. A escolha do indivíduo não entra em contradição com o social, porque a micro-história estuda o social como um conjunto de inter-relações entre indivíduos e grupos que estão em constante transformação. A análise das estratégias pessoais e familiares, como sugere o mesmo autor, pode trazer a tona certa regularidade de comportamentos de um determinado grupo social, porém é preciso avaliar também as mudanças dessas estratégias em decorrência das transformações que acontecem na vida cotidiana. Grendi (1998, p. 262) chega a uma conclusão enfática ao afirmar, por exemplo, que:

...parece-me evidente que a prática micro-histórica é hoje uma das mais vivas e uma das mais fecundas do ponto de vista analítico: a escolha essencial de uma escala de observação se baseia na convicção central de que ela oferece a possibilidade de enriquecer as significações dos processos históricos por meio de uma renovação radical das categorias interpretativas e de sua verificação experimental.

A microanálise deve permitir, portanto, um estudo mais complexo e rico, incorporando diferentes aspectos da experiência coletiva. Neste estudo sobre Guaratiba, tento identificar indivíduos que se constituíram em atores, representativos do perfil de cada comunidade, de forma que me permitisse acrescentar o maior número possível de variáveis, sem deixar de identificar suas regularidades. Assim, manteve-se em foco, no decorrer da pesquisa, a noção de que seria preciso reelaborar constantemente os instrumentos de observação e ter os objetos de estudos sempre redefinidos. Se por um momento o bairro de Pedra de Guaratiba e as comunidades da Reta e do Piraquê são coletividades, elas trazem também indivíduos, com atuações individuais, mas que são capazes de refletir em parte a trajetória do coletivo. Os dados quantitativos provenientes de estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Pereira Passos (IPP) trazem leituras e informações importantes, sobretudo em se tratando de populações migrantes e de crescimento urbano. Por exemplo, os recenseamentos populacionais do município do Rio de Janeiro, realizados durante o período aqui abordado, além de outros anteriores a título de dimensionar a evolução do processo de mudanças nos lugares investigados, foram confrontados com os produzidos como resultados das entrevistas nos lugares pesquisados.

Uma investigação vista de baixo que, ao mesmo tempo, possa ser qualitativa, precisará selecionar casos significativos, mas não necessariamente frequentes (STONE, 1971 apud PONI; GINZBURG, 1989, p. 176), combinando a ótica não elitista da linha investigativa quantitativa, voltada para os amplos grupos sociais, com a análise particularizada própria da

linha qualitativa. A história social clássica (REVEL, 1998, p. 23-24) construía-se a partir das entidades sociais, como as aldeias, as paróquias, a cidade, os grupos profissionais, a classe, assim como de sua significação sócio-histórica. A partir de iniciativas isoladas, como a de E. P. Thompson, cresceu a convicção de que a análise histórica não podia se dar apenas em termos da distribuição e classificação das entidades. Primeiro, por haver uma crítica aos critérios de classificação e às taxinomias históricas e, segundo, porque posteriormente cresceu o interesse pelos fenômenos de inter-relação na produção da sociedade. Ao tratar os indivíduos como atores, como na acepção de Revel, tomando as estratégias sociais empreendidas em nível local e inter-relacionando os indivíduos e os diversos contextos em que se inserem, apresenta-se desenvolvido o conceito de estratégia presente na obra de G. Levi (2000), assim como as noções de heterogeneidade do social e de possibilidades de escolhas individuais e coletivas, inspiradas na obra do norueguês Fredrik Barth (2000). Em suas proposições, os agentes sociais são percebidos como atores capazes de tomar decisões livremente dentro de limites determinados pelas incertezas. Levi também compartilha com Barth uma crítica aos modelos estrutural/funcionalista, onde o pesquisador vai buscar na realidade elementos que validem o modelo. Uma saída para isso estaria na relação entre as situações analisadas e seus contextos, na dicotomia entre o micro e o macro (LIMA, 2006, p. 259), não como uma hierarquia de explicações, mas como um problema de escala, como uma conexão dinâmica, porque a redução da escala permite ao historiador investigar aspectos mais concretos que de outro modo não seriam perceptíveis. A crítica ao modelo macro estático e generalizante era justamente a impossibilidade de ver os comportamentos desviantes do modelo e, portanto, do funcionamento real das interações sociais. Para Barth, o modelo não responde, porque “todos os sistemas de normas são fraturados pelas suas incoerências internas” (LIMA, 2006, p. 261) e apenas um olhar sobre as divergências e discontinuidades poderia gerar a compreensão do processo dinâmico de transformações sociais de um ponto de vista mais concreto. A compreensão das estratégias individuais permite estabelecer como os processos de grande escala são absorvidos ou confrontados. Portanto, a redução da escala de análise vai esclarecer como funcionam as normas que, através de suas incoerências internas, abrem o potencial para a mudança. A sociedade, segundo Barth (Apud LIMA, op. cit.), seria o resultado cumulativo da tomada de decisão e da construção incessante de diversas pessoas com diferentes objetivos. As noções de estratégia desenvolvidas por Fredrick Barth (2000) mostram-se muito úteis para a pesquisa sobre Guaratiba e podem ajudar a compreender de que forma os novos moradores acomodaram-se na região e também os meios de defesa, se houve, dos moradores mais antigos às transformações decorrentes das migrações. A

comunidade de Pedra de Guaratiba, localidade mais antiga da região, viu crescer ao seu entorno comunidades de imigrantes, que gradativamente se tornaram aos olhos daquela a origem dos males da região, responsáveis pela degradação ambiental da baía, por lançarem nela esgoto sem tratamento, por serem promotores da violência, por permitirem a presença do tráfico de drogas na região, além de serem acusados de transformar a imagem do lugar, antes considerado um paraíso bucólico e agora demudado em local de marginalidade e de pobreza. A “expectativa”, na definição de Reinhart Koselleck (2006), de que a região se tornasse um balneário e de que o progresso traria melhorias nessa direção, como o aterramento de parte da baía, a construção de avenidas a beira-mar e o tratamento de esgoto, frustraram-se com a presença cada vez mais intensa de novos moradores, estabelecidos de modo desordenado.

Outro conceito valioso para a compreensão das transformações ocorridas no tempo e no espaço aos quais esse estudo é dedicado é o de reterritorialização, estudado por Haesbaert. Para Haesbaert, (2006, p. 35-98) o território se define a partir de “relações de poder mediadas pelo espaço”⁴, num sentido amplo, que inclui a força tanto dos “micropoderes”⁵, como o “poder simbólico”⁶, podendo existir a ocorrência tanto de macro como de microterritórios, configurados a partir de uma maior ou menor carga funcional e simbólica. Haesbaert apresenta a definição de território sob três diferentes grupos de abordagens. Primeiro, as abordagens materialistas, que podem ser divididas em outras três concepções básicas: as de cunho naturalista, em que o território é concebido como um substrato material; a concepção econômica, em que o território é visto como um espaço relacional mais concreto; e aquela em que o território é um espaço de dominação política. Segundo, as abordagens idealistas, em que, de uma maneira geral, o território aparece definido e delimitado segundo uma dimensão social simbólica. Por último, as abordagens integradoras, onde o território só pode ser entendido numa perspectiva que integre as dimensões da sociedade e da natureza, ou seja, que reúna o natural e o político, o econômico e o cultural. Em Pedra de Guaratiba, acredito identificar a dinâmica da reterritorialização do espaço na construção e reconstrução das tradições que simbolizam e identificam os microterritórios ali presentes: pescadores, artesãos, novos moradores.

Para concluir, a importância de investigar a formação populacional dessa região, quanto a sua origem e às formas de organização social que assumem na localidade, reside no fato de não haver historiografia suficiente que elucide as transformações que ocorreram de

⁴ Conceito que busca em M. L. Souza. Cf. HAESBAERT, 2006, p. 81.

⁵ Conceito que busca em Foucault. Cf. HAESBAERT, op. cit., p. 83-84.

⁶ Conceito que busca em Bourdieu. Cf. HAESBAERT, op. cit., p. 90.

forma acelerada nas últimas quatro décadas, mudando radicalmente o perfil da região. O presente trabalho busca contribuir para a compreensão das origens e das diferentes formas de organização social de duas comunidades dentro de uma mesma região, as favelas da Reta e do Piraquê, considerando a ocorrência do fenômeno das migrações para a região sudeste do país e o conseqüente crescimento desordenado das áreas mais pobres, particularmente as situadas na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro. Pode-se encontrar alguns estudos antropológicos sobre algumas favelas da cidade, que apresentam relevantes questões, porém a historiografia, do ponto de vista da história social, trata sobre esses temas ligados às migrações e à relação centro-periferia no âmbito das relações capitalistas em uma perspectiva macro-histórica. Uma das preocupações deste trabalho é investigar as migrações ocorridas na região de Guaratiba, levando em conta a mudança no perfil da população local preexistente, em decorrência da população migrante que apresentou diferentes origens e características ao longo do tempo.

Em Guaratiba, as três comunidades, Pedra de Guaratiba, Piraquê e Reta, mantêm-se separadas, pois cada uma delas desenvolveu seu próprio comércio e seus centros de lazer. Porém, existem áreas de convivência, sendo a principal delas as escolas do Ensino Fundamental, local que permite a construção de novos muros e ao mesmo tempo a sua transposição. Assim, junto aos alunos da Escola Municipal Deborah Mendes de Moraes, situada em Pedra de Guaratiba, iniciei um estudo sobre as comunidades do Piraquê e da Reta, recolhendo informações que pudessem contribuir para essa tarefa, e, por esse caminho, abarcar e construir um conhecimento sobre a “história do lugar” (SANTOS, 2002). Neste ponto, retorno ao que Jörn Rüsen (2001) define como um ciclo que começou com a “carência de expectativas”⁷ e se encerra com as “funções de orientação existencial”⁸, ou seja, o fim último da produção historiográfica: o que escrevo e para quem escrevo. Se o que busco no passado é estudar a presença das populações imigrantes, e analisar as conseqüências desta presença para os antigos moradores do bairro de Pedra de Guaratiba, devo, então, ter a própria comunidade escolar e do lugar como objeto de meus interesses iniciais e como finalidade última.

A presente dissertação divide-se em cinco partes:

Primeiramente, a **Apresentação**, em que, neste momento, relato sobre a motivação que me levou a escolher este tema, a definir meu objeto de estudo e a traçar meus objetivos, bem como a estabelecer os passos para alcançá-lo.

⁷ Grifo meu. Cf. nota 1.

⁸ Idem.

Na segunda parte, intitulada **As memórias com as quais posso contar**, justifico a importância das fontes orais para a pesquisa, o processo de escolha dos entrevistados e os apresento a cada um.

A terceira parte, **Guaratiba no contexto da Zona Oeste do Rio de Janeiro**, trata de como a atual XXVI Região Administrativa Guaratiba está inserida no contexto de desenvolvimento da Zona Oeste da cidade. Iniciei com a localização dos bairros de Pedra de Guaratiba, Barra de Guaratiba e Guaratiba, e também o sub-bairro de Ilha de Guaratiba e as favelas do Piraquê e da Reta, para melhor compreensão geográfica dos lugares aqui estudados. Apresento também as transformações sofridas a partir da segunda metade do século XX, quanto às formas de acesso à terra e às formas de reprodução de bens. Também trato das comunidades que se constituíram no bairro de Guaratiba e que fazem fronteira com o bairro de Pedra de Guaratiba. Observo ainda como, a partir da década de 1970, as favelas do Piraquê e da Reta cresceram e quais as formas de ocupação do solo que desenvolveram. Pretendo também estabelecer um eixo entre as mudanças ocorridas no contexto da cidade, quanto às formas de ocupação do solo urbano e as consequentes transformações sofridas pelas favelas mais antigas, e sua influência sobre a Zona Oeste e sobre a região de Guaratiba.

Na quarta parte, nomeada de **As peculiaridades de Pedra de Guaratiba**, disserto, mais especificamente, sobre o bairro de Pedra de Guaratiba, no que diz respeito aos graves problemas que a poluição ambiental da Baía de Sepetiba, que se asseverou ao longo do século passado, trouxe para os pescadores tradicionais locais. Confirmo a importância de se reconstituir as tradições do lugar, algumas muito antigas, outras nem tanto, para preservação de sua identidade, como as manifestações culturais que se formaram e se reproduziram no bairro de Pedra de Guaratiba, e confronto as expectativas que se construíram com as experiências que se constituíram, entre os anos de 1970 e 2000. E por fim, procuro demonstrar qual o perfil dos moradores do Piraquê e da Reta, bem como as semelhanças e diferenças entre as duas localidades e as relações existentes entre seus habitantes e os antigos moradores de Pedra de Guaratiba.

Na quinta e última parte, referente às **Considerações finais**, apresento as conclusões finais da pesquisa com relação às duas questões fundamentais: se as diferentes formas de organização social das favelas da Reta e do Piraquê decorreram ou não da origem e/ou da trajetória de seus moradores; e se o “horizonte de expectativas” (KOSELLECK, 2006) dos moradores do bairro de Pedra de Guaratiba se frustrou diante das rápidas transformações ocorridas nas três últimas décadas do século XX.

2 AS MEMÓRIAS COM AS QUAIS POSSO CONTAR

É na prática cotidiana do testemunho que é mais fácil discernir o núcleo comum ao uso jurídico e ao uso histórico do testemunho. Esse emprego coloca-nos de imediato diante da questão crucial: até que ponto o testemunho é confiável? Essa questão põe diretamente na balança a confiança e a suspeita (RICOEUR, 2000, p. 171).

2.1 A OPÇÃO PELAS FONTES ORAIS

Ao elaborar uma pesquisa com um recorte espacial bem definido e que tem o lugar investigado como uma de suas referências de estudo e análise e, ao mesmo tempo, tratando de um período de curta duração, relativamente recente, pareceu-me apropriado utilizar os procedimentos da micro-história⁹. Mas, a micro-história envolve procedimentos que estão muito além da simples redução da delimitação espaço-temporal do objeto a ser estudado e trazem outras grandes contribuições à pesquisa, como revela Jacques Revel (1998, p. 20), ao dizer que:

A abordagem micro-histórica é profundamente diferente em suas intenções, assim como em seus procedimentos. Ela afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama. Ou, para recorrer a um outro sistema de referências, mudar as escalas de representação em cartografia não consiste apenas em representar uma realidade constante em tamanho maior ou menor, e sim em transformar o conteúdo da representação (ou seja, a escolha daquilo que é representável). Notemos desde já que a dimensão "micro" não goza, nesse sentido, de nenhum privilégio especial. É o princípio da variação que conta, não a escolha de uma escala em particular.

A complexidade das relações sociais que se abrem na trama micro-histórica aproxima-se do trabalho do antropólogo e contrasta com o caráter unilateral das fontes utilizadas pelo historiador. Os micro-historiadores admitem a aproximação da história com a antropologia. Para Ginzburg, por exemplo, esta aproximação precisa superar obstáculos, como a diversidade da documentação utilizada pelas duas disciplinas e o contraste entre a complexidade das relações sociais reconstituíveis pelo antropólogo, além da unilateralidade

⁹ Para compreender essa abordagem da história social, apoiei-me nos escritos de Jacques Revel (2000), Edoardo Gredi (1998) e Carlo Poni & Carlo Ginzburg (1989). Primeiramente, necessitava buscar uma definição do que é a micro história, como surgiu e porque e quais contribuições a microanálise traz para a história social.

dos arquivos com que trabalha o historiador (PONI; GINZBURG, 1989, p. 173). Grendi fala em “vestígios” como pistas particularizadas de um trabalho, as quais passam a ser objetos da história e que podem constituir tanto partes de um quadro classificatório mais geral, como se tornar objetos de contextualizações locais. Associadas ao estudo arqueológico, essas práticas de reconstrução histórica pressupõem dar-se prioridade à análise das relações sociais como forma de reconstituição de um contexto. As “práticas sociais” assumem diversos aspectos de ordem social e cultural a serem considerados. Grendi coloca algumas perspectivas diferentes do trabalho macro-histórico: Pensar as práticas de trabalho a partir do objeto pode representar um realismo sem que se faça necessariamente importante uma leitura simbólica; outra perspectiva diz respeito a valer-se dos testemunhos para reconstruir as práticas sociais, o que pressupõe uma leitura simbólica capaz de interpretar as condutas reais. Grendi vê no uso de testemunhos, “uma das significações do oximoro excepcional/normal” (GRENDI, 1998, p. 257), na medida em que o testemunho pode ser excepcional ao evocar uma normalidade.

Busquei, então, os pressupostos da história oral e da história do tempo presente considerados por Marieta de Moraes Ferreira (2000), François Bédarida (1998) e outros autores. Igualmente importantes são as considerações sobre memória e história em Paul Ricoeur (2000). Utilizei também o método da “história do lugar”, desenvolvido por Joaquim Justino Moura dos Santos (2002), quanto ao desenvolvimento inicial da pesquisa, junto aos alunos da Escola Municipal Deborah Mendes de Moraes, que tratarei mais adiante.

A utilização de conceitos presentes na história oral é importante e viável, porque o recorte cronológico contemporâneo da pesquisa, somado às poucas fontes escritas sobre a população que se instalou em Guaratiba nas últimas décadas, permite o uso de testemunhos. Não se trata de reduzir a história oral a uma simples técnica de investigação histórica, com o objetivo maior de buscar novas fontes. Reconhecidamente, a história oral é inovadora e sua riqueza pode ser observada quanto à seleção de novos objetos e também quanto às novas abordagens, notadamente as da micro-história. Embora o campo de ação da história oral possa parecer circunscrito à história do tempo presente, suas abordagens apresentaram excelentes resultados quando empregadas em períodos mais remotos, através do uso de tradições orais e memórias (FRANÇOIS, 2006, p. 4-7).

Assim, considere importante a relação dialética entre história e memória, descrita por Paul Ricoeur. A ideia formada em Pedra de Guaratiba sobre quem chega, como sendo prejudicial ao lugar, está ligada à formação de opinião além da vivência pessoal, ou mesmo coletiva, através de experiências externas noticiadas pela imprensa sobre outras favelas da cidade. A memória coletiva se reapropria do passado e é carregada de novos elementos,

dando vez a um fenômeno que Ricoeur (2000, p. 170) chama de “memória instruída pela história”. Paul Ricoeur considera inicialmente a memória como matriz da história, desde os testemunhos até os relatos conservados em arquivos. No entanto, é preciso observar que enquanto toda memória se fia na credibilidade depositada no testemunho, a história constrói uma verdade histórica a partir da confrontação de fontes. No caso dos testemunhos, sua fiabilidade deve ser verificada a partir da confrontação com outros testemunhos e outros tipos de fontes. Segundo o autor, para a memória não cabe comparação em um evento trágico, não há semelhanças e diferenças a serem estabelecidas. Ele é único e incomparável. No trabalho do historiador, a interpretação opera em todos os níveis da produção historiográfica, desde as escolhas do historiador, quanto aos testemunhos, até as fontes, as escalas dos fenômenos que pretende estudar. A memória se distancia da história e torna-se também seu objeto de estudo, na medida em que a história se desenvolve como ciência humana e produz registros escritos. A história utiliza-se da memória e prossegue além dela, porque engloba um passado mais amplo, enquanto a memória tem um alcance reduzido. Essa amplitude da história diversifica suas perspectivas de análise em contraste com a unicidade incomparável da memória.

Quanto à questão da subjetividade das fontes orais, posso citar Ginzburg (2007, p. 10), quando, ao criticar os céticos, que na pós-modernidade vem questionando a veracidade da narrativa histórica, recorre a Bloch para tratar do tema, visando com isso demonstrar que até mesmo atos diretos e espontâneos são subjetivos e não importam tanto pela veracidade, mas pelo que podem apresentar para compreensão da mentalidade com que os homens de certa época compreendiam seu tempo. Segundo Ginzburg, as fontes podem revelar mais profundamente as intenções de quem as produziu do que aquilo que indica superficialmente sua análise. Para ele, de acordo com Bloch, os testemunhos históricos involuntários emergem dos textos e estão presentes até mesmo nas obras de ficção¹⁰.

Considerarei importante distinguir arquivos orais de fontes orais (VOLDMAN, 2006, p. 36). No primeiro caso, trata-se de documentos sonoros provenientes de qualquer época onde eles possam ser registrados e destinados a serem arquivados para pesquisas futuras; já as fontes orais referem-se aos relatos colhidos de testemunhas vivas, decorrentes da necessidade do historiador de produzi-las em função de suas hipóteses. A história oral estabelece uma relação original entre o historiador e os sujeitos da história. Diferentemente da documentação escrita, que, como diz Etienne François (2006, p. 9-10), pode ser selecionada e manipulada de acordo com os interesses do historiador, os testemunhos nem sempre correspondem ao que se

¹⁰ Neste campo, Ginzburg faz referência a Erich Auerbach, que analisa textos literários “não como documentos históricos, mas como textos entranhados de história”. Cf. GINZBURG, 2007, p. 11.

deseja encontrar, podendo gerar decepções que o historiador terá de enfrentar. Ademais, sempre há a preocupação de que os relatos *a posteriori*, como fala Jean-Jacques Becker (2006, p. 28), possam ser transformados para coincidir com os acontecimentos ou para justificar posicionamentos posteriores. Faz-se necessário, como afirma o mesmo autor, que os relatos sejam sempre confrontados com outras fontes orais e com outros tipos de fontes, com o rigor característico utilizado por historiadores de qualquer período. A história oral está frequentemente associada à história do tempo presente, o que, por sua vez, suscita muitas controvérsias entre os historiadores. Marc Bloch (2001, p. 61) afirmava, por exemplo, que:

A partir de 1830, já não é mais “história”, dizia-nos um de nossos professores de liceu, que era [muito] velho quando eu era muito jovem: “é política”. Não diríamos mais hoje “a partir de 1830” — as Três Gloriosas, por sua vez, envelheceram — nem “é política”. Antes, num tom respeitoso: “é sociologia”; ou, com menos consideração, “jornalismo”. Muitos porém repetiriam de bom grado: a partir de 1914 ou 1940, não é mais história. Sem, aliás, entenderem-se muito bem sobre os motivos desse ostracismo.

Segundo Marieta de Moraes Ferreira (2000), a história do tempo presente não era um problema para os gregos da antiguidade clássica. A ruptura entre o presente e o passado ocorre no século XIX, quando a história se constituiu como disciplina que estuda o passado e que, para isso, precisou de um distanciamento que permitisse a objetividade necessária ao historiador para chegar à verdade. Mas o reconhecimento de que até mesmo a historiografia dedicada ao passado mais distante está sujeita aos pressupostos ideológicos do historiador e do momento histórico em que é produzida, segundo a autora, contribuiu para uma valorização da época contemporânea como objeto da história, livre do descrédito em função da proximidade temporal entre o objeto e o historiador. Essa nova abordagem revalorizou o testemunho e ampliou a relevância da memória individual e coletiva para os historiadores. A história do tempo presente também contribuiu para uma abertura de temáticas para as pesquisas sobre outros períodos da história, porque permite uma melhor compreensão das relações entre a ação voluntária e a consciência dos homens, como diz Ferreira (Op. cit, p. 111-124).

Longe de encontrar unanimidade sobre a história do tempo presente, tenho as considerações de Eric J. Hobsbawm (1995) em que revela a dificuldade que vivenciou durante a experiência de escrever a história do século XX, notadamente a ligada à contemporaneidade dos fatos, e levanta alguns questionamentos relevantes sobre o problema. Primeiramente, refere-se à época em que vive o historiador, porque, ao escrever sobre seu próprio tempo, ele transporta para o estudo os elementos ligados a sua vivência pessoal. Isso significa que as gerações se diferenciam profundamente umas das outras e as experiências de seu próprio

tempo imprimem marcas distintas em seus escritos. Em segundo lugar, Hobsbawm também assinala a mudança de perspectiva que ocorre enquanto a história progride. No decorrer do tempo, os novos historiadores contam com a vantagem do *a posteriori*. A compreensão dos atos realizados no calor dos fatos será, muitas vezes, diferente da que se terá num futuro mais distante. Por isso, Hobsbawm considera que é impossível se desvencilhar dos pressupostos que se compartilha sobre a época em que se vive.

Ciente das dificuldades apontadas por Hobsbawm, reconheço, por outro lado, as vantagens já citadas anteriormente e reforço ainda o valor da história do tempo presente que, como informam esses autores, contribuiu para ampliar o campo historiográfico com novas abordagens, novas temáticas e novas fontes, constituindo-se de forma bastante complexa. É possível perceber que os principais questionamentos sobre a história do tempo presente dizem respeito a problemas comuns em outros períodos da história sobre os quais se queira abordar. Trata-se da verdade e da objetividade na história. O grau de objetividade e de aproximação com a verdade histórica, de acordo com François Bédarida (2006, p. 224)¹¹, vai depender do “campo de aplicação”. Os “campos de aplicação”, as temáticas, as formas de abordagem, os questionamentos e os tipos de fontes ganharam uma grande abertura nos últimos anos e, particularmente, a história do tempo presente contribuiu com essas múltiplas diversidades, acrescentando a contemporaneidade no espectro historiográfico.

Toda essa multiplicidade acaba por exigir recortes históricos mais restritos, como é o caso desta pesquisa, que pretende investigar apenas trinta anos de um período bastante recente. Bédarida (1998, p. 19-27) observa ainda a importância da ética na historiografia do tempo presente e o cuidado que o historiador precisa ter para evitar que o calor da proximidade temporal do objeto histórico não prejudique a busca pela objetividade e pela verdade. São preocupações que, apesar de inerentes ao ofício do historiador de qualquer época, precisam ser reforçadas. Bédarida também revela sua preocupação com o que ele considera uma fragmentação das temáticas com o risco de se perder a globalidade. É um risco que se pode evitar neste estudo, reconhecendo as ocupações em Guaratiba como uma faceta da expansão das favelas da cidade do Rio de Janeiro e como decorrente do processo de migração campo-cidade que ocorreu ao longo do século XX no Brasil, com predominância de imigrantes originados da Região Nordeste do país.

¹¹François Bédarida presidiu durante mais de uma década o Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), na França.

2.2 A ESCOLHA DOS ENTREVISTADOS

Como decidi utilizar a memória dos moradores como fonte de pesquisa, recorri à realização de entrevistas com alguns deles e iniciei essa tarefa através de um questionário (Apêndice B) feito inicialmente com a participação dos alunos da Escola Municipal Deborah Mendes de Moraes para levantar dados das duas comunidades chamadas Piraquê e Reta.

O Projeto Político Pedagógico da escola inclui a história do bairro de Pedra de Guaratiba, preferencialmente no primeiro bimestre do ano. Porém, sempre me pareceu que o tema não provocava o interesse esperado nos alunos. Afinal, como a grande maioria das famílias não tem sua origem no bairro, conhecer a história do lugar desde os tempos coloniais não era muito atrativo. Percebi que seria mais interessante para eles, antes de conhecer a história de Pedra de Guaratiba, saber um pouco sobre a ligação que suas famílias tinham com o bairro e unir as suas histórias pessoais à história do lugar.

Valendo-me do fato de atuar como professora regente nesta escola, utilizei o método do professor Joaquim Justino Moura dos Santos (2002), denominado por ele de “história do lugar”, como instrumento de construção das memórias e identidades locais e de envolvimento das comunidades escolares e locais na percepção de que são parte integrante da história e que suas memórias são fontes de construção do passado. Mais uma vez devo citar Marc Bloch (2001, p. 45) para definir a função social da história. Ele afirma o seguinte:

Não se pode negar, no entanto, que uma ciência nos parecerá sempre ter algo de incompleto se não nos ajudar, cedo ou tarde, a viver melhor. Em particular, como não experimentar com mais força esse sentimento em relação à história, ainda mais claramente predestinada, acredita-se, a trabalhar em benefício do homem na medida em que tem o próprio homem e seus atos como material?

A história do lugar tem como alvo principal os alunos do Ensino Fundamental e Médio das escolas públicas e, nesse sentido, foi e vem sendo aplicado com sucesso em bairros da Zona Norte e do subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, levando os jovens a compreender que o lugar onde vivem nem sempre foi como é hoje, que tem um passado e uma história, e que essa história se relaciona estreitamente com a história do Brasil e do mundo (SANTOS, 2002, p. 106). A pesquisa serviu de inspiração inicial para conhecer mais profundamente as comunidades do Piraquê e da Reta, através dos alunos, envolvendo-os com o tema. Os alunos entrevistaram seus pais e preencheram um questionário sobre vários temas importantes para esta pesquisa.

O questionário (Apêndice B) continha perguntas que me permitiram conhecer a origem de alguns moradores e as suas trajetórias até se tornarem moradores de Guaratiba. Preocupe-me em saber quais as motivações dessas pessoas para se radicarem na região, se tinham ou não parentesco com moradores de outras favelas e quais as impressões que tinham sobre o lugar onde estavam morando (Piraquê ou Reta). Também inseri no questionário perguntas sobre a escolaridade, profissão, tipo e condições de moradia, entre outras. O questionário se divide em duas partes. A primeira foi respondida pelos próprios alunos em sala de aula, como forma de fazê-los compreender a dinâmica que teriam que praticar para preencher a segunda parte junto aos seus responsáveis. A segunda parte contém as perguntas que os alunos deveriam preencher com as respostas de um dos seus responsáveis (preferencialmente o mais velho). Entre 320 questionários realizados pelos alunos de oito turmas, foram selecionados 124, que serviram de fonte para esta pesquisa. O critério de seleção foi a integridade das informações, ou seja, apenas os questionários totalmente respondidos e que contavam com endereço e meios de contato devidamente preenchidos foram utilizados. O contato era extremamente importante, pois em muitas ocasiões foram utilizados para tirar dúvidas.

Pude observar, entre outras coisas, que a grande maioria dos responsáveis dos alunos tem sua origem nos estados do Nordeste e que, dentre estes, boa parte viveu em outros bairros e favelas da cidade e também em municípios vizinhos, antes de instalarem-se em Guaratiba. Dentre algumas variáveis, duas motivações em comum os levaram a esta escolha: a tranquilidade do lugar e o desejo de não pagar aluguel. No primeiro caso, muitos relatam não terem encontrado um ambiente adequado para criarem seus filhos em outras favelas da cidade, por causa da violência que presenciavam, e que, segundo eles, não ocorre em Guaratiba. E a segunda motivação viabilizou-se pela facilidade de ocupar lotes abandonados, ou mesmo comprar por baixo preço. Verifiquei que a maioria dos responsáveis entrevistados pelos alunos mora em casa própria. Não sei precisar, no entanto, quantas dessas moradias estão regularizadas e quantas foram construídas em áreas inadequadas, seja por ser o terreno propriedade do governo ou de terceiros, seja por estarem localizadas em áreas de proteção ambiental, como é o caso do Piraquê. Estas são questões sobre as quais não pude dedicar maior atenção.

O material que se reuniu, através dos alunos, é muito rico e a possibilidade de entrevistar os moradores para me aprofundar nas suas memórias sobre o lugar onde vivem e, mais além, sobre suas trajetórias de vida, fez aumentar ainda mais a gama de possibilidades de

estudo. Porém, diante de toda esta amplitude, tive que redimensionar esta pesquisa e me ater à relação entre essas comunidades, do Piraquê e da Reta, com o bairro de Pedra de Guaratiba.

Como os alunos tinham em 2014 idades entre treze e dezesseis anos, naturalmente seus pais e responsáveis eram muito jovens, grande parte com idades abaixo de cinquenta anos. Então, para realizar as entrevistas, decidi buscar pessoas que conhecessem as favelas do Piraquê e da Reta desde suas formações. Assim, contei com indicações feitas por alunos, por pais de alunos e também por funcionários da E. M. Deborah Mendes de Moraes.

Ao selecionar os entrevistados, tomei o cuidado de buscar pessoas que pudessem contribuir com pontos de vista diferenciados. Por isso, convidei moradores de diferentes localidades da região de Guaratiba, próximas ao bairro de Pedra de Guaratiba e também moradores deste bairro. A preocupação se depositou sobre a diversidade de perfis, evitando restringir o foco sobre a atividade pesqueira, aparentemente considerada como predominante em Pedra de Guaratiba no período estudado. A contribuição do testemunho de pescadores foi acrescentada a partir do valioso trabalho intitulado *Memórias e Narrativas de Pescadores de Pedra de Guaratiba*, da pesquisadora Maria das Dores Pimentel, realizado entre 2003 e 2004. Pimentel oferece depoimentos de pescadores artesanais, como atores sociais, dedicados à construção de sua identidade. Usei os relatos colhidos nessa preciosa pesquisa que se propôs a realizar a construção social da memória e da identidade, para pontuar as diferentes percepções sobre as mudanças recentes nas três últimas décadas do século XX, e as principais consequências das transformações na vida do lugar.

Confrontei esses relatos com outros colhidos mais recentemente, por ocasião desta presente pesquisa, no que concerne a pontos de vista diferentes sobre os mesmos problemas, tendo em vista os diversos papéis sociais desempenhados por cada um desses atores. Assim, apresento os testemunhos de uma moradora do Piraquê, uma moradora da Reta, três moradores do bairro de Pedra de Guaratiba, um da localidade do Cabuís (no bairro de Guaratiba, no limite entre Pedra de Guaratiba e Reta), uma moradora do loteamento Jardim Cinco Marias (hoje considerado como parte da Reta) e um morador de Campo Grande, que foi assíduo frequentador de Pedra de Guaratiba, ao longo dos anos aqui estudados.

2.3 O PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Quadro 1: Perfil dos entrevistados.

ENTREVISTADOS								
Entrevistado	Idade (Abril/2015)	Profissão	Formação	Ligação com o bairro	Data e local da entrevista	Lugar onde reside	Reside no lugar desde	Indicação
Mário dos Santos (Sr. Mário Bomba) 03/04/1931	84 anos	Fabricante de Colchões	4ª série do Ensino Fundamental	Nasceu em um sítio na Estrada da Matriz	06/11/14 e 11/11/14 Na casa do entrevistado	Cabuís (situado no bairro de Guaratiba)	1958	Indicado pelo Prof. João D. Nunes, da E. M. Deborah M. de Moraes
Sebastiana Martins de Carvalho (Dona Tiana) 01/10/1950	64 anos	Costureira	1º série do Ensino Fundamental	Moradora há 40 anos	12/11/14 Na casa da entrevistada	Jardim Cinco Marias (situado no bairro de Guaratiba)	1974	Conhecida do Sr. Mário e na localidade do Jardim Cinco Marias
Flordelina da Silva Lima (Dona Preta) 08/11/1938	76 anos	Auxiliar de enfermagem	Ensino Médio	Moradora há mais de 70 anos	15/12/14 Na casa da entrevistada	Pedra de Guaratiba (bairro)	1944	Conhecida no bairro de Pedra de Guaratiba
Severina Antônia de Carvalho (Dona Severina) 29/03/1955	60 anos	Lojista	Ensino Médio	Uma das primeiras moradoras do lugar.	17/0/15 Na casa da entrevistada	Piraquê (situado no bairro de Guaratiba)	1972	Indicada por mãe de aluna da E. M. Deborah M. de Moraes
João Carlos Salles (Sr. Carlinhos) 10/01/1949	66 anos	Funcionário público	5ª série do Ensino Fundamental	Sempre viveu em Pedra de Guaratiba	18/03/15 No local de trabalho.	Pedra de Guaratiba (bairro)	1949	Conhecido no bairro de Pedra de Guaratiba
Hugo Gruenwald (Sr. Hugo) 10/01/1939	76 anos	Artista plástico	Ensino Fundamental completo	Morador há 67 anos	18/03/2015 Na casa do entrevistado	Pedra de Guaratiba (bairro)	1948	Conhecido no bairro de Pedra de Guaratiba
Wilson Honorato de Barros (Dr. Wilson) 18/05/1935	79 anos	Advogado	Superior	Visitante do lugar há 67 anos	21/03/2015 Na casa do entrevistado	Campo Grande (bairro vizinho à Guaratiba)	1945	Conhecido de pesquisadora
Ana Maria de Alcântara Lima (Dona Ana)	69 anos	Catadora de produtos para reciclagem	5ª série do Ensino Fundamental	Moradora há 35 anos	22/04/2015 Na casa da entrevistada	Jardim Guaratiba (Reta, situada em Guaratiba)	1980	Indicada por aluno da E. M. Deborah Mendes de Moraes

A seguir, apresento um breve relato sobre as formas de abordagem feita aos entrevistados e um perfil de cada um deles, revelando um pouco de suas vivências pessoais e de suas trajetórias no espaço e tempo que foram de interesse para esta pesquisa. Considero suas memórias significativamente importantes para a reconstrução da história do lugar, porque, através de seus depoimentos, foi possível compreender um pouco do processo de transformação espacial e socioeconômico dos bairros de Guaratiba e Pedra de Guaratiba e analisar a forma pela qual se construíram as identidades locais.

O Sr. Mário Bomba (Mário dos Santos), 84 anos, foi o primeiro entrevistado. Ele foi indicado pelo Professor de Geografia da Escola Deborah Mendes de Moraes, João Dias Nunes, que é seu vizinho. Entrei em contato pelo telefone com um de seus filhos, que garantiu que o pai teria muito prazer em atender-me, como foi feito.



Figura 1: Mario dos Santos, “Sr. Mário Bomba”, 84 anos, aposentado.

O Sr. Mario me recebeu com alegria e muita vontade de falar. Expliquei os objetivos da pesquisa e a metodologia adotada. Destaquei o meu interesse em conhecer a suas recordações sobre o passado da região onde ele vive e esclareci que a forma de trabalho por mim adotada permitiria que ele falasse livremente, sem o direcionamento de um questionário, mas que algumas perguntas poderiam ser feitas, eventualmente, ao longo da conversa. Também deixei claro que ele teria total liberdade de escolher não falar sobre temas que não fossem do seu agrado. A entrevista foi longa, e o Sr. Mário ainda tinha muito a contar. Então, retornei na semana seguinte para dar prosseguimento à entrevista.

Começou contando sobre sua participação ativa como membro católico e mobilizador de obras sociais no lugar onde vive. Falou de suas boas relações com políticos, que lhe permitiu trazer melhorias, como distribuição de água, luz, asfaltamento de ruas e telefones públicos para os Cabuís, onde vive, e para outros lugares, como o Catruz, a Capoeira Grande, o Jardim Cinco Marias e o Fragoso, pequenas localidades distribuídas por Guaratiba. Ao longo dos anos 60, 70 e 80, o Sr. Mário também se dedicou a construir igrejas nos Cabuís e na Brisa. Ele e sua esposa sempre foram membros atuantes da igreja católica, promovendo obras sociais. Ele congregado mariano, ela filha de Maria. Hoje aposentado, o Sr. Mario teve algumas profissões ao longo da vida, sendo a principal delas a de fabricante de colchões. Custei um pouco a entender que os colchões de que falava eram aqueles antigos, confeccionados com palha, que ele colhia nos campos situados nas redondezas de onde vivia. Ele contou que, com a introdução dos colchões de espuma, ele parou de fabricar e passou a trabalhar em uma loja de colchões como vendedor. Mais tarde, trabalhou na empresa Gerdau e em outras atividades. Hoje ele ainda trabalha em sua casa reformando sofás.

Ao longo da entrevista, o Sr. Mario retrocedeu no tempo e falou sobre sua infância e juventude. Contou-me que nasceu em um sítio que pertencia a seu pai, situado na Estrada da Matriz, e que foram obrigados a vendê-lo para a Companhia Continental, construtora do loteamento Vilamar de Guaratiba. Falou com saudades do tempo em que navegava e pescava no Rio Piraquê, junto com seus primos. Um deles, o Sr. Dunga (Moacir Lopes), entrevistado pela pesquisadora Maria das Dores Pimentel (2004), costumava acompanhá-lo nesses passeios:

Nós ia no Mato Alto... ele tinha uma tia que morava na estrada dos cajueiros, em Mato Alto, em frente à igreja de Mato Alto, naquele caminho ali. Então, nos ia de canoa pelo... pra casa dele, de canoa pelo rio. A maré começava a encher, nós aproveitávamos a enchente da maré e ia de canoa na... naquela... a maré ajudava a levar. A gente ficava na casa dele... levava peixe à beça pra ele... chegava lá, arrancava batata pra gente trazer, arrancava aipim pra trazer, cortava banana... cacho de banana pra trazer. Quando era mais tarde, a gente pegava a canoa na vazante e vinha embora. Então, a gente quase nem remava. Isso várias vezes eu fiz. Então, o rio Piraquê era uma lindeza, você não queira saber.

O Sr. Mario disse ter muitos parentes em toda Guaratiba, especialmente em Pedra de Guaratiba, e indicou-me alguns deles para que os entrevistasse. Porém, não tive esta oportunidade. Indicou-me também alguns moradores do loteamento Jardim Cinco Marias conhecidos seus. Uma delas foi a minha segunda entrevistada, D. Tiana (Sebastiana Martins de Carvalho), conhecida no lugar onde mora como a festeira do lugar, pois afirma promover festas de rua, especialmente as juninas, há 39 anos.

Quando cheguei ao loteamento Jardim Cinco Marias, logo encontrei D. Tiana à porta de sua casa, onde há também uma meia-porta aberta para venda de biscoitos, doces e outros produtos. Conversamos um pouco e lhe expliquei que estava à procura de pessoas indicadas, porém sem endereço certo. Sabia apenas que moravam na localidade. Logo percebi que ela era uma moradora muito antiga do local e que se tratava de uma das conhecidas do Sr. Mário. Convidei D. Tiana para uma entrevista e ela não apenas aceitou, como me propôs fazermos naquele exato momento. Procedi do mesmo modo, explicando a metodologia e os objetivos da pesquisa. A entrevista não foi tão longa quanto à do Sr. Mário, mas foi muito útil para conhecer os primeiros anos daquele loteamento.



Figura 2: Sebastiana Martins de Carvalho, “D. Tiana”, 64 anos, costureira.

A Dona Tiana é nascida em Vargem Grande e disse ter ido morar no loteamento Jardim Cinco Marias por necessidade, para fugir do aluguel. Ganhou uma casa emprestada, em que morou até poder comprar um lote para ela e o marido, que é cobrador de ônibus aposentado. Disse ter trabalhado como costureira por muitos anos, mas que hoje não faz mais esse tipo de trabalho. Gosta muito de festas e sempre as promoveu, contando com o auxílio dos moradores de sua rua. A rua onde mora tem asfalto, luz elétrica, água encanada e escoamento de esgoto, mas nem sempre foi assim. Ela conta que, quando foi morar lá, detestava o lugar, porque não tinha nenhuma das infraestruturas citadas acima. Ela era obrigada a usar água de poço, muito ruim, segundo ela, e quando chovia, seus pés afundavam na lama da rua. A casa dela era uma das poucas existentes, em 1974, quando passou a residir

no local. Hoje afirma que não troca o lugar por nenhum outro, porque já se afeiçãoou aos vizinhos e porque considera a região tranquila:

Falo pra todo mundo isso: Ah, eu... apesar que eu nunca entrei em favela, não sei bem o que que é favela, entendeu, mas ainda eu acho que um dos melhores lugar pra gente criar os filhos da gente é aqui, entendeu. Porque a gente vê na televisão, é... num pode sentar no portão, que tem tiroteio... tiro... a bala perdida pegou fulano, a bala pegou nisso, pegou num...

Além dos vizinhos, muitos parentes seus acabaram saindo de Vargem Grande e vindo morar em lugares próximos a sua casa. Segundo ela, o crescimento e o desenvolvimento da região permitiram que houvesse uma maior facilidade de locomoção e uma melhor oferta de oportunidades de emprego para seus filhos.

A minha terceira entrevistada foi a D. Preta (Flordelina da Silva Lima). Por ser uma pessoa bastante conhecida e moradora muito antiga de Pedra de Guaratiba, ela foi escolhida quase ao acaso, em um encontro corriqueiro nas ruas do bairro.



Figura 3: Flordelina da Silva Lima, “D. Preta”, 76 anos, Auxiliar de Enfermagem.

Indagada se se disporia a dar uma entrevista para fins da pesquisa, ela concordou sem muita demora e, então, marcamos a data e local. Ela recebeu-me, em sua casa, na data e hora marcadas. Após as explicações iniciais, D. Preta iniciou seu relato falando de sua infância, quando se mudou para Pedra de Guaratiba aos cinco anos, para morar com uma tia após a morte da mãe. Morava anteriormente em Campo Grande, na Estrada do Monteiro, mas

sempre teve familiares morando em Pedra de Guaratiba. Contou-me que é realmente bastante conhecida na região e que conta com a solidariedade e a amizade de todos da vizinhança e da igreja que frequenta. Por isso, nunca pensou em sair de Pedra de Guaratiba, mesmo agora morando sozinha. Ela teve dois filhos, um faleceu aos 37 anos e o outro é casado e mora no bairro próximo de Santa Cruz. Relatou-me todo o seu sofrimento com a morte do filho e sobre o infarto que teve logo em seguida.

Quando jovem, trabalhou muito tempo como manicure, até que conseguiu um emprego no IASERJ, no Centro da Cidade do Rio de Janeiro. Deslocava-se a uma distância de 70 quilômetros para trabalhar, mas nunca pensou em mudar-se por considerar Pedra de Guaratiba um local tranquilo.

Ela afirma que sempre deu muito valor aos estudos, mas que foi impedida de estudar durante algum tempo, porque vivia com a tia, que a retinha em casa para realizar as tarefas domésticas. Ela diz: “eu era como a empregada [...] A filha dela estudava, mais eu, ela dizia que não precisava estudar”. Apesar de todos os infortúnios, criou seus dois filhos trabalhando por mais de 35 anos no IASERJ, como Auxiliar de Enfermagem. Ela recordou as dificuldades que tinha com transporte, para trabalhar tão distante de Pedra de Guaratiba e contou-me um pouco a sua evolução:

... a gente ia pra Campo Grande de bonde. Às vezes o bonde saía da linha, aí tinha que esperar botar o bonde na linha novamente pra ir a Campo Grande. Os enterros eram todos... que ia pra Campo Grande [onde pegava o trem], era no bonde. [...] Aí, depois foi melhorando, veio o ônibus que ia até o aeroporto Santos Dumond...

D. Preta sugeriu-me entrevistar uma sua amiga chamada D. Alda (Alda Francisca da Silva Soares), que havia sido funcionária da Colônia de Pescadores Z-14, de Pedra de Guaratiba, por 27 anos, chegando a atuar por muito tempo como presidente da instituição. A sugestão me pareceu muito boa e, após os contatos feitos por intermédio de D. Preta, cheguei a iniciar a entrevista com D. Alda. O dia estava muito quente e D. Alda não estava bem de saúde. Decidi marcar outro dia para continuarmos e ela se comprometeu a separar documentos seus, que, segundo ela, eram elucidativos sobre as relações dos pescadores com a Colônia. Porém, seu estado de saúde piorou e não lhe permitiu continuar. Tive que dar por encerrada a entrevista e não pude contar com seu testemunho.

Através dos contatos com os alunos da E. M. Deborah Mendes de Moraes, busquei informações sobre os moradores do Piraquê e da Reta, localidades mais afastadas de Pedra de Guaratiba. Ao fazer uma visita ao Piraquê, mais precisamente à mãe de uma aluna da escola,

para ver a possibilidade de uma entrevista, esta indicou-me uma vizinha sua que já morava no lugar antes dela, D. Severina (Severina Antônia de Carvalho), dona de uma loja de roupas e artigos de bazar, na Rua da Capelinha, principal e mais antiga rua do Piraquê. A Dona Severina ficou um pouco desconfiada, mas também curiosa e concordou em conceder uma entrevista, em dia e hora que não prejudicasse o atendimento em seu comércio. Combinamos que a entrevista seria feita em sua casa, que fica nos fundos da loja, em um dia de pouco movimento.

A Dona Severina nasceu na Paraíba e veio para o Rio de Janeiro, ainda criança, com oito anos, junto com sua mãe. Era a caçula de uma família de quatro filhos. Desde cedo começou a trabalhar para pagar seus estudos. Ela teve vários empregos: cabelereira, manicure, secretária, funcionária de creche, até se casar e passar alguns anos cuidando dos filhos. Quando chegou ao Rio de Janeiro, a família foi morar com alguns parentes de sua mãe, em Botafogo. Sua mãe havia se separado de seu pai e preferiu viver perto de seus familiares, que já viviam todos aqui. Depois, morou em diversos lugares: Restinga de Barra de Guaratiba, Itanhangá, Anil e de volta ao Itanhangá, quando, então, o local onde morava foi removido.



Figura 4: Severina Antônia de Carvalho, “D. Severina”, 60 anos, lojista.

Um dia, já casada, foi a Santa Cruz com o marido para resolver problemas pessoais e conheceu o Piraquê. Não tinha nada, só algumas poucas casinhas. Em 1972, decidiu, junto com o marido, construir uma casa pra morar no Piraquê. Não tinha água encanada e era

preciso buscá-la em lugar distante. Não tinha luz. Como era mangue, tinha muito mosquito. Assim ela descreve o lugar:

Não tinha nada aqui, não tinha morador nenhum... Isso foi em 1972. [...] Pra morar mesmo só vim em 72, mais ou menos. [...] A gente vinha aqui, mas não tinha como. Era muito mosquito, muito mosquito. Não tinha luz, nem nada... aqui na rua não tinha casa, só tinha uma casa que era de pescador [...] Não tinha nada, tudo era mangue.

Como o local era muito precário no início, ela não morou permanentemente lá, dividindo-se entre estadias na casa da sogra. Muitos conhecidos seus, que também moravam no Itanhangá, abrigaram-se em sua casa no Piraquê antes de construir e também morar no local. Hoje, além do que tem construído no Piraquê, D. Severina, tem uma casa no loteamento Vilamar, em Pedra de Guaratiba, que aluga, pois prefere continuar morando no Piraquê.

A quarta pessoa que entrevistei é funcionário da E. M. Deborah Mendes de Moraes, o Sr. Carlinhos (João Carlos Salles), que nasceu e sempre viveu no bairro de Pedra de Guaratiba.



Figura 5: João Carlos Salles, “Sr. Carlinhos”, 66 anos, Funcionário Público.

Convidei o Sr. Carlinhos na escola e ele aceitou prontamente em conceder-me a entrevista. Marquei um dia e horário em que pudéssemos realizá-la, sem que isso causasse prejuízo ao seu trabalho. A entrevista ocorreu na escola. Ao apresentar a metodologia e os objetivos da pesquisa, ele mostrou-se apreensivo e adiantou que só saberia contribuir com

lembranças sobre Pedra de Guaratiba e que nada saberia informar sobre o Piraquê, a Reta, ou qualquer outra localidade fora do bairro onde vive. Eu o tranquilizei e pedi que apenas contasse suas lembranças e que algumas perguntas poderiam ser feitas, mas que ele não se preocupasse se não soubesse ou se não quisesse responder. Ele concordou.

O Sr. Carlinhos nasceu em uma família de pescadores, e exerceu essa profissão na juventude, até tornar-se funcionário da escola em que trabalha há 40 anos. O motivo da busca por uma profissão fora da pesca revelou-se ao longo da entrevista, quando o Sr. Carlinhos contou-me as dificuldades que os pescadores enfrentam em seu trabalho. Ele considera que a situação da pesca piorou ainda mais com o passar das últimas quatro décadas, em parte em decorrência do aumento do número de pescadores. O Sr. Carlinhos queixou-se do aumento populacional dentro do bairro de Pedra de Guaratiba. Segundo ele, agora há muitos moradores que não “são da Pedra”. Ele se recente de não encontrar mais tantos rostos conhecidos:

A população cresceu muito... muito mesmo. Tem pessoas que você não conhece mais na Pedra. Você vai num lugar hoje, você está numa festa, vamos dizer, carnaval, vamos dizer [...] agora o que eu percebi, é que em determinado lugar, no Coqueirinho ali... ali tinha conhecido, só pessoal conhecido, mais pessoal da antiga... eu acho que... a gente mesmo comenta: “a gente vai lá embaixo, não tem mais fulano nem ciclano pra bater um papo”, porque às vezes a gente quer bater um papo com alguém que se conhece, um colega de idade... aí, você chega lá embaixo você já não acha mais aqueles colegas, porque são pessoas que não são da Pedra.

Ele recordou as muitas transformações paisagísticas, como a retirada do cruzeiro da igreja de São Pedro na pequena praça em frente; o bonde e os trilhos do final da linha em forma de “rodilhão”, que deu ao lugar o nome de Rodo; as mangueiras da alameda que ligava o Rodo ao convento carmelita, construído no século XVII e destruído na década de 1950; e os caminhos pelo morro que ligavam a Três Orelhas, localidade situada atrás da igreja de São Pedro, à Estrada do Catruz, que costumava percorrer quando criança e que recentemente deram lugar a moradias. E também falou com muita saudade do tempo em que ele era aluno da “Escola Deborah”, que, segundo ele, tinha jardins, lago e hortas, por ser uma escola rural.

No mesmo dia em que entrevistei o Sr. Carlinhos, tinha uma entrevista marcada com o Sr. Hugo (Hugo Gruenwald). Ele recebeu-me em sua casa e mostrou-se muito à vontade, porque já está acostumado a receber pessoas interessadas em suas histórias, principalmente no que diz respeito ao seu engajamento nos movimentos artísticos da região.

Ele mora em Pedra de Guaratiba, desde os nove anos de idade, no terreno onde hoje fica sua casa. O terreno grande, que alcançava todo quarteirão, pertencia a uma tia do seu pai. Este veio de São Paulo, para ser caseiro do sítio, que depois foi desmembrado, ficando, grande parte, dividido entre o Sr. Hugo e seus irmãos.

Apesar de viver em uma região onde a maioria das pessoas dedicava-se a pesca, ele nunca pensou em ser pescador ou mesmo em investir nesse ramo de trabalho. Preferiu os estudos, segundo suas palavras, e, ao terminar o ginásio, trabalhou em diversas atividades, entre elas a de apontador de obra nos loteamentos que surgiam na região.



Figura 6: Hugo Gruenwald, “Sr. Hugo”, 76 anos, escultor.

Depois, trabalhou como fotógrafo e, posteriormente, deixou a fotografia para se dedicar à escultura e ao artesanato. Segundo ele, a escultura é um hobby e o artesanato é o meio de sobrevivência. De sua infância, ele lembra-se dos ranchos de pescadores na beira da praia, dividindo a faixa de areia com algumas poucas construções de alvenaria:

Na minha infância existia aqui o 476 [número da Rua Barros Alarcão], que depois virou restaurante, do lado de cá era rancho, [...] pra lá também até em frente à Colônia, que tinha um barzinho... não tinha mais edificação nenhuma na praia. Nada, nada, nada. Era só aquele barranco e a areia. E areia mesmo de... de quatro, cinco metros de largura ou às vezes mais até. Aqui em frente tinha uma coroinha. Até a Ponta dos Ferreiros [elevação rochosa] tinha praia direto assim de... de cinco metros de largura.

Do tempo que trabalhou no loteamento Vilamar, guarda a memória da área mangue livre que foi aterrado, para dar lugar ao loteamento, com o desbastamento do morro do convento, onde ficava o Convento dos Carmelitas; da Praça do Rodo, que hoje se chama Praça Doutor Raul Capelo Barrozo, em homenagem, segundo o Sr. Hugo bem merecida, ao médico que fazia atendimento gratuito para as pessoas humildes da região. Cotou-me também

sobre o movimento artístico que floresceu na década de 1980 e de sua participação, tão intensa que nem mesmo a decadência que viria a partir dos anos 90 o desencorajou. Passou a promover encontros de artistas em um ponto comercial de sua propriedade, fazendo uma “ciranda musical”, que mais tarde transformou-se em “ciranda cultural”, onde além de músicos, apresentavam-se poetas, atores e outros artistas locais. O movimento perdurou pelas duas décadas seguintes.

A entrevista seguinte foi com um veranista, que frequenta a região de Guaratiba há 67 anos. Considerei que seria interessante ter a oportunidade de conhecer o olhar de quem nunca morou no lugar, mas que o conhece muito bem e ao mesmo tempo à distância.



Figura 7: Wilson Honorato de Barros, “Dr. Wilson”, 79 anos, Advogado.

O Dr. Wilson (Wilson Honorato de Barros) é advogado e morador do bairro de Campo Grande desde os nove anos de idade. Conheceu a localidade de Pedra de Guaratiba ao ser levado pelos parentes para tomar banho de mar e passou a frequentar o lugar com os amigos ainda na adolescência, para pescar. Sabendo de seu apreço pelo lugar, o convidei para colaborar contando-me suas memórias. A princípio, ele considerou que não teria muito a contribuir, por nunca ter morado na localidade. Mas, depois que lhe expliquei os objetivos da pesquisa e o quanto suas impressões poderiam ser valiosas, ele concordou participar da pesquisa.

O encontro ocorreu em sua casa. Ele começou por fazer uma introdução resumindo suas impressões sobre o bairro de Pedra de Guaratiba no período que inicialmente eu o havia

informado ser a delimitação temporal da pesquisa. Logo depois, ele disse que suas memórias estavam mais ligadas à época do bonde, que seria efetivamente nos anos 50.

Depois desse breve resumo, que incluiu a identidade pesqueira da região e o rápido período em que o bairro ficou conhecido pelos artistas e artesãos, o D. Wilson começou a sentir-se mais à vontade para falar de suas memórias. Recordou que Pedra de Guaratiba tinha fama de curar as pessoas de reumatismo e de outras doenças com a lama da Baía de Sepetiba e relatou sobre um amigo seu que comprou uma casa de veraneio para visitar o bairro, só com este fim.

Naquela época, eu estava com 14, 15 anos, eu ia tomar banho e na ocasião a gente... a gente sabia quando tinha a maré... sabia, de acordo com a lua, sabia quando tinha maré pra tomar banho, e... e a Pedra era considerada uma praia medicinal... aquela lama era considerada medicinal. Eu tive um professor, que foi diretor do Instituto Médico Legal, [...] ele teve um problema de doença [...] eles compraram lá a Granja Hermida [localidade dentro do bairro de Pedra de Guaratiba], ele gostava daquilo lá, morava lá. [...] Eu fiz uma grande amizade com ele. [...] Ele considerava a praia da Pedra como uma lama medicinal, que curava...

Não deixou de destacar o período em que o bairro ficou conhecido pelos artistas que lá residiam e pelo carnaval animado que sempre foi um atrativo para os visitantes. Hoje, ele lamenta a perda da faixa de areia das praias de Pedra de Guaratiba, após a construção do Porto de Itaguaí, e diz que o lugar perdeu dois grandes atrativos: ao banho de mar e a pesca.

A oitava e última entrevistada foi a Dona Ana (Ana Maria Alcântara Lima), moradora do Jardim Guaratiba, uma das localidades da Reta. Tive alguma dificuldade em encontrar um morador antigo deste lugar. Sempre que algum nome era lembrado logo vinha a informação de que havia se mudado, dando a impressão de muita rotatividade de moradores no lugar. Finalmente, um aluno da Escola Municipal Deborah Mendes de Moraes indicou-me a entrevistada, a Dona Ana, que mora na localidade desde 1980.

A Dona Ana nasceu em Ilhéus, na Bahia, e veio para o Rio de Janeiro, aos quatro anos, com os pais. Viveu em Santa Teresa até que os pais faleceram e conheceu os laranjais de Guaratiba ao vir morar com um padrinho, encarregado de um sítio. Trabalhou como doméstica e outras atividades até casar-se. Morou em vários bairros da cidade e também em outros municípios, porque pagava aluguel e dependia de encontrar lugares que pudesse pagar. Ao separar-se do marido, com três filhas, um amigo de muitos anos permitiu que ela morasse em um sítio em Guaratiba, para que não precisasse pagar aluguel. Ela resume o processo de formação do Jardim Guaratiba, e das Comunidades da Reta como um todo, deste modo:

Depois eu fui-me embora, casei, aí, voltei na época da... nos anos 80. [...] Quando eu cheguei aqui, já não tinha mais o laranjal, também não tinha esse... essas casas aqui, não tinha... Isso aqui já tinha terminado, já tinha... terminado o laranjal, foi loteado para vender sítio... a família dona do laranjal... Aí, depois eu consegui uma moradia lá na Rua Coronel Jaime de Lemos. Criei minhas filhas aqui, elas eram pequenas, criei minhas filhas aqui, elas casaram... [...] Aí depois de muitos anos, que eu não sei basear quantos anos depois, foi que veio essa invasão.

A invasão a que a Dona Ana se refere foi a tomada dos terrenos desocupados por famílias incentivadas por políticos locais em troca de votos, ocorrida a partir dos meados dos anos 90, que tratarei mais à frente, em momento oportuno.



Figura 8: Ana Maria Alcântara Lima, “Dona Ana”, 69 anos, catadora.

A Dona Ana vivia de servir comida em uma pensão que abriu em sua casa para os funcionários de fábricas próximas do bairro de Santa Cruz, localizadas na Estrada da Pedra. Com os reveses sofridos com o Plano Collor, algumas fábricas faliram e outras fizeram demissões em massa. Então, ela foi obrigada a vender seus pertences e fechar a pensão. O sítio em que morava foi vendido e a Dona Ana recebeu um dinheiro do dono do sítio, que usou para comprar um terreno de posse, dentro do loteamento Jardim Guaratiba.

Mais tarde vendeu este terreno para comprar a casinha onde mora, mais próximo da Estrada da Pedra (Reta) no mesmo loteamento. Orgulha-se de ter criado três filhas e um neto e de ter dado oportunidade para que pudessem estudar. Duas de suas filhas moram no bairro de Pedra de Guaratiba. Hoje com 69 anos, mora sozinha e trabalha como catadora de produtos para reciclagem.

3 GUARATIBA NO CONTEXTO DA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO

O problema fundamental no Brasil é o de uma sadia brasilidade, a começar pelo reflorestamento, a conservação dos mananciais, para a garantia da nossa fauna, e assim possa haver meios de subsistência a seus habitantes. Particularizando o sertão carioca, o fiz como exemplo dessa calamidade que abrange todo o território brasileiro. (CORRÊA, 1936, p. 237).

3.1 A XXVI REGIÃO ADMINISTRATIVA GUARATIBA

Até meados do século XX, Pedra de Guaratiba encontrava-se isolada do restante da cidade do Rio de Janeiro, sendo visitada apenas durante os verões por moradores temporários. Seu comércio local restringia-se a pequenas lojas de venda de produtos alimentícios para sua reduzida população e alguns poucos restaurantes de frutos do mar destinados aos veranistas. O setor econômico que envolvia grande parte dos moradores locais era a pesca artesanal.

A população local manteve-se pouco numerosa até a década de 1970, porém, a partir de então, a especulação imobiliária intensificou-se e os loteamentos implantados na região foram ocupados por moradores predominantemente oriundos de outros bairros da própria cidade, à procura de tranquilidade. Isso porque a cidade estava se tornando cada dia mais violenta, com parte do município sendo ocupada por favelas e gradativamente tomada por grupos formados por traficantes de drogas. Pressionados por esses tipos de grupos de criminosos e pela crescente valorização de áreas mais próximas do Centro e da Zona Sul da cidade, habitantes das favelas dessas regiões e moradores de bairros vizinhos a elas viram-se obrigados a buscar lugares com um custo de vida menor. Em outros casos, moradores das favelas existentes nestas áreas nobres foram expulsos ou transferidos para áreas mais distantes, no bojo de forte especulação imobiliária e de um acelerado processo de urbanização ocorridos em função da crise econômica que tomava conta do país (LAGO, 1998, p. 3) em fins da década de 1970. Portanto, ao lado desses novos moradores da zona periférica da cidade que apresentavam razoáveis condições financeiras, outros também migraram para a região, oriundos das favelas centrais ou do interior do estado e do país, especialmente da região Nordeste, instalando-se em loteamentos clandestinos ou ocupando áreas verdes de forma desordenada, criando novas favelas.

A região de Guaratiba tinha na época uma economia predominantemente rural. Já os bairros de Pedra de Guaratiba e de Barra de Guaratiba eram reconhecidamente localidades de pescadores e tinham uma economia local que girava em torno dessa atividade, acrescida do turismo de fim de semana que alimentava os bares e restaurantes. Com a forte especulação imobiliária dos anos 80 sobre a Barra da Tijuca e o Recreio dos Bandeirantes, aumentou ali a oferta de empregos, principalmente na construção civil. Ocorreu que a região de Guaratiba tornou-se para essas populações trabalhadoras e seus familiares a mais propícia para as suas moradias, pois era a área mais barata que encontraram para se instalarem próxima aos seus locais de trabalho. Assim, foram ocupadas áreas já urbanizadas como também áreas de proteção ambiental e, esse acelerado processo de ocupação, deu-se de forma desordenada, no entorno do bairro de Pedra de Guaratiba. Para os antigos moradores, essas ocupações coincidiram com um aumento da violência na região e com a diminuição da pesca, em consequência da poluição da Baía de Sepetiba.

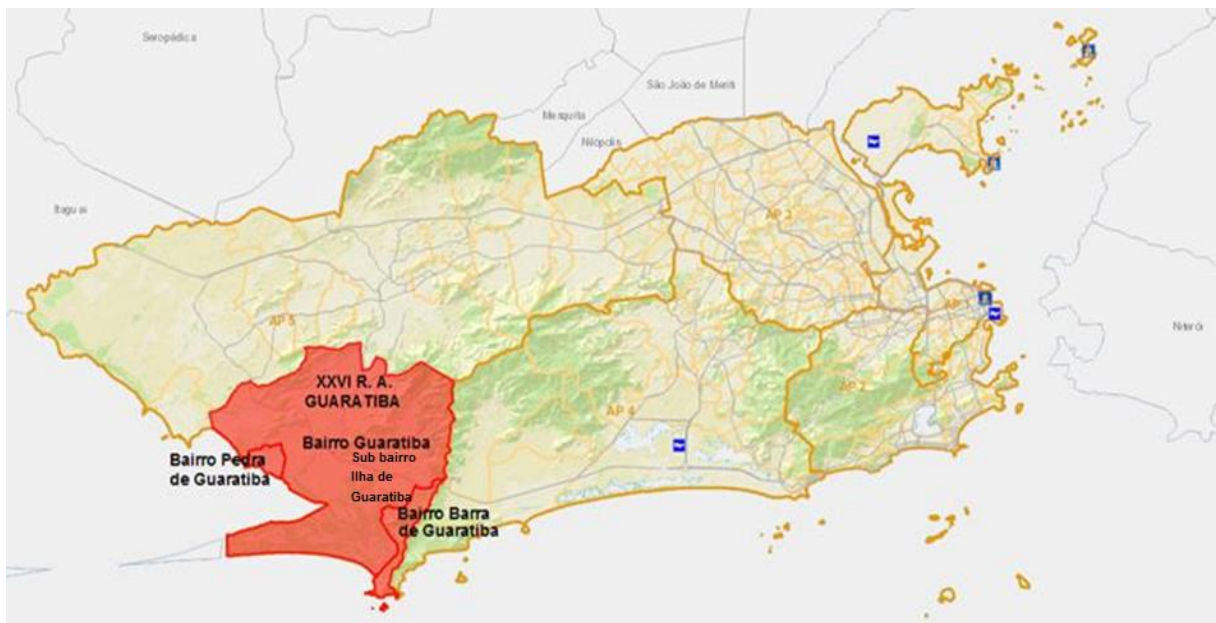


Figura 9: Mapa da Cidade do Rio de Janeiro, destacando os bairros da XXVI R.A. Guaratiba: Pedra de Guaratiba, Barra de Guaratiba e Guaratiba e o sub-bairro de Ilha de Guaratiba.

Fonte: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br> (editado).

A XXVI Região Administrativa do Rio de Janeiro é Guaratiba, na Zona Oeste da cidade, criada em 1981, quando se dividiu o município em Áreas de Planejamento (AP) (Anexo A). Guaratiba localiza-se na AP-5 junto com a XVII RA Bangu, a XVIII RA Campo Grande, a XIX RA Santa Cruz e a XXXIII RA Realengo. Até então, a região de Guaratiba estava alojada dentro da RA Campo Grande. A RA Guaratiba está dividida em três bairros:

Guaratiba, Pedra de Guaratiba e Barra de Guaratiba, cujos limites geográficos foram definidos em 1985 (Anexo B). A chegada de novos moradores à região, intensificada a partir de então, fez surgir outras comunidades no entorno de Pedra de Guaratiba, causando impacto na economia e no modo de vida local. Hoje, Pedra de Guaratiba é um bairro com sua delimitação bem definida e tem como vizinhos, além dos bairros já citados, favelas, loteamentos clandestinos e áreas invadidas. Mais precisamente, há duas comunidades próximas que são objeto deste estudo: A favela do Piraquê, às margens do rio homônimo, no limite leste do bairro de Pedra de Guaratiba; e a favela da Reta, à beira da Estrada da Pedra, localizada a noroeste, que faz a ligação entre os bairros de Guaratiba e de Santa Cruz. Esta é mais complexa, pois reúne várias comunidades que, com o crescimento populacional, passaram a ser tratadas pelo nome comum de Reta: o Jardim Guaratiba, o Pingo D'Água e o loteamento Jardim Cinco Marias, acolhendo as novas populações, como se pode ver nas figuras 9 e 10.

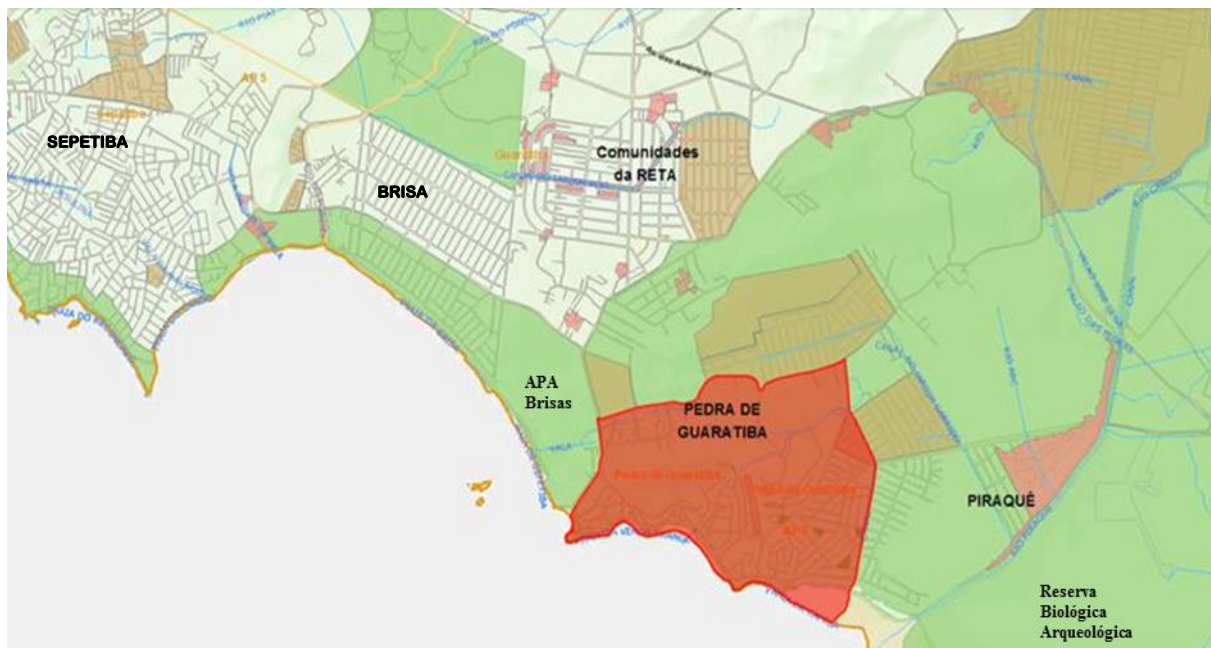


Figura 10: Mapa do Bairro de Pedra de Guaratiba, destacando as comunidades vizinhas do Piraquê e da Reta.
Fonte: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br> (editado).

Na figura 10 também se pode observar os bairros de Sepetiba e Pedra de Guaratiba, os arruamentos dos vários loteamentos implantados no bairro de Guaratiba, próximos ao bairro de Pedra de Guaratiba, como por exemplo, o loteamento da Brisa e também as favelas do Piraquê e da Reta, bem como as áreas de mata subsistentes: à esquerda de Pedra de Guaratiba está a Área de Proteção ambiental (APA) das Brisas e, à direita, a Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba.

3.2 POSSE E PROPRIEDADE DA TERRA E ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

O fenômeno da ocupação desordenada nas periferias dos grandes centros urbanos atinge muitas grandes e médias cidades do Brasil. A predominância de migrantes provenientes da região nordeste para a região sudeste do país também não é um fato novo¹². Guaratiba não foi a única região da cidade do Rio de Janeiro que sofreu com o crescimento urbano sem planejamento. Também não foi o único lugar onde pessoas de diferentes origens e procedências estabeleceram novas formas de se relacionarem. Portanto, o que ocorre na região de Guaratiba não é de modo algum um fato isolado. A gradação das escalas de observação do que aconteceu em Guaratiba é extremamente útil neste estudo, para conhecer as motivações pessoais dos migrantes, os sentimentos de “estranhamento” dos moradores antigos e as relações dos recém-chegados com outras comunidades situadas fora da região de Guaratiba.

Neste sentido, o movimento dos *Annales* trouxe importantes exemplos de como tratar a história do coletivo, de como deve ser feita a procura de fontes adequadas e sobre quais as formas de tratamento das fontes de modo que permitam a análise da quantificação e da classificação das mesmas, resultando em importantes transformações na produção do conhecimento histórico. Com o objetivo de retirar dos índices uma constante, mediu os fenômenos sociais a partir de indicadores simples e simplificados, e buscou a regularidade do social, afastando-se do fenômeno único, acidental (REVEL *in*: LEVI, 2000, Prefácio). Apesar dos grandes resultados obtidos, a história social, que toma impulso a partir dos *Annales*, chegou ao final do século XX questionando se esses resultados compensaram os esforços empreendidos. Os questionamentos em torno de uma história total ou global, as transformações rápidas do século XX e as incertezas quanto ao futuro teriam influenciado os historiadores, que agora buscam projetos menos ambiciosos e limitados a objetos mais restritos e mais fáceis de serem manipulados, ou seja, a microanálise. Sobre a microanálise, Revel (1998, p. 32) interroga: “Qual pode ser a representatividade de uma amostra assim circunscrita? Que pode ela nos ensinar que seja generalizável?”. São essas as duas perguntas que adotei como referência, para direcionar a pesquisa que busco aqui empreender sobre uma pequena comunidade localizada na periferia da cidade do Rio de Janeiro, o bairro de Pedra de

¹²Sobre migrações na Cidade do Rio de Janeiro, consulte: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro – IPP, 2013.

Guaratiba e as comunidades de populações imigrantes que se formaram em seu entorno, chamadas Piraquê e Reta.

Ao limitar espacialmente o campo de observação, deparei-me com dados mais numerosos, mais refinados e, principalmente, que se organizam de acordo com configurações inéditas. Assim, na perspectiva lançada acima, torna-se necessário questionar o grau de representatividade da amostra e o que pode ser generalizável a partir dela. Ao recorrer a Revel, verifiquei que a proposta microanalítica se preocupa com a análise das relações sociais e pensa em uma “história vista de baixo”¹³. A micro-história vai contrapor-se à história-síntese que se praticava até então. Ginzburg (1986) expõe as “raízes” de um saber indiciário ao qual a história pertence. O “paradigma indiciário” a partir do qual ele propõe um novo rumo na busca do conhecimento histórico, composto de um “rigor flexível” próprio de um saber indireto, ligado à experiência cotidiana do homem. Ginzburg apresenta uma nova maneira de fazer história com uma abordagem que busca os fenômenos marginais, negligenciáveis, como reveladores de uma história mais geral, ampliando os limites da pesquisa histórica. A busca do reconhecimento dos indícios, das pistas, do que há de individual, como meio para a compreensão dos fenômenos mais gerais, torna-se cada vez mais refinada. A história, como saber indiciário que é, segundo Ginzburg, deve buscar nas classes populares e, muitas vezes, nos indivíduos que se encontram nelas diluídos, os elementos reveladores das conjunturas sociais. A diminuição da escala de análise se faz necessária se se quiser empreender uma pesquisa qualitativa. Os métodos de investigação, os instrumentos que podem ser utilizados para a comprovação de dados e as possibilidades da história, abrem-se com a variação das escalas de análise e mais precisamente com o uso da criatividade e da intuição¹⁴. Não há dúvida de que, ao trabalhar com fontes tão sutis como os testemunhos e a memória, é preciso ter sensibilidade para ler além das palavras.

A mudança radical na escala de observação da proposta microanalítica torna operacionais as lições da antropologia social na prática do historiador, permitindo a escolha das relações interpessoais como o verdadeiro objeto da análise histórica. Procedimentos de análise ao nível do indivíduo ou de grupos podem gerar a reconstrução histórico-institucional de uma determinada comunidade. A investigação das relações interpessoais e entre grupos e as estratégias pensadas como práticas racionais eram aplicadas apenas para tratar as elites na historiografia clássica, mas a partir da microanálise e da “história vista de baixo” podiam ser

¹³Cf. nota 3.

¹⁴“*Firasa*: noção complexa, que designava em geral a capacidade de passar imediatamente do conhecido para o desconhecido, na base de indícios.” Cf. GINZBURG, 1986, p.179.

aplicadas aos grupos sociais diversos. Tenho aqui não apenas a mudança de escala, mas também a mudança de foco, para dar visibilidade aos saberes das classes populares e a forma como enfrentavam, como atores que desempenham papéis ativos e passivos, os eventos da história.¹⁵ O conhecimento agregado pela passagem a uma escala micro permite um melhor enfoque da experiência social e da constituição de identidades de grupos, além das categorias já utilizadas pela história social no nível macro, mais abrangente, e permite, portanto, uma diversificação dos dados utilizados. Assim sendo, considerarei as transformações ocorridas na região de Guaratiba como um microcosmo da fragmentação territorial que ocorreu na periferia da cidade do Rio de Janeiro, que exemplifica, por sua vez, o fenômeno da ocupação de terras em seus diversos aspectos: posse, propriedade, arrendamento, entre outros.

3.2.1 Uma Freguesia Rural

A freguesia de Guaratiba, junto com a de Campo Grande e de Jacarepaguá foi desmembrada da freguesia de Irajá, em 1755, por Dom José de Barros Alarcão, que hoje dá nome a uma das principais ruas de Pedra de Guaratiba. Era considerada, até o final do século XIX, como uma das mais prósperas freguesias da cidade do Rio de Janeiro (NORONHA SANTOS, 1965, p. 73-74). A região de Guaratiba, junto com a de Campo Grande, produzia, até o início do século XX, principalmente, açúcar e café¹⁶. Os muitos engenhos da região estão enumerados por Brasil Gerson, em *As Ruas do Rio* (2000, p. 397), onde se lê: “... em Guaratiba vários eram os engenhos que lhe davam importância, entre eles o Engenho Novo [...], o Engenho de Fora, e o do Morgado, e o da Ilha, e o da Bica [...] e o da Pedra, que era dos religiosos, da Ordem do Carmo da Lapa...”. Há ainda registros da produção anual de 1162 sacas de café vindas de Guaratiba, no censo de 1920. Aos poucos, as fazendas foram substituídas por sítios que se dedicaram a produção de laranja e que, por sua vez, tornaram-se decadentes a partir da Segunda Guerra Mundial.

Em 1965, ainda se registrava produção de laranja acompanhada da produção de bananas, da agricultura de subsistência e da criação de gado, que contava com a proximidade

¹⁵Ginzburg oferece um exemplo quando, através de um personagem, Menocchio, vai ao cerne de duas questões importantes: o fim dos monopólios da Igreja Católica, sobre a religiosidade europeia, e das elites, sobre a cultura escrita, a partir de dois eventos igualmente significativos para a história: a Reforma Protestante e a invenção da imprensa. Cf. GINZBURG, 2008.

¹⁶Sobre a posse e a propriedade da terra e a economia agrária da região de Guaratiba entre os séculos XVI e XIX, consulte Mota (2009).

do matadouro de Santa Cruz (JORNAL DO BRASIL, 20/05/1965). O matadouro havia sido transferido para Santa Cruz, em 1881, para ficar mais próximo da zona produtora de gado da cidade e também porque o escoamento da produção poderia ser facilitado pela recém-implantação, em 1875, do ramal da Estrada de Ferro Dom Pedro II, que liga a região ao Centro (ABREU, 2013, p. 53).

Entre 1940 e 1950, os bairros do ramal ferroviário de Santa Cruz cresceram 66%, diminuindo na década seguinte, após a abertura da Estrada Rio-São Paulo que promoveu o crescimento dos municípios vizinhos de Nova Iguaçu, São João de Meriti, Caxias e Nilópolis. Entre 1950 e 1960, Campo Grande cresceu 112%, o mais alto índice da cidade, em decorrência da transformação das áreas de citricultura decadentes em loteamento. A topografia da região, com relevos suaves, favorecia a implantação de loteamentos com baixo custo de investimento. A presença de um núcleo urbano bem desenvolvido em Campo Grande, com uma ampla oferta de comércio, escolas, hospitais (O hospital Rocha Farias foi inaugurado em 1940), forneceu a região uma aparência de cidade do interior, com bairros residências ocupados por uma classe média abastada, enriquecidos pela citricultura e posteriormente pela venda das terras em forma de lotes, e pelos investimentos de suas pequenas fortunas nas firmas de comércio local. Guaratiba valorizava-se por sua balneabilidade, favorecida pelo melhoramento do acesso via Campo Grande, com estradas asfaltadas e linhas de bonde, ônibus e lotação, e pela gradativa substituição das grandes propriedades por sítios menores. Santa Cruz também apresentou índices de crescimento populacional de 49%, entre 1940 e 1950, e 56%, entre 1950 e 1960, mas ainda preservava seu caráter rural ligado mais a pecuária do que a agricultura. (SOARES, 1965, p. 375-377).

Até os anos 50, os problemas da região eram típicos de uma área rural que rapidamente se urbanizava: O “sertão carioca”¹⁷ sofreu uma valorização artificial entre o final dos anos 40 e o início da década de 1950, pois, em pouco mais de cinco anos, uma área que custava 300 ou 400 mil, passou a custar entre 12 e 15 milhões de Cruzeiros (ÚLTIMA HORA, 14/10/1952, p. 6); A fazenda Modelo abrigava Exposições Agropecuárias anuais, para a promoção da melhoria técnica do setor na região; Na Câmara Municipal, vereadores reivindicavam a drenagem de rios, o asfaltamento de estradas da região de Guaratiba, a integração da região através da construção de uma estrada que margeasse o rio Cabuçu, de Campo Grande à Guaratiba, e elencava as vantagens de se fazer linhas de bonde que ligassem

¹⁷Termo cunhado por Magalhães Corrêa, que dá título ao seu livro *O Sertão Carioca*, de 1936, e que se verá empregado, pelos jornais, para definir a Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro até o final da década de 70. A partir de então, a expressão irá adquirir um aspecto de nostalgia.

Santa Cruz a Guaratiba e Sepetiba, atendendo aos lavradores, aos que queriam tomar banho de mar e àqueles que trabalhavam em uma localidade e moravam em outra (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1952-1953); Na contramão do aumento populacional, Roquete Pinto reclamava do exodo rural que vinha ocorrendo no “sertão carioca”, por causa da falta de investimento do governo em infraestrutura que prendesse o homem à terra. Segundo ele, os dados do IBGE mostravam que as terras cultiváveis do Distrito Federal diminuíram de 51.400 hectares, em 1920, para 39.663 hectares em 1950 (JORNAL DO BRASIL, 30/07/1953, p. 5). Mas, apesar dos esforços do governo, os lavradores continuavam a queixar-se, entre outros problemas, da necessidade de drenagem de áreas alagadas, para melhor aproveitamento das terras agricultáveis.

Ao longo da década, novos problemas surgiram e estavam ligados às questões de propriedade da terra. Em 1951, duas companhias imobiliárias se diziam donas das terras de Pedra de Guaratiba e pretendiam loteá-las. Possesores da região, que se dedicavam a produção de laranja, banana, legumes e hortaliças, prometeram reagir na justiça ou através da violência. Lavradores apoiados pela Companhia de Citricultores e Criadores S. A., de Guaratiba, e pela Colônia de Pescadores Z-8, de Pedra de Guaratiba (hoje Z-14), solicitaram ao presidente Getúlio Vargas providências imediatas contra grileiros que se fizeram donos da Fazenda da Pedra e estavam expulsando os posseiros. Ao mesmo tempo, o Deputado Federal Alcir Pimenta defendia os direitos dos lavradores de Guaratiba de continuarem ocupando as terras que cultivavam há gerações. O caso da Fazenda da Pedra ocupou a pauta da Câmara Federal, nos primeiros anos da década de 1950, pedindo providências ao governo para retomada também das terras da União e de marinha das mãos de particulares (grileiros) (JORNAL DO BRASIL, 1953-1956).

Em 1953, o vereador Miécimo da Silva reclamava na Câmara sobre a violência que o proprietário do loteamento Vilamar de Guaratiba exerciam sobre lavradores e moradores de Pedra de Guaratiba (GAZETA DE NOTÍCIAS, 23/04/1953, p. 4). O PTB, de Getúlio Vargas, se posicionou incondicionalmente ao lado dos lavradores posseiros, maioria dos moradores da região, e contra os grileiros que assolavam a região de Campo Grande Santa Cruz e Guaratiba (ÚLTIMA HORA, 02/08/1954, p. 2). Em 1955, o Procurador da República, Ademar Vidal, solicitou que as imobiliárias que comunicassem as escrituras passadas nos terrenos litigiosos. Apenas uma delas, ligada a uma companhia paulista, não se intimidou em avançar sobre terras da União e terras de marinha: a Companhia Continental, proprietária do loteamento Vilamar de Guaratiba, que expulsou os lavradores de Pedra de Guaratiba (JORNAL DO BRASIL, 03/12/1955, 1º caderno, p. 6). O Sr. Mario, que viveu até os 19 anos em um sítio que ficava na

Estrada da Matriz, contou-me que havia muita tensão, chegando até mesmo a conflitos armados:

Quando a Companhia entrou, que começou a envolver a gente, o interesse deles era pegar o sítio de todo mundo, né? Aí, eu... nós criamos caso para não ficar... pra não apanhar o nosso sítio, pra ficar só com a parte direita, eles queriam tudo pra fazer o loteamento Vilamar. O que que fez o Doutor Marazu (?), que era o engenheiro chefe, ele fez uma planta, um documento na prefeitura alegando que a Estrada da Matriz não tinha moradia, porque nós era morador antigo, mas nós não tinha uma escritura do governo, né? Tinha a escritura de posse que nós morava, né? Eles criaram um documento apresentando melhoramentos no bairro, como o loteamento. Então dava direito de... à vezes a indenizar a gente, né? Mas muita gente não sabia disso não. Era uma briga toda, aquela briga toda e... eles aí, foram lá em casa e queriam invadir o sítio de meu pai para medir o sítio, né? Pra fazer um levantamento, aí... [...] eu estava com 19 anos [anos 50] ...aí eu briguei com ele, briguei muito. Chegou a ponto de o polícia deles lá [...] puxar arma, eu também puxar arma. Ele disse que ia invadir o sítio, [...] com revólver na mão, eu disse assim, entra aqui que também tem arma aqui. [...] Eles não chegaram a invadir não, eles recuaram.

Nascido na Estrada da Matriz, que recebeu este nome por ligar a Praça Raul Capelo Barroso (antiga Praça do Rodo) à Igreja Matriz de São Salvador do Mundo, situada na Ilha de Guaratiba, o Sr. Mario viu as terras vizinhas serem tomadas pela Companhia Continental e, junto com o pai e os irmãos, decidiu negociar a venda do sítio com a Companhia antes que o perdessem também. Segundo ele, até então, o trajeto da Estrada da Matriz tinha curvas e a Companhia precisava das terras do seu pai para corrigir o traçado.

Em toda a região de Guaratiba a situação repetia-se, com a expulsão de lavradores e destruição das lavouras. Entre os anos de 1955 e 1956, o jornal Gazeta de Notícias empreendeu uma campanha de apoio aos posseiros ocupantes de uma vasta região em Guaratiba, que tinha como limites Pedra de Guaratiba, Sepetiba e Santa Cruz. Tratava-se da Fazenda Piaí. Grileiros criaram um loteamento da noite para o dia que chamaram de Jardim Piaí, e estavam vendendo as terras a terceiros. O jornal pedia um posicionamento da Câmara Municipal, alertando para a necessidade de preservação da zona rural da cidade que se encontrava sob o risco de perder as principais fontes de abastecimento de produtos agropecuários.

O Sr. Hugo relata em tom nostálgico como era a paisagem do bairro de Pedra de Guaratiba quando a Companhia Continental começou a rasgar as ruas e a aterrar os mangues para a implantação do loteamento Vilamar:

A parte, indo daqui pra lá, vamos dizer, pro Piraquê, Rio Piraquê, [o trajeto pela Estrada da Matriz entre o bairro de Pedra de Guaratiba e a localidade do Piraquê], do lado direito era praticamente todo ele lama, mangue, e havia um morro que tinha um

convento lá em cima, antigo convento das carmelitas, etc., abandonado, lógico, mas morava uma família lá. E meus pais se davam com os pais... com aquela família, etc., e aquele morro todinho foi desmontado, desbastado pra aterrar pra fazer o loteamento do Vilamar.[...] Como não foi possível, porque houve um embargo, um pedaço do morro ficou, mas ficou bem baixinho ainda, mas o resto foi tudo embora... aquelas mangueiras centenárias, onde pra dar a volta numa delas que tinha lá enorme, precisavam três homens abrindo os braços pra poder dar a volta na mangueira.

A especulação imobiliária desenfreada iniciada nos anos 50, com a multiplicação dos loteamentos, apresentou dez anos depois uma elevação no valor da terra na zona rural da cidade, dificultando o trabalho dos agricultores que acabam empurrados para terras menos produtivas ou expulsos. Muitas áreas deixaram de produzir para ficarem abandonadas a espera de valorização. Outras eram arrendadas a preços baixos para lavradores que, por não serem proprietários, não tinham interesse em investir na modernização da forma de cultivo, já que as terras podiam ser retomadas por seus donos a qualquer tempo. Apesar de neste tempo ser ainda considerada uma zona rural, em meados dos anos 60, a região de Campo Grande, que englobava a região de Guaratiba, estava longe de ser apenas um subúrbio dedicado a abastecer de frutas e aves os mercados da Guanabara, pois já era um importante centro comercial e com a maior concentração educacional do estado. O governo do Estado da Guanabara empenhou-se em melhorar a infraestrutura da região, com a implantação de postos do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), a extensão dos serviços da Cetel (Companhia Telefônica), os investimentos em tratamento de esgoto e a extensão e melhoramento dos serviços da Light, que se ampliaram pela zona rural do Estado. Apesar desses esforços, os serviços públicos não acompanhavam o crescimento da zona rural que avançava rapidamente e não ofereciam infraestrutura para que esta urbanização se fizesse de forma ordenada. A rede de esgoto, a iluminação pública, o transporte público e as ruas e estradas ainda eram precários (JORNAL DO BRASIL, 1960-69).

Na década de 1960, problemas de infraestrutura em Guaratiba, como por exemplo, o abastecimento de água, eram constantes. Os novos habitantes defendiam-se criando associações de moradores, como a Sociedade Amigos da Vilamar de Guaratiba. A coleta de lixo só então passou a utilizar caminhões no lugar das carroças de burros (JORNAL DO BRASIL, 19/09/1961, 1º caderno, p. 5). Na primeira metade da década, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, inaugurou uma elevatória em Pedra de Guaratiba, visando solucionar o problema do esgoto. Mas, a construção em si já apresentava um prejuízo à praia local, pois ocupava, e ainda ocupa, parte da faixa de areia. O crescimento urbano sobre a zona rural da Guanabara apontava para a intensificação da agricultura em pequenos lotes de terra.

A pecuária paulatinamente deu lugar à avicultura e a agricultura extensiva foi substituída pela produção de verduras hidropônicas e de plantas ornamentais, como se confirmou, em 1976, na exposição de flores e plantas ornamentais¹⁸ que reuniu empresas de várias partes do Brasil e contou com a participação uma empresa¹⁹ sediada em Guaratiba (JORNAL DO BRASIL, 26/09/1976, 1º caderno, p. 24). Contribuiu para isso a política do governador Guanabara, Carlos Lacerda²⁰, acusado de não medir esforços no sentido de acabar por completo com o cinturão verde do estado. Sendo o Estado da Guanabara muito pequeno, Lacerda acreditava ser mais importante investir na industrialização e criou entraves para o registro de terras, facilitando a expulsão dos posseiros ao exigir títulos de propriedade ou contratos de arrendamento e favorecendo, assim, a ação dos grileiros que se valiam de títulos falsos. No tempo de Lacerda, proliferaram na justiça as ações de despejo contra os lavradores. Como a intenção era favorecer o grande empresário, o descaso do governo com os pequenos lavradores permitiu a proliferação de grandes loteamentos e de grandes companhias hortigranjeiras (ÚLTIMA HORA, 26/08/1963, p. 5).

Na contramão das ações de Lacerda, o Presidente da República João Goulart iniciou um projeto de reforma agrária pela Guanabara, mas precisamente por Guaratiba, expropriando 10 milhões de metros quadrados, em 1963, que estavam sob domínio do norueguês Eivind Reinert, favorecendo 300 famílias que trabalhavam naquelas terras há mais de 40 anos (ÚLTIMA HORA, 1963). Em 1962, Guaratiba era a região do estado da Guanabara com maior atividade agrária, com um total de 5 mil 398 hectares, de um total de 42 mil 687, onde se ocupam 4 mil 674 pessoas, de um total de 18 mil 937 em todo o estado. Guaratiba possuía, segundo o censo de 1960, 1 mil 516 estabelecimentos agrícolas, de um total de 6 mil 263. Apesar do avanço dos loteamentos, a produção agropecuária ainda era de grande importância para a economia da Guanabara e o governo empreendia esforços, através da Fazenda Modelo, incrementando a avicultura, promovendo exposições agropecuárias e fazendo obras de drenagens para aumentar as áreas cultiváveis (JORNAL DO BRASIL, 1962).

Os problemas de posse e propriedade da terra fez com que o governo da Guanabara enviasse agentes de segurança pública para saber se as terras da SAGAP (Sociedade Anônima Granja Avícola e Pastoril) estavam sendo invadidas em Guaratiba, como se queixava seu

¹⁸Segundo Queiroz (2011, p. 30-32), Roberto Burle Marx foi responsável pela geração desta nova vocação desenvolvida nas terras de Guaratiba. Ao instalar-se no Sítio Santo Antônio da Bica (doador por ele ao IPHAN, em 1985), o paisagista contribuiu com a formação de diversos profissionais, seus discípulos, que se tornaram, a partir da década de 1990, proprietários dos maiores hortos da Ilha de Guaratiba.

¹⁹Empresa Tropiflora, sediada na Estrada da Grota Funda, de propriedade de Wener Haerbele, que trabalhou por quatro anos com Burle Marx (JORNAL DO BRASIL, 28/03/1976, Caderno B, p. 9)

²⁰Governador da Guanabara entre 1960 e 1965.

proprietário Salomão Manela. O posseiro Mario Vaz, morto em 1965 e que hoje dá nome a uma escola municipal em Guaratiba, foi citado como o principal agitador e incitador das invasões. Com o aumento da violência, o Instituto Brasileiro da Reforma Agrária aumentou o número de postos de cadastramento na Zona Rural do Estado da Guanabara, com o objetivo de reconhecer as propriedades rurais do estado (JORNAL DO BRASIL, 1965).

Havia uma indefinição entre os projetos do Governo Federal e o Governo do Estado sobre a destinação das terras da parte oeste da Guanabara. Enquanto o primeiro instalava representações do IBRA, Instituto Brasileiro da Reforma Agrária, no estado, preocupando-se em regularizar as terras para dar mais segurança ao agricultor, o segundo declarava grande parte da zona rural como zona passível de loteamento. A atitude do governador que sucedeu Lacerda no Estado da Guanabara, Negrão de Lima²¹, fez crescer ainda mais a especulação sobre a terra, porque muitos proprietários achavam mais vantajoso vender a terra do que arrendá-las para os lavradores. Os especuladores as compravam para esperar sua valorização, aumentando a pressão sobre o preço da terra. O resultado mais imediato foi a expulsão de lavradores que ocuparam a área havia gerações.

Em 1968, a indefinição da política agrária para a Guanabara gerava expectativas de autossuficiência em produtos agrícolas, ao mesmo tempo que os loteamentos difundiam-se. Nem bem concentrava-se os esforços na promoção da agricultura, nem bem investia-se em infraestrutura para uma futura expansão habitacional. Deste modo, a antiga Zona Rural do Estado da Guanabara, transformou-se na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, sem o devido planejamento (JORNAL DO BRASIL, 1960-69). As autoridades locais de Campo Grande previam que o turismo poderia fazer parte daquela região, que incluía também toda Guaratiba. Reclamavam do governo por não enxergar o potencial turístico presente desde a cachoeira do Rio da Prata, em Campo Grande, até as praias de Barra de Guaratiba e Pedra de Guaratiba (JORNAL DO BRASIL, 15/05/1966, 1º caderno, p. 16).

3.2.2 O Desenvolvimento Urbano

Na década de 1970, embora Guaratiba ainda fosse uma zona rural, com boa parte de suas terras ocupadas por sítios, sua parte litorânea começou a se tornar mais conhecida dos

²¹Governou a Guanabara de 1965 a 1970.

cariocas. Nesta época, a poluição nas praias da Zona Sul já se fazia notar e muitas pessoas passaram a aventurar-se pelas praias “selvagens” da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Grumari e Barra de Guaratiba. E mesmo as praias do interior da Baía de Sepetiba, como Pedra de Guaratiba e Sepetiba, ainda eram consideradas próprias para o banho. Barra de Guaratiba, pelo seu relativo isolamento e seu ar de cidade do interior, passou a ser preferida pelos *hippies*, comuns nos anos de 1970. Barra de Guaratiba, Pedra de Guaratiba e Sepetiba eram também os lugares preferidos para os cariocas passarem um fim de semana agradável com suas famílias. Essas praias, contudo, sofreriam com o aumento populacional ao longo da década, por falta de escoamento de esgoto, tornando a poluição visível, com a formação de línguas negras nas areias (JORNAL DO BRASIL, 1970-79).

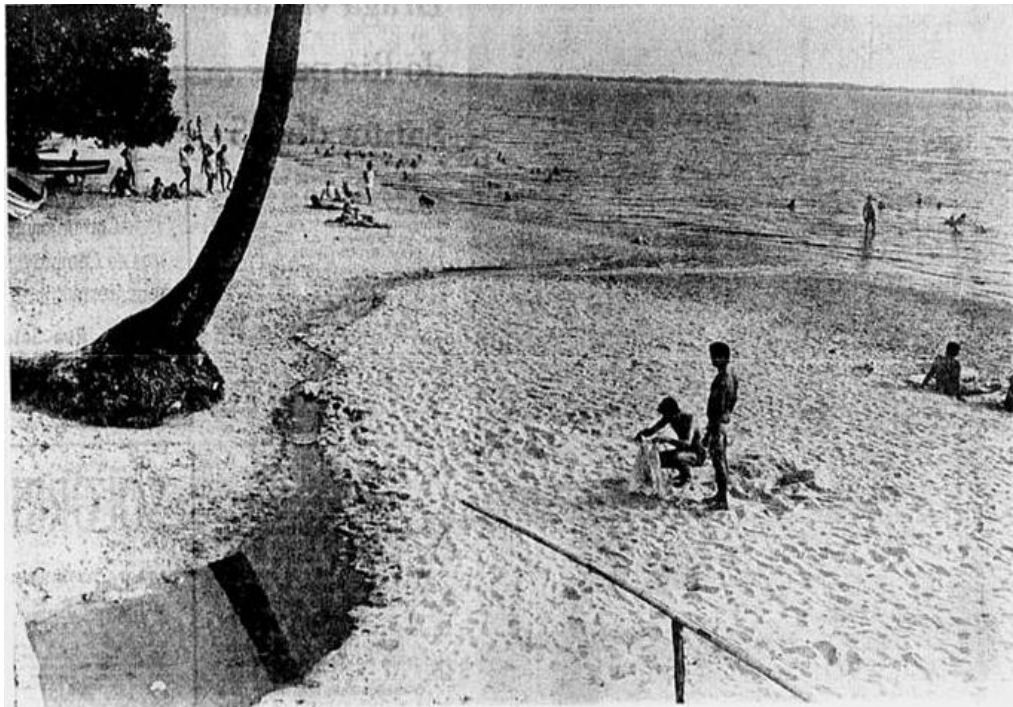


Figura 11: Praia de Pedra de Guaratiba (Coqueirinho). A língua negra corta a parte central da praia, lançando esgoto a céu aberto.

Fonte: Jornal do Brasil, 18/01/1971, 1º caderno, p. 34.

O interesse crescente pela parte litorânea da Zona Oeste está ligado à procura por novas áreas de lazer pelos cariocas. Os moradores da Zona Sul da cidade reclamavam que havia poucas linhas de ônibus para Barra da Tijuca, Grumari e Barra de Guaratiba, sendo a maioria proveniente do subúrbio (Campo Grande, Cascadura, Cidade de Deus, São Cristóvão) e apenas uma da Zona Sul (Gávea) (JORNAL DO BRASIL, 27/09/1971, 1º caderno, p. 5).

Isso me permite concluir que os centros de mercado de trabalho e de oferta de bens e serviços, para os moradores das localidades litorâneas distantes, eram os subúrbios citados.

Com a abertura da Estrada Rio-Santos, atual Avenida das Américas, e de uma nova passagem na Grota Funda, os anúncios de novos empreendimentos imobiliários na região de Guaratiba se multiplicaram. O velho trajeto da Grota Funda formado pela passagem de tropas e carroças foi estruturado em 1870, abandonado em 1970 e substituído hoje pelo túnel, na ligação de Guaratiba com o Recreio dos Bandeirantes. A demanda por novas praias sem poluição pressionou a abertura da estrada que liga o Recreio dos Bandeirantes ao Grumari. Antes, só era possível chegar lá através da estrada que liga Grumari a Barra de Guaratiba. A preocupação ambiental já se fazia sentir e, assim, foi anunciado o tombamento provisório do Grumari para conter a especulação imobiliária.

Barra de Guaratiba, sugerida como um lugar para passear no fim de semana, era indicada para aqueles que se aventuravam pela Avenida das Américas e ultrapassavam a Grota Funda. Chama à atenção a descrição das estradas como estreitas e pouco sinalizadas, apesar do asfalto novo. A Ilha de Guaratiba, que não é uma ilha, é apontada como único lugar que tem um telefone em toda a região. As peixarias, com frutos do mar variados a bom preço e as iguarias marinhas dos cardápios dos restaurantes de Barra de Guaratiba, são os grandes atrativos que fazem valer o esforço de chegar até lá, pois, segundo informava o Jornal do Brasil (06/08/1972, caderno B, p. 15) o caminho apresentava uma vegetação rude, pontuada de algumas crianças vendendo caranguejos, e que obrigava o motorista a se desviar das carroças puxadas por burros. A vocação rural ainda estava presente.

Em 1971, a Fazenda Modelo promovia encontros entre agricultores, pecuaristas e pescadores, e o governo da Guanabara apresentava planos de vacinação para o gado da zona rural do Estado, que envolvia terras de Realengo, Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz. Havia uma parcela de preocupação em preservar e valorizar as áreas agrícolas, que eram responsáveis por 60% do abastecimento da cidade. Todavia, as expectativas para o futuro dava como destino natural da Baía de Sepetiba o transformar-se num polo industrial-residencial-turístico. Com a implantação da COSIGUA (Companhia Siderúrgica da Guanabara) na zona industrial de Santa Cruz, às margens da baía, previa-se o crescimento do número de empregos diretos, 12 mil, e indiretos, 17 mil, atraindo novos moradores, e dando início a um desenvolvimento global de toda a Zona Oeste do Estado da Guanabara.

No começo da década de 1970, a economia da região estava saturada por falta de empregos em Campo Grande, Região Administrativa a qual Guaratiba estava atrelada, obrigando o deslocamento do trabalhador para o Centro. A siderúrgica COSIGUA, com

previsão de funcionamento em 1973, gerava a expectativa de oportunidade de morar e trabalhar na região, onde era mais barato viver e onde novos empreendimentos imobiliários do BNH estavam em andamento. A fixação de residências na Zona Oeste diminuiria os gastos dos trabalhadores de 20 para 3% com transporte. Muitas indústrias estavam à espera da construção da siderúrgica e se preparavam para mudar-se de São Cristóvão e adjacências do trecho inicial da Av. Brasil para a Zona Industrial de Santa Cruz, próxima à COSIGUA. O escoamento do esgoto industrial era uma preocupação, mas havia a promessa de que ele seria tratado antes de ser despejado no Rio da Guarda, que desemboca na baía. Nesta época, a poluição da baía já era vista como de proporções alarmantes e o governador da Guanabara Chagas Freitas já colocava o assunto do desenvolvimento industrial ao lado da preocupação com projetos de combate a poluição. A origem da poluição apontada como promotora da diminuição da pesca na Baía de Sepetiba devia-se ao esgoto sem tratamento e à indústria de zinco da Ilha da Madeira, além do curtume da Estrada do Mendanha e do Matadouro de Santa Cruz. Os pescadores, por sua vez, reivindicavam a criação de um distrito da pesca em Sepetiba, com a instalação de indústrias beneficiadoras para congelamento e enlatamento de camarões e a modernização dos equipamentos de pesca. Para a opinião pública em geral, expressa pelas páginas dos jornais (JORNAL DO BRASIL, 18/01/1971, 1º caderno, p. 34), o governo poderia desenvolver o turismo na região incentivando a prática de esportes náuticos no verão e a outros eventos no inverno, aproveitando a grande produção de camarões e a banda de música local. Havia uma visão sobre o potencial turístico da região.

Prevendo o crescimento da antiga zona rural, agora chamada de Zona Oeste, com a instalação do complexo industrial de Santa Cruz, em 1972, o governo da Guanabara planejou a construção de estradas que ligassem a região ao centro, fazendo uma integração norte-sul. Acreditavam que com isso estariam desempenhando um processo que o governo chamou de “colonização rural” (JORNAL DO BRASIL, 17/04/1972, 1º caderno, p. 5). Mas esse processo não acompanhou o crescimento populacional e a consequente proliferação dos loteamentos desde a década de 1950, e implantação de conjuntos habitacionais a partir dos anos 60.

Em Guaratiba, não foram instalados conjuntos habitacionais. Os mais próximos de Guaratiba ficaram na região vizinha de Santa Cruz: o Conjunto Habitacional Antares, em 1974, e o Conjunto Habitacional da Avenida Cesário de Melo (Cesarão), em 1979. A pulverização das terras da porção rural da cidade do Rio de Janeiro começou, no entanto, quando ela ainda era Distrito Federal, no final dos anos 40. Em Guaratiba, as primeiras fragmentações surgiram em 1950, com os loteamentos Jardim Garrido e Jardim Cinco Marias, em 1951, e Vilamar em 1952. Em 1976, foi a vez do loteamento Enseada das Graças, na Praia

da Brisa, apontado como ótimo investimento para quem estivesse disposto a aguardar pela valorização dos terrenos (JORNAL DO BRASIL, 1976). Os loteamentos, inclusive os inaugurados nos anos 50, não eram dotados de asfaltamento das ruas, de abastecimentos de água e luz adequados, nem de rede de esgoto. Os meios de transporte eram outro problema grave, para quem se aventurasse a morar nesses loteamentos. Por exemplo, a falta de infraestrutura em transportes foi o principal ponto que inviabilizou a pretensão aventada entre 1973 e 1975 de transferência do Zoológico da Quinta da Boa Vista para Guaratiba (JORNAL DO BRASIL, 1970-79).

Muitos compradores deixaram de pagar as prestações dos lotes que ficaram abandonados logo nos primeiros anos. A Companhia Continental, proprietária do loteamento Vilamar de Guaratiba, intimava pelos jornais os devedores a pagarem as prestações dos lotes em atraso apenas quatro anos após o lançamento do loteamento (JORNAL DO BRASIL, 31/07/1956, 1º caderno, p. 11). Na Enseada das Garças não foi diferente. Dez anos após seu lançamento, o loteamento na Praia da Brisa também se encontrava abandonado. Ninguém na região se lembrava nem mesmo do nome do loteamento que contava com 40% das casas abandonadas pelos proprietários inadimplentes. Muitas casas e terrenos foram invadidos por famílias vindas de Nova Iguaçu e de Nova Friburgo. No loteamento, lançado pelo ex-prefeito Marcos Tamoyo, em 1976, faltava todo o tipo de infraestrutura: comércio, área de lazer, posto médico, escolas, transportes, segurança, iluminação pública, limpeza urbana, etc. No lado oeste, surgiu também um loteamento clandestino, onde as condições de moradia eram ainda piores, com a presença de insetos e animais peçonhentos (JORNAL DO BRASIL, 1986).

Apesar da rápida valorização das terras, a Zona Oeste ainda era a região mais disponível do antigo Estado da Guanabara para quem procurava grandes lotes. Segundo Singer (1979, p. 28), em geral, com o desenvolvimento das cidades pode ocorrer em determinadas regiões a disputa entre empresas e indivíduos por áreas idênticas do espaço urbano. Isso acontece com empresas que precisam dos mesmos serviços oferecidos aos indivíduos, com acesso a transporte, comunicações e comércio varejista. Já as empresas que precisam de grandes áreas, deslocam-se para a periferia, onde a terra é mais barata, como era o caso de Guaratiba. A partir dos anos 70, verifica-se a ocorrência deste fenômeno na região de Guaratiba. Em 1976, a Fábrica de Plásticos Tupperware, instalou-se na Estrada da Ilha, no bairro de Guaratiba. No mesmo ano, a Pesagro, herdou os tanques para criação de cativoiro, deixados pela Empresa Souza Cruz. O Exército ocupou vasta área próxima aos manguezais de Guaratiba e, em 1979, iniciou a instalação do seu Centro Tecnológico, CETEx. Em 1981, A fábrica de pneus Michelin, instalou-se no bairro de Campo Grande, trazendo consequências

para Guaratiba, devido aos dejetos lançados no Rio Piraquê. Em 1984, A EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa de Alimentos, inaugurou suas instalações em Guaratiba. Com a presença destas instituições públicas e grandes empresas na região de Guaratiba, surgiu uma expectativa de que empresas de fabricação de armas e munição e outras que incorporassem tecnologia avançada se instalassem ali, formando um complexo de pesquisa, desenvolvimento e aplicação destas tecnologias, e atraindo outras empresas civis de pequeno e médio porte. Havia grande expectativa para que o desenvolvimento da região ocorresse no sentido da implantação de grandes indústrias com tecnologia de ponta e, para isso especulava-se o apoio e financiamento do governo, desde que não fossem poluidoras (JORNAL DO BRASIL, 23/02/1986, 1º caderno, p. 30). Na vasta região de Guaratiba, ainda resistiram a propriedades com maiores extensões, principalmente na Ilha de Guaratiba, onde muitas terras eram ainda dedicadas à lavoura e à citricultura, até a década de 1980. A fragmentação da terra em pequenos lotes para moradia, na Ilha de Guaratiba, só se intensificou a partir dos anos noventa, com a proliferação de condomínios (QUEIROZ, 2011, p. 38-41).

O crescimento da população em Guaratiba, de um modo geral, pode ser sentido, nos primeiros anos da década de 1970, quando se observa o aumento do número de seções, de 197 para 206, da 25ª Zona Eleitoral, que compreende nove atuais bairros: Paciência, Inhoaíba, Cosmos, Campo Grande, Santa Cruz, Pedra de Guaratiba, Barra de Guaratiba, Ilha de Guaratiba e Sepetiba, segundo dados do Jornal do Brasil (07/04/1971, 1º caderno, p. 3). Entretanto, a infraestrutura que deveria acompanhar esse crescimento não ocorreu adequadamente. A Dona Tina lembra-se de que, quando foi morar no loteamento Jardim Cinco Marias, não havia asfalto, água encanada e nem esgoto, e a luz era precária. Ela e seus vizinhos reuniam-se para fazer a capina e a limpeza da rua.

Mesmo quando houve interferência por parte do governo, como por exemplo, com a transferência de populações das favelas de outras áreas da cidade, ele não forneceu essa infraestrutura adequadamente. A falta de policiamento e uma polícia sem recursos contribuíram para o aumento da violência na Zona Oeste. A polícia militar da região era subordinada ao policiamento da zona norte e não era capaz de combater a criminalidade crescente depois da transferência de favelas para a Vila Vintém, em Senador Camará, e para a Vila Kennedy. O nono Batalhão de Infantaria de Bangu, criado em 1968, era insuficiente. E, então, em 1971, foi criado o Quartel de Polícia Montada de Campo Grande, visando à interiorização da Polícia Militar, preocupada com o crescimento que a região teria com a criação do polo industrial de Santa Cruz.

3.2.3 Os Conflitos Sobre Posse e Propriedade da Terra

Em 1969, o governo havia anunciado seu novo projeto de reforma agrária, que compreenderia também a regularização das terras da União e a implantação e atualização do cadastro territorial e do sistema tributário rural. Na Guanabara, ela atingia a Zona Oeste da cidade, especialmente, Guaratiba. Um proprietário de grandes terras na região, Sr. Camilo Atilho Filho, dizia não temer reforma agrária, porque mantinha boas relações com nove posseiros e que, inclusive, era padrinho dos filhos de alguns. Mas, com o anúncio da reforma agrária, surgiram vários proprietários das terras de Guaratiba, que envolviam a antiga Fazenda Guaratiba e o Engenho de Fora. Além deles, 84 posseiros, cujas famílias de alguns ocupavam aquelas terras há mais de 100 anos, receberam intimações para deixar as terras, em apenas 48 horas (JORNAL DO BRASIL, 1972).

As questões de terra na região de Guaratiba tornaram-se muito graves entre as décadas de 1950 e 1980, concomitantemente à valorização das mesmas. Moradores, que ocupavam aquelas terras há muitas décadas, não tinham nenhum registro dos terrenos onde viviam. Em Pedra de Guaratiba a situação não era diferente: de acordo com Manoel Rivadávia Pinto, morador e pesquisador da história da região, o bairro somava 20 mil habitantes em 1975, grande parte pescadores, que não tinham títulos de propriedade. Segundo as expectativas dos moradores de Guaratiba, representados no depoimento de Manoel Rivadávia Pinto para o *Jornal do Brasil* (09/07/1975, p. 10, Caderno B), a região teria uma vocação natural para abrigar moradias privilegiadas, atraindo técnicos das indústrias que surgiriam com a implantação do Porto de Sepetiba, hoje chamado de Porto de Itaguaí²², desde que houvesse interesse na melhoria da infraestrutura por parte do governo. Havia também entre os moradores um sonho de que a Restinga da Marambaia fosse aberta em sua parte mais estreita, permitindo a entrada de águas oceânicas na baía para diminuir os problemas relacionados à poluição.

Os desentendimentos sobre a posse e propriedade de terras eram levados à justiça, mas não raro resultavam em mortes. Na antiga Fazenda Guaratiba, posseiros aguardavam sentença da justiça sobre a posse e propriedade das terras em que viviam há gerações e que naquele momento estavam sendo retomadas por pessoas que nunca viveram lá, mas que tinham documentos duvidosos de propriedade. As terras da Guanabara valorizaram-se muito e a

²²Projeto de Lei do Deputado Simão Sessim (PP/RJ), foi publicada no DOU no 25/11/2005 a sanção presidencial à Lei n.º 11.200, que alterou definitivamente o nome do Porto de Sepetiba para Porto de Itaguaí.

grilagem tornou-se uma prática comum. A falsificação de documentos e a morte na disputa de terras em Guaratiba até a Ilha Grande envolviam grileiros, entre os quais se destaca Clemente Ferreira dos Santos que se apossou de terras da União cedida às Forças Armadas, na Estrada da Barra de Guaratiba e na Restinga da Marambaia, e criou um clube náutico para vender terrenos e títulos do clube (JORNAL DO BRASIL, 1970-79).

Outro caso importante na região envolveu a companhia SAGAP (Sociedade Anônima Granja Avícola e Pastoril) que expulsou posseiros e pessoas que diziam ter comprado as terras da própria SAGAP, na Estrada do Magarça, região de Guaratiba (que em 1976 pertencia à RA de Campo Grande). Muitos posseiros viraram mendigos e as terras tiveram as lavouras substituídas pelo mato. Salomão Manela, maior acionista da SAGAP, foi acusado de atentar contra as casas dos posseiros, invadir as terras e destruir as plantações para aguardar a valorização das mesmas. Dizendo-se proprietário de muitos sítios na região a partir das margens do rio Cabuçu, Manela notificou 1555 famílias residentes em Inhoaíba e Cantagalo, localidades inseridas na Região Administrativa Campo Grande, próximas a Guaratiba. Os moradores recorreram à justiça e à igreja, para defenderem seus interesses. Manela reivindicava também o aforamento de terras próximas a Estrada Rio-Santos que dizia ocupar desde 1955, porém os que defendiam os posseiros questionaram a validade dos documentos de propriedade (JORNAL DO BRASIL, 1970-79).

O abandono da região por parte do governo vai aos poucos sendo substituído pela crescente preocupação com a região como único espaço livre para o desenvolvimento do então Estado da Guanabara, unido ao Estado do Rio de Janeiro²³ em março de 1975. Em 1976, o Banco Central do Brasil fez uma tomada de preços para realização de levantamento topográfico em terras da freguesia de Guaratiba, em Campo Grande, com o objetivo de conhecer melhor a realidade da região que se valorizavam rapidamente. Aumentavam as denúncias de grilagem, porque construtoras estariam se associando a grileiros para expulsar pequenos posseiros. O processo de expulsão dos pequenos agricultores prosseguiu até a década de 1980. Em 1982, lavradores ainda eram ameaçados de despejo das terras em que suas famílias ocupam há mais de 100 anos, na Ilha de Guaratiba, por um dos herdeiros de Alfredo Del Cima, que dizia ter a propriedade das terras e que pretendia loteá-las. Aos lavradores só restava contar com o apoio do governo (Governador Leonel Brizola), para quem apelaram (JORNAL DO BRASIL, 1982).

²³Sobre a fusão entre os Estado da Guanabara e o Estado do Rio de Janeiro e suas implicações políticas, consulte: FERREIRA; GRZYNSZPAN in: FERREIRA, M de M. (Org.), 2000, p.117-137.

A superposição de títulos de propriedade confundia até o Estado, que não sabia quais eram as suas terras na região. Em depoimento ao *Jornal do Brasil* (29/01/1984, 1º caderno, p. 14), o advogado Dirlandi Brum de Oliveira explicou como funcionava: “O grileiro invade, expulsa posseiros, loteia sem licença da Prefeitura, vende um mesmo lote várias vezes, dá documentos **frios**, cria um inferno. Quem se prejudica é sempre o mais fraco” (grifo do autor).

Em 1984, antigos habitantes, alguns descendentes de escravos que viviam como posseiros nas terras da Zona Oeste do Rio de Janeiro, deixaram a região, expulsos à força ou em troca de indenizações irrisórias por grileiros armados, indústrias e empreendimentos imobiliários. Uma das grandes proprietárias da região, a Dona Maria de Lourdes Amorim, descendente do Joaquim José Ferreira, o Barão de Guaratiba, expulsou das terras da Fazenda Leocádia, em Guaratiba, 65 posseiros e tinha várias ações na justiça. Ela alegava que suas terras nunca foram ocupadas por posseiros, mas sim por arrendatários que sempre pagaram um aluguel simbólico pelo uso da terra.

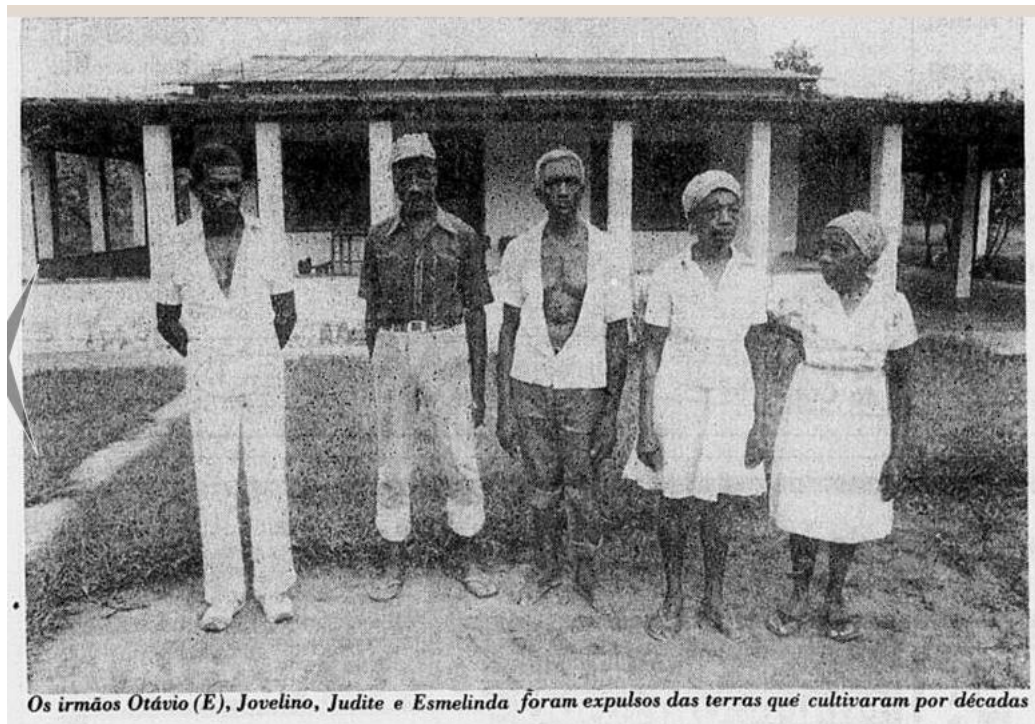


Figura 12: Família de posseiros expulsos das terras da Fazenda Leocádia.

Fonte: *Jornal do Brasil*, 29/01/1984, 1º caderno, p. 14.

Alguns grileiros eram famosos, como Salomão Manela, que diziam ter jagunços armados a seu serviço. Manela, que era sogro do ex-prefeito Israel Klabin, invadiu terras da marinha em Barra de Guaratiba e era acusado da morte do posseiro Mário Vaz, em 1965. O

mesmo Manela empreendeu, em uma ação rápida, a secagem da lagoa Piraquê, através da instalação de diques e drenos ligados ao rio de mesmo nome, com o intuito de ampliar a área de terras para um futuro loteamento nas proximidades do Cetex (Centro Tecnológico do Exército, instalado na região de Guaratiba desde 1979) e da Fazenda Modelo. Estranhamente, nenhum dos órgãos a sua volta, que estavam encarregados, entre, outras coisas, de fiscalizar a região, se deu conta do ocorrido.

Os conflitos de terras na Zona Oeste chegaram ao Palácio Guanabara, através das ameaças de morte feitas pelo advogado Eli Machado, dono da empresa Laser Realizações Imobiliárias Ltda., ao presidente da Comissão de Assuntos Fundiários da Secretaria de Justiça, o também advogado Edgar Ribeiro, que havia sugerido ao Governador Leonel Brizola a desapropriação de área na Ilha de Guaratiba. Edgar declarou ser a desapropriação a única solução para resolver as questões de posse e propriedade da terra na região, diante do seu insucesso na tentativa de fazer com que Eli indenizasse as 93 famílias de posseiros agricultores, pelas benfeitorias feitas nas terras que ocupam há quase um século. Na época, cerca de 150 famílias foram beneficiadas com a desapropriação, feita pelo então governador Leonel Brizola, das terras da antiga Fazenda Engenho Novo, em que viviam há 80 anos, em Guaratiba (JORNAL DO BRASIL, 1984).

Apesar de ainda haver alguma esperança na manutenção da vocação agrícola das regiões de Campo Grande e de Guaratiba, a valorização das terras tornou-se um forte impedimento. As grandes fazendas, que já haviam sido substituídas por lotes cada vez menores da agricultura de subsistência, foram ocupadas pelos loteamentos. Segundo dados do IPEG (Instituto da Previdência do Estado da Guanabara), em meados da década de 1970, havia uma grande concentração imobiliária na Zona Sul, ficando mais desocupadas as áreas de Jacarepaguá, Barra da Tijuca, Campo Grande e Guaratiba. Campo Grande perdeu sua característica agrícola e a oferta de terrenos de loteamento cresceu na região. Guaratiba apresentava o maior número de terrenos em oferta, principalmente aqueles com muitos metros de frente (JORNAL DO BRASIL, 27/05/1973, 1º caderno, p. 24). Apresentavam-se como um ótimo investimento para quem desejasse aguardar a valorização. Serve de exemplo a declaração de bens do candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro, em 1978, Chagas Freitas, em que, dentre as inúmeras propriedades, estavam enumerados alguns terrenos no loteamento Vilamar de Guaratiba, em Pedra de Guaratiba (JORNAL DO BRASIL, 22/07/1978, 1º caderno, p. 2).

3.2.4 O Destino Planejado

Em matéria intitulada *Marcha para o Oeste*, o Jornal do Brasil (06/07/1975, 1º caderno, p. 16) relata que desde 1965 a zona oeste da cidade vinha sendo ocupada por novos conjuntos habitacionais, por antigos moradores das favelas da Zona Sul e, mais recentemente, por novos complexos industriais. Para os novos moradores o local estava longe de ser um Eldorado, porque faltava infraestrutura, como transporte e emprego. Para os antigos moradores, as esperanças de crescimento foram substituídas pelos inúmeros problemas, a começar pelo aumento da criminalidade. A marcha para o Oeste tinha como premissa que os trens supririam a demanda de transportes ligando o local de moradia ao do trabalho, com distâncias variando entre 30 e 70 quilômetros. Porém, em 1975, os trens e ônibus que serviam a região não supriam a demanda, apresentavam um serviço ruim e, como consequência, provocavam desemprego e outros efeitos sociais negativos. Moradores de campo Grande, a qual Guaratiba pertencia, reunidos em um simpósio para identificar os obstáculos ao crescimento da região, destacaram a transferência de populações das favelas da Zona Sul para a Zona Oeste, como um problema grave, pois os novos moradores não tinham qualificação profissional para serem absorvidos pelas novas indústrias que se instalavam naquela região e na região vizinha de Santa Cruz (JORNAL DO BRASIL, 06/06/1974, 1º caderno, p. 5).

Cerca de 60% da população economicamente ativa viviam, na época, nos subúrbios distantes da Zona Oeste. Os polos industriais, que foram anunciados como capazes de absorver parte da mão de obra da região, mostrou que em termos de empregos diretos isso não ocorreu, porque a oferta de vagas se destinava a trabalhadores especializados, causando pouco ou nenhum impacto na região. Não houve investimento no setor de treinamento profissional na Zona Oeste, nem ensino profissionalizante, o que dificultou o momento de transição das características locais, com a substituição dos setores agropecuários por industriais e residenciais. A falta de investimento do governo em ensino profissionalizante na Zona Oeste fazia com que muitos desistissem de uma profissionalização após o ensino médio ou que se mudassem para bairros onde pudessem ter melhor acesso a essas escolas. O trabalhador que ocupava os cargos técnicos especializados das indústrias locais não era formado na região. Muitos apostavam que a solução seria a própria indústria investir na formação de seus profissionais.

O deputado e médico Dilson Alvarenga, em depoimento ao Jornal do Brasil (06/07/1975, 1º caderno, p. 16), falou do seu empenho em analisar as vocações dos bairros da

Zona Oeste como forma de definir quais as melhores estratégias de desenvolvimento para cada um deles. Definia, entre outros, que Santa Cruz e Sepetiba estariam destinados ao desenvolvimento industrial, devido à presença do polo e da previsão de construção do Porto de Itaguaí. Quanto a Guaratiba como um todo (e incluindo o Grumari), o médico imaginava um futuro destinado à preservação ecológica, a atividades de agricultura residual (como flores), ao lazer e também “abrigando residências privilegiadas”, numa extensão da baixada de Jacarepaguá. Sua atuação política em Guaratiba ainda é lembrada pelo Sr. Mario e pela Dona Tiana, que o têm como responsável pelos melhoramentos feitos entre o Piaí, onde vive o primeiro, e o loteamento Jardim Cinco Marias, onde a Dona Tiana enumera os benefícios como o asfaltamento de ruas e a distribuição de água encanada. O temor do Doutor Dilson e dos agentes comunitários da região, entre eles o Sr. Mário, em Guaratiba, estava na qualidade do desenvolvimento que se pretendia. Com a instalação do Porto de Itaguaí e das indústrias às suas margens, viria também a poluição industrial e, por ser uma área pobre junto com outros municípios vizinhos carentes de uma legislação urbana abrangente, como Itaguaí e Mangaratiba, haveria o risco de uma “ocupação caótica do solo e de poluição desenfreada”. A ameaça que o Porto de Itaguaí representava não demorou a fazer-se sentir de forma clara: em 1978, um cargueiro acidentado próximo a Ilha Grande, na entrada da Baía de Sepetiba derramou óleo que poluiu toda a costa da Restinga da Marambaia e atingiu a Barra da Tijuca (JORNAL DO BRASIL, 19/01/1978, 1º caderno, p. 15).

Na segunda metade da década de 1970, Campo Grande havia se transformado em um bairro dormitório. Os antigos laranjais entraram em decadência a partir dos anos 40 e, três décadas depois pouco, restou em terras da Ilha de Guaratiba, último local de resistência das lavouras da região. Havia uma incerteza por parte dos líderes comunitários locais sobre o futuro que aguardava o grande bairro, antes centro econômico regional, que polarizava os negócios de toda a região oeste da cidade. Até 1965, Campo Grande era o maior centro comercial de bairro e após dez anos havia perdido essa posição para Madureira, porque viu as pequenas empresas familiares serem substituídas por filiais de grandes redes. O bairro, então, sofreu um esvaziamento econômico e também político-administrativo, com a perda de poder dos administradores locais. Surgiram propostas de municipalização. Com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, os agentes comunitários temiam que os projetos para a Zona Oeste fossem postos em compasso de espera diante dos graves problemas que a baixada fluminense e outras regiões carentes do antigo Estado do Rio de Janeiro apresentavam.

Com a decadência das lavouras e o abandono das terras, toda a região de Campo Grande, que neste tempo abrangia também Guaratiba, foi-se transformando em loteamentos

que ofereciam terrenos a baixo custo. Houve um aumento vertiginoso da população, a grande maioria de baixa renda e sem mercado de trabalho, que ocuparam os loteamentos quase sempre irregulares, os conjuntos habitacionais mal planejados e também áreas de invasão. Como reflexo dessa situação, Campo Grande enfrentou um aumento assustador da criminalidade e das demandas por serviços de saúde, entre outros. Os numerosos loteamentos surgiram sem as corretas instalações de água, esgoto, escoamento pluvial e arruamentos, o que fez com que grande parte das áreas urbanas não recebesse o reconhecimento oficial. Como a maioria desses moradores eram pobres, também tinham dificuldade de fazer o registro de imóveis. Muitos também deixavam de pagar pelo imóvel, deixando os loteadores sem recursos para fazer os investimentos em infraestrutura. Em terras mais afastadas do centro de Campo Grande, como em Guaratiba, havia a ação de grileiros, como o exemplo já citado do português Clemente Ferreira dos Santos, que vendeu terras em área militar, na Estrada da Barra de Guaratiba (JORNAL DO BRASIL, 1974-75).

Tabela 1: Pessoas residentes dentro e fora de favelas no Rio de Janeiro em 1960 e 2000.

Pessoas residentes em favela e fora de favela, segundo a origem - 1960 / 2000								
Local de Nascimento	Favela				Fora de Favela			
	1960		2000		1960		2000	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Total	330 595	100,0	1 095 925	100,0	2 693 230	100,0	4 741 431	100,0
Município do Rio de Janeiro	158 166	47,8	754 048	68,8	1 661 144	61,7	3 520 495	74,2
Rio de Janeiro (exceto MRJ)	56 377	17,1	40 658	3,7	308 568	11,5	234 795	5,0
Região Sudeste (Exceto RJ)	55 645	16,7	73 061	5,7	298 722	11,1	296 581	6,3
Região Norte	985	0,3	3 475	0,3	36 742	1,4	41 067	0,7
Região Nordeste	58 125	17,3	227 939	20,8	322 241	12,0	483 432	10,2
Região Sul	1 139	0,3	3 016	0,2	44 319	1,6	46 507	1,0
Região Centro-Oeste	649	0,2	1 841	0,1	12 729	0,5	21 543	0,5
País estrangeiro	-	-	1 632	0,1	-	-	96 371	2,0
Brasil, sem especificação	409	0,1	255	0,0	8 765	0,3	640	0,0

Fonte: IBGE – Censo Demográficos, 1960 e 2000. Cálculos: IPP/DIG/GSD. Tabela N° 1754 em: <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br> (editada).²⁴

²⁴ Na tabela 1, os dados referentes ao ano 2000 estão em desacordo com outra tabela do IBGE que confronta o total de residentes de 1991, 1996 e 2000 (Anexo C), apresentando uma diferença para menos de 20.548 residentes.

O que acontecia na Zona Oeste era uma extensão da crescente valorização do solo urbano que vinha ocorrendo em toda a cidade do Rio de Janeiro. Em outras áreas da cidade a população também cresceu rapidamente a partir dos anos 60. Diante da impossibilidade de alojarem-se na cidade formal, os novos moradores ocuparam os morros da cidade. Estas populações também estavam carentes de infraestrutura e serviços públicos. Entre 1960 e 2000 a população de favela da cidade do Rio de Janeiro triplicou, enquanto a população dos setores normais cresceu em uma velocidade bem inferior, não chegando a dobrar de tamanho (Tabela 1). Tanto em 1960 quanto em 2000, a maioria dos moradores de favelas era nascida na própria cidade, porém, entre os imigrantes, a maior contribuição de população era proveniente da Região Nordeste do país.

O encarecimento do solo na cidade também fica evidente quando se observa que a população nascida na cidade também adotou as favelas como moradia: entre 1960 e 2000, a população de cariocas residentes em favelas aumentou em torno de 44%, passando de 47,8% para 68,8%. No mesmo período, respectivamente, o número de cariocas moradores fora de favelas passou de 61,7% para 74,2%, crescendo apenas 20%. Se a partir dos anos 80 a política dos governos para as favelas voltou-se para sua urbanização através de programas como o Favela-Bairro (FARIA, 2004, p. 56-57), entre os anos 60 e 80, as medidas adotadas eram a da transferência de favelas para a periferia da cidade.

O aumento populacional vertiginoso da Zona Oeste também teve como causa a construção de conjuntos habitacionais, para abrigar as populações de favelas da Zona Sul. Em 1967, o governo já fazia previsões orçamentárias para a construção de diversos conjuntos habitacionais, entre eles, Antares, implantada em uma extensão de terras entre Campo Grande e Santa Cruz, Avenida Cesário de Melo (Cesarão), em local próximo, e Palmares, em Santa Cruz, próximo a Avenida Brasil. Como nos loteamentos, a infraestrutura necessária para um crescimento ordenado não foi implantada corretamente e os conjuntos habitacionais tornaram-se objeto de abandono, invasões e criminalidade.

Um bom exemplo é o Conjunto Antares, inaugurado em 1974 e que somente quatro anos depois já denunciava o abandono das autoridades, através de matéria no Jornal do Brasil (1977-1978). Para Antares foram transferidos “favelados” do Vidigal e da Rocinha, mas sua população contava também com pessoas que se inscreveram na CEHAB (Companhia Estadual de Habitação do Estado do Rio de Janeiro), para fugirem do aluguel, aqueles que foram despejados por ocuparem propriedades de terceiros e os que foram retirados de suas casas pelas obras do metrô, entre outras. Acostumados a prestar serviços nos lugares onde

viviam antes, os moradores reclamavam da falta de oportunidade de trabalho na região e do transporte precário.

Antares, distante treze quilômetros de Pedra de Guaratiba, foi construído em um ponto isolado entre as Regiões Administrativas de Santa Cruz e Campo Grande. Em Antares faltava tudo. Eram duas mil casas de apenas um quarto, algumas onde viviam até dez pessoas, distantes no mínimo três quilômetros do comércio, em Santa Cruz. A CEHAB dava uma casa a cada oito pessoas de uma mesma família. As ruas não tinham iluminação nem calçamento e faltava água com frequência. O policiamento era precário e os ônibus que serviam a região não paravam a noite por medo de assalto. Os moradores tinham renda média inferior a um salário mínimo. Não seriam eles, definitivamente, os futuros empregados do polo industrial que surgia na região.

A decadência econômica dos bairros da Zona Oeste não se reverteu com o surgimento das indústrias. A mão de obra rural e os novos habitantes não foram preparados para os novos postos de trabalho ofertados por ela. Os problemas se agravavam com a poluição da Baía de Sepetiba, com o aumento populacional e com a pesca predatória. Toda a bacia hidrográfica da região leva os esgotos dos novos loteamentos e indústrias de bairros distantes para a baía, tornando-se uma das principais preocupações dos antigos moradores de Guaratiba.



Figura 13: Construções irregulares sobre as areias da praia de Pedra de Guaratiba (1974).

Fonte: <http://navegarepescar.blogspot.com.br/2010/08/fotos-da-praia-de-pedra-de-guaratiba.html>

Outro problema grave na Região de Guaratiba eram as construções irregulares, que se multiplicavam a ponto de impedir o acesso de pescadores e banhistas à praia, em Pedra de Guaratiba (JORNAL DO BRASIL, 29/03/1982, 1º caderno, p. 6) e de provocar deslizamentos de terras destruindo a mata atlântica e descaracterizando a paisagem de Barra de Guaratiba (JORNAL DO BRASIL, 29/07/1986, 1º caderno, p. 7). Em Campo Grande também havia preocupação com o meio ambiente, especialmente com a floresta natural do Mendanha, e o Pico da Pedra Branca, que comportam outras riquezas, como sambaquis, cuja preservação era necessária. Ao final da década de 1980, boa parte das terras de Guaratiba já havia sido tomada aos posseiros e se transformado em loteamentos, mas a Cidade do Rio de Janeiro ainda conservava 26 mil 633 hectares de terras agricultáveis, com quatro mil imóveis rurais, que chegavam a abastecer até 60% do consumo da cidade e empregavam 20 mil pessoas. Só em 1988 foi apresentado a Câmara dos Vereadores o Projeto de Zoneamento Agrícola do Município, aguardado havia 15 anos. O projeto previa a divisão da cidade em três bacias: de Guanabara, que vai de Realengo a Santa Cruz, de Jacarepaguá, que vai de Vargem Grande a Piábas, e de Sepetiba, que vai de Santíssimo a Pedra de Guaratiba (JORNAL DO BRASIL, 05/05/1988, 1º caderno, p. 2).

3.2.5 As Novas Demandas

Uma vez que estavam relativamente apaziguadas as questões de posse e propriedade da terra, as décadas seguintes reservariam novos e diferentes problemas para a região e, para combatê-los, em 1990, foi fundado o movimento *Acorda Pedra*, que reunia moradores preocupados com o rumo do desenvolvimento que se pretendia para o lugar. O grupo empreendeu várias conquistas através de suas reivindicações junto às esferas de governo, como telefones públicos e escolas. Também lutou por um melhor sistema de transporte, que ligasse Pedra de Guaratiba ao Centro, e pela melhoria do escoamento do esgoto. Em 1996, estimava-se que apenas 20% do esgoto era tratado e mesmo assim, de forma precária. A Dona Carmem, proprietária do restaurante Candido's, que ganhou fama em todo o Rio de Janeiro, reclamava da drástica queda da clientela e, além dos problemas já citados, culpava também as péssimas condições das estradas. Em meados da década de 1990, os moradores de Pedra de Guaratiba já haviam acrescentado à sua pauta de reivindicações a segurança pública (JORNAL DO BRASIL, 1996-1997).



Figura 14: Estrada da Matriz, próximo do Piraguê (2015).
Fonte: Acervo pessoal.

Outra conquista importante do grupo *Acorda Pedra* para o bairro de Pedra de Guaratiba foi a implantação de um posto de policiamento, inaugurado em 1997. Empresários locais ligados a recém-fundada Associação Comercial e Industrial de Pedra de Guaratiba também apoiaram a proposta do grupo, visando facilitar o atendimento das viaturas da Polícia Militar no bairro. Com a morte do candidato a vereador Antônio Maranhão da Costa, que morava na favela do Piraguê, onde exercia liderança comunitária em 1996, moradores do bairro de Pedra de Guaratiba ficaram ainda mais preocupados com a crescente falta de segurança. Maranhão, como era conhecido, combatia grupos de extermínio na região de Guaratiba e era presidente da Associação de Moradores do Piraguê. A violência invadia Guaratiba, com a abertura da Avenida das Américas desde o trecho da Grota Funda, inaugurando um corredor para instalação de cativeiros para vítimas de sequestro, favorecidos pelos lugares ermos existentes na região. Guaratiba ficou mais próxima da cidade, entretanto, sua inserção reservou para ela o lugar de região mais pobre do Rio de Janeiro. De área rural, transformou-se em área de “despejo” dos mais pobres, lançados ali sem recursos e sem uma infraestrutura mínima (JORNAL DO BRASIL, 1996-1997).

3.3 A FORMAÇÃO DAS FAVELAS DO PIRAQUÊ E DA RETA

Em um estudo feito sobre uma pequena localidade na Inglaterra, que recebeu o nome fictício de Winston Parva, Norbert Elias (2000) tratou das diferenças que se estabeleciam entre antigos moradores e os recém-chegados (*outsiders*)²⁵. Nessa pequena cidade da Inglaterra os estabelecidos se consideravam superiores, até mesmo humanamente superiores aos recém-chegados, apesar de serem socialmente semelhantes. Os “estabelecidos”²⁶ eram organizados e cuidavam de impedir o acesso dos *outsiders* a postos de prestígio locais, enquanto que os *outsiders* não formavam um grupo coeso e acabavam por acomodar-se e por conformar-se com a condição de inferioridade que lhes era imposta. A única diferença entre os grupos era o tempo de chegada àquele lugar. Os sintomas de inferioridade dos *outsiders* eram gerados dentro desse mesmo grupo: a pobreza era um exemplo. Muitas vezes valores negativos eram atribuídos aos *outsiders*, como o de serem considerados menos limpos. O contato com os *outsiders* podia levar à contaminação tanto pela anomia como pela sujeira. Até aonde o exemplo de Winston Parva se assemelha ao de Pedra de Guaratiba? Em Winston Parva (ELIAS, 2000, p. 19-50), o passado comum era o que fazia os estabelecidos se reconhecerem como “nós”. Os estabelecidos se comportavam como um grupo de famílias antigas, que detinha um sistema hierárquico interno, que não era colocado de forma clara, mas que ficava subentendido nas relações diárias entre seus membros. Os *outsiders* eram considerados menos respeitáveis, porque não partilhavam das atividades sociais e políticas locais, das quais eram sempre excluídos. Eram excluídos por serem *outsiders* e eram *outsiders* por serem excluídos.

Pedra de Guaratiba tem uma parte mais central, onde vivem os moradores mais antigos, e um loteamento conhecido como Vilamar, onde mora a maioria dos novos residentes com melhor condição financeira, grande parte composta por antigos veranistas, que decidiram viver definitivamente no local, ou por novos moradores em busca de um lugar tranquilo. Este loteamento divide-se em uma parte maior e mais antiga, situada dentro do bairro de Pedra de Guaratiba, e outra parte mais recente, no bairro de Guaratiba, ocupando uma área que chega próximo ao rio Piraquê. Nos limites do bairro, se encontram as comunidades do Piraquê, a leste, às margens do rio com o mesmo nome, próximo a estrada que dá acesso ao Recreio dos

²⁵ Termo utilizado por Norbert Elias para definir os recém-chegados, diferenciando-os daqueles que vivem há mais tempo (estabelecidos) em Winston Parva, nome fictício do local onde desenvolveu um estudo sobre fronteiras culturais (entre os “estabelecidos” e os “*outsiders*”). Cf. ELIAS, 2000.

²⁶ Idem.

Bandeirantes. Ao noroeste, também nos limites do bairro, está a comunidade da Reta, no caminho de acesso ao bairro de Santa Cruz, composto de vários lugares distintos: Pingo D'Água, Jardim Guaratiba e Jardim Cinco Marias, que se encontram as margens de um longo trecho reto da Estrada da Pedra, chamada de Reta, como já foi explicado anteriormente. Estas duas novas áreas ocupadas mais recentemente, Piraquê e Reta, instalada no bairro de Guaratiba, são vistas pelos moradores do bairro de Pedra de Guaratiba como prejudiciais ao lugar. A análise feita por Norbert Elias sobre Winston Parva ajuda a organizar as estratégias de estudo sobre Pedra de Guaratiba, particularmente as considerações metodológicas sobre o uso das fontes orais. A investigação feita sobre Pedra de Guaratiba e as comunidades instaladas no seu entorno, embora não seja de cunho sociológico, como no caso da de Elias, utiliza-se da história oral ao entrevistar moradores das três áreas envolvidas. Desta forma, a análise configuracional²⁷, como processo dinâmico de relações próprias de cada sociedade, feita por Elias, permite levantar questões sobre quais laços de identidade podem existir entre os antigos moradores de Pedra de Guaratiba entre si e quais os novos laços, se é que os há, com os moradores nas novas áreas ocupadas. Assim como em Winston Parva, os moradores das comunidades do Piraquê e da Reta em nada diferem aparentemente da maioria dos antigos moradores de Pedra de Guaratiba.

3.3.1 As Favelas na Cidade do Rio de Janeiro

Antes de relatar sobre o surgimento das comunidades em Guaratiba aqui estudadas, farei um breve resumo sobre a ocupação do solo urbano e o crescimento das favelas no Rio de Janeiro, no decorrer do século XX. No início do século, o prefeito Francisco Pereira Passos expulsou os moradores dos cortiços do centro da cidade do Rio de Janeiro para dar lugar a Avenida Central (hoje Avenida Rio Branco). Os moradores expulsos dirigiram-se aos morros próximos, especialmente ao atual Morro da Providência, que na época também era conhecido como Morro da *Favella*, já parcialmente ocupado desde 1897 por soldados vindos da guerra de Canudos, na Bahia, para cobrar promessas feitas pelo Ministério da Guerra, localizado nas proximidades. Desde então, os morros da cidade passaram a ser chamados de favelas e foram inicialmente ocupados, além dos ex-moradores dos cortiços, por imigrantes estrangeiros

²⁷ Termo utilizado por Norbert Elias para descrever o processo dinâmico de relação próprio de cada sociedade que, por sua vez, se estabelece a partir da interdependência das figurações pessoais. Cf. Elias, 2000, p. 56-57.

pobres, portugueses, espanhóis e italianos, que não encontravam moradias na cidade. Mas tarde, chegaram os imigrantes provenientes de diversos Estados da Federação, principalmente da Região Nordeste, fugindo da seca, da falta de oportunidades e da exploração no campo (VALLADARES, 2000).

Da primeira favela nascida no final do século XIX, até a Plano Agache²⁸, desenvolvido a partir do governo de Prado Júnior, em 1927, visando à ordenação urbana da cidade, a ocupação dos morros de forma desordenada era tratada como um problema de saúde pública. As migrações internas e a falta de planejamento habitacional favoreceram sua expansão. A partir de então, pela primeira vez pensou-se na sua erradicação em nome não apenas da saúde pública, mas do embelezamento da cidade e da separação de áreas reservadas à moradia dos mais ricos. Entre os anos 30 e 60, os mais pobres foram empurrados para os subúrbios mais distantes. Esse processo foi facilitado pelo desenvolvimento das indústrias a partir de 1930, que se instalaram em áreas mais distantes do centro, pelo investimento no transporte ferroviário e pela abertura da Avenida Brasil. Este período ficou marcado pela expansão das favelas em decorrência do aumento das migrações (FARIA, 2004, p. 78-79).

As transformações ocorridas no espaço urbano carioca, até o ano de 1964, caracterizaram-se pela contradição entre a intensificação da execução de planos urbanísticos que buscavam o embelezamento da cidade e a incapacidade, ou talvez desinteresse, do governo em impedir o crescimento das favelas que se expandiram pelas Zonas Norte e Sul. As favelas já ocupavam as proximidades do centro da cidade há décadas. Era o local onde se concentravam as pessoas de baixa renda, que precisavam ficar próximas das oportunidades de trabalho. Com o crescimento da cidade formal, ocupando as áreas planas e mais bem estruturadas das Zonas Norte e Sul, as oportunidades de trabalho também se ampliaram e as favelas passaram a ocupar os morros próximos, os terrenos íngremes, os mangues e terrenos alagáveis, que não faziam parte dos planos urbanísticos imediatos, pelas dificuldades que apresentavam. Esses terrenos pertenciam ao governo. Outros, pertencentes a particulares, encontravam-se abandonados aguardando valorização. O desenvolvimento industrial da cidade entre 1930 e 1950, que também se refletia no desenvolvimento do setor terciário, contribuiu para um vertiginoso aumento populacional, em decorrência da imigração, que se acentuou a partir de 1940. O plano urbanístico da cidade e a especulação sobre as terras dos subúrbios mais próximos do centro da cidade empurraram essas populações para lugares mais

²⁸ Plano elaborado pelo arquiteto francês Alfred Agache, concluído em 1930, para remodelação e embelezamento da cidade do Rio de Janeiro. Para conhecer o Plano Agache, consulte *on line* <http://planourbano.rio.rj.gov.br>.

distantes, provocando uma contradição entre o local de oferta de trabalho e o local de moradia dos trabalhadores (ABREU, 2013, p. 94-96).

A oferta de grandes áreas na Zona Oeste também estimulou a política de remoção de favelas empreendida entre 1962 e 1965. Neste período, que ficou marcado pela implementação de uma forte política de remoção, principalmente das favelas da Zona Sul em direção a áreas menos ocupadas da cidade, foram criadas a Cidade de Deus e as Vilas Kennedy, Aliança e Esperança, todos na Zona Oeste da cidade (FARIA, op. cit., p. 38). A favela do Pinto, uma das que foram removidas então, figurava nos noticiários cariocas, dos anos 60, como representação da barbárie que se quer eliminar ou afastar da cidade. Utilizando fotografias que mostram o atraso e a insalubridade do local, os jornais apoiavam a remoção da favela do Pinto para algum lugar distante da cidade, alegando que traria, ao mesmo tempo, melhoria de vida para o “favelado”, e para aquela região da cidade de crescente valorização imobiliária. O enfoque fotográfico, nos anos 60 e 70 do século XX, recaía sobre o elemento humano, representando o atraso e a miséria, como crítica social e política, para o que se deseja mudar (AMOROSO, 2012). As favelas só passaram a aparecer no mapa da cidade a partir de 1970. Até então, eram descritas como lugares de mata, vazios. A partir do momento em que a favela deixou de ser um caso de polícia e passou a ser considerado um problema social os governos entenderam que o melhor era removê-las para regiões afastadas da cidade. Foram removidos em caminhos de lixo, como se lixo fossem seus pertences e eles mesmos. (PERLMAN, 2005, p. 2-3).

Naturalmente, as populações transferidas não aceitaram a mudança com passividade, pois isso significava maior gasto e mais tempo com deslocamento em transportes precários e a perda dos laços de sociabilidade que tinham nas favelas. Porém, o movimento de reivindicação, ainda que precário, somado a dificuldade de financiamento para construção dos conjuntos habitacionais, fez estacionar as remoções. Em 1965, no governo Negrão de Lima, foi criada a CODESCO, Companhia de Desenvolvimento de Comunidades, com o objetivo de promover a conscientização dos moradores das favelas e a mobilização comunitária para melhoria do lugar. Mas, a política de remoções voltou à carga a partir de 1968 e daí até 1975 100 mil pessoas de 60 favelas foram removidas. As remoções desarticularam a estrutura política dos favelados e enfraqueceram os movimentos pelos direitos de cidadania (FARIA, op. cit., p. 38). De 1964 até o início da década de 1980, a cidade cresceu em direção a Barra da Tijuca com investimentos imobiliários voltados para os mais ricos. Verificou-se o crescimento habitacional da Barra da Tijuca e do Recreio dos Bandeirantes ao longo das últimas três décadas do século XX, concentrando nessa região a maior parte dos lançamentos

imobiliários. Mas, apesar de neste mesmo período verificar-se uma redução na taxa de crescimento populacional e nas migrações, os novos imigrantes passam a ocupar favelas próximas aos novos bairros da cidade, atraídos pela oferta de empregos na construção civil (FARIA, op. cit., p. 82). No mesmo período, a AP-5 foi a área que teve o menor índice de investimento. A “Zona Oeste, caracterizada como fronteira de expansão da pobreza na cidade” (FARIA, op. cit, p. 67), teve como alternativas as invasões de terrenos, formando favelas, ou a compra de lote e a autoconstrução. A precariedade dos serviços oferecidos pelo poder público na periferia da cidade era compensada pelo sentimento de segurança decorrente da propriedade adquirida, mesmo que muitas vezes essa propriedade fosse, em realidade, uma posse, uma invasão.



Figura 15: Estrada da Pedra na entrada da Reta (2015).
Fonte: Acervo pessoal.

Tanto a Dona Tiana, moradora do Jardim Cinco Marias, quanto a Dona Severina, moradora da Favela do Piraquê, confirmam que uma das maiores motivações para vinda das pessoas para a região é a oportunidade de comprarem ou construírem suas casas e não dependerem do aluguel. No caso do Piraquê, percebe-se uma íntima relação entre o crescimento da favela e o simultâneo crescimento dos bairros vizinhos, Recreio dos Bandeirantes e Barra da Tijuca. A Dona Severina conta que a grande maioria dos moradores do Piraquê trabalha em *shoppings* localizados nesses bairros.

O Sr. Tinoco, um dos entrevistados de Pimentel (2004, p. 123-125), afirma ter sido ele um dos primeiros ocupantes das margens do Rio Piraquê, ao comprar uma canoa e construir um rancho pequeno para guardar seu material de pesca, em 1963. Segundo ele, os primeiros barracos de moradores surgiram no final da mesma década. As construções avançaram ao longo da margem direita do rio, formando ruas sem asfaltamento e saneamento. O Sr. Tinoco, bem como os outros pescadores entrevistados por Pimentel (Op. cit), destacou a origem nordestina da quase totalidade dos moradores do Piraquê. Outro entrevistado da pesquisadora, o pescador e pedreiro Sr. Júnior, de origem nordestina, morador do Piraquê, confirmou que a maioria dos seus vizinhos veio do Nordeste para tentar a vida na cidade e afirmou que, apesar das dificuldades enfrentadas por viver em um lugar sem infraestrutura adequada, a vida é melhor que em sua terra natal, por haver maiores oportunidades de trabalho. Ao chegarem à Região de Guaratiba, encontraram um local onde era possível construir suas casas e viver sem custos.

3.3.2 A Favelização da Zona Oeste

A favela do Piraquê expandiu-se ao longo das margens do rio a partir da Estrada da Matriz. O lado que está a partir da estrada em direção à foz foi amplamente ocupado, inicialmente ao longo de uma só rua chamada Rua da Capelinha, enquanto o lado que segue rio acima tem uma pequena rua chamada travessa Piraquê, com um número menor de casas. D. Severina explica que os terrenos da travessa Piraquê tinham donos, enquanto que a área às margens do rio em direção a foz estava livre e não foi reclamada por ninguém. As primeiras casas foram construídas com os fundos para a beira do rio, a partir dos ranchos de pescadores, formando uma rua longa, preenchida com casas pegadas umas às outras dos dois lados, sem transversais na maior parte de sua extensão. As casas do outro lado da rua, onde mora D. Severina, expandiram-se para os fundos, com outras construções, ocupadas geralmente por parentes.

Mas, a presença de grandes áreas livres para serem ocupadas não significou a ausência de conflitos. Além das questões de posse e propriedade, sobre as quais já tratei exaustivamente, havia também a preocupação com a preservação das poucas áreas verdes que restavam no entorno da cidade, concentradas em grande parte na Região de Guaratiba. A exploração racional dos mangues, por exemplo, esbarrava em outros problemas que se

acrescentavam à já mencionada pesca predatória. Bredariol (2001, p. 145) relaciona os processos polêmicos da Secretaria do Meio Ambiente para as Regiões Administrativas de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba. Nesta última, encontram-se problemas relacionados a funcionamento de pedreira sem licença ambiental; a Cidade Cenográfica da TV Manchete dentro de unidade de conservação; a construção de vias e instalação de torres de comunicação na Reserva Biológica de Guaratiba, pelo CETEx; e as invasões em áreas de mangue, que é o caso da favela do Piraquê.

Em 1992, o Prefeito Marcelo Alencar aprovou a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) das Brisas, em Pedra de Guaratiba, embargando o loteamento pretendido pelo proprietário da área, advogado Rodrigo Queiroz, e obrigando a retirada dos cenários de novela da TV Manchete instalados ali (JORNAL DO BRASIL, 1992). Já os conflitos ambientais em torno do Rio Piraquê, que nasce no bairro de Campo Grande com o nome de Cabuçu e desemboca na Baía de Sepetiba no bairro de Guaratiba, em cujas margens está assentada a favela do Piraquê, constituíram-se em 1993. A Prefeitura do Rio de Janeiro decidiu alargar as margens da desembocadura do rio, visando garantir um melhor escoamento das águas fluviais desses bairros e de outras áreas cortadas por ele que, segundo estudos, estava com sua capacidade de escoamento comprometida em 70 por cento, o que provocava alagamentos em épocas de muitas chuvas. A obra foi realizada, não sem antes passar por vários embargos e questionamentos posteriores, referentes à destruição de parte do manguezal e de sambaquis considerados como o último sítio arqueológico em área urbana, de valor incalculável. O projeto iniciou-se em 1991, mas só foi concluída em 1998, embora tenha tido seu tempo de execução estimado em apenas um ano (BREDARIOL, op. cit., p. 146-147). Enquanto a obra sofria embargos, as enchentes deixavam quinhentas famílias desabrigadas no loteamento Jardim Maravilha (também localizado no bairro de Guaratiba, cortado pelo Rio Cabuçu), como registrou o Jornal do Brasil, em 1994 e em 1996.

Se até os anos 70 a pobreza urbana e a favelização estavam ligadas à imigração, a partir da década seguinte, mudanças na esfera do trabalho e da sociabilidade vieram alterar as formas de inserção dos pobres na cidade. A crise econômica dificultou o acesso a terras nas áreas periféricas, as políticas públicas para a favela diminuíram o risco de remoção e o aumento do número de pobres e a redução do fluxo de imigrantes configuraram uma nova questão social diferente do trinômio pobreza urbana, migração e favela. O número de favelas cresceu na periferia e as já existentes na cidade se adensaram ou se expandiram horizontal e verticalmente.

Segundo Faria (Op. cit.), duas questões devem ser consideradas para justificar este fenômeno: a “desfavelização” das favelas consolidadas, em decorrência do processo de mercantilização dos imóveis das favelas a partir das melhorias feitas por governos e moradores; e a favelização da periferia, fruto das mudanças intrínsecas à dinâmica urbana nesta área, principalmente a expansão do mercado empresarial e dos serviços para a classe média. O aumento no número de favelas na periferia deveu-se também à consolidação das favelas nas regiões mais centrais da cidade, que dificultou o acesso aos novos moradores, e também a instabilidade econômica da população pobre. Diferentemente da fase do crescimento industrial do fordismo, quando se perdiam postos de emprego que eram substituídos por outros, nas décadas de 1970 em diante, a falta de emprego foi substituída pela precariedade de empregos, com baixa remuneração e oferta ocasional. Com o agravamento da situação de exclusão na década de 1970, surgiram novas formas de ocupação do solo urbano que, a partir da década seguinte, incorporaram o poder de organização e a consciência de direitos, que somados, contribuíram para fazer frente aos governos e, assim, alcançar melhorias de infraestrutura próximas às moradias (FARIA. op. cit., p. 56-57).

Inicialmente, a favela se caracterizava pelo acesso ao solo público ou de terceiros, com construções próprias e de forma gradativa, mas, a partir dos anos 80, a especulação imobiliária transformou o acesso à moradia nas favelas da cidade em um negócio possível apenas a partir da compra do imóvel, desenvolvendo um mercado imobiliário. Enquanto isso, a periferia ainda oferecia áreas livres para que os mais pobres tivessem acesso ao solo, da forma como ocorreu originalmente nas favelas das áreas mais centrais. A especulação imobiliária aumentou à medida que a favela passou a receber e a oferecer aos moradores melhores serviços.

Entre 1950 e 1964, vários fatores incentivaram a ocupação dos subúrbios e da periferia: o aumento do preço do solo nas áreas mais centrais, a oferta de loteamentos na periferia, a melhoria nos transportes coletivos. Portanto, os principais fatores responsáveis pelo crescimento do número de favelas nas décadas seguintes seriam o encarecimento da terra, o colapso na oferta de lotes, a dificuldade dos trabalhadores de se endividarem e a política de reconhecimento de loteamentos irregulares, com a legalização de posses e a urbanização das favelas (FARIA, op. cit., p.91). Na década de 1980, os reflexos dos tempos de abertura política foram sentidos nas favelas através da mobilização política e social dos moradores, materializados pela melhoria da infraestrutura básica por iniciativa do Estado, ampliando a ação da Light, Comlurb, Cedae, da regularização de posse e também dos próprios moradores, com as manifestações coletivas (FARIA, op. cit., p. 39-41). Com o advento da

nova constituição em 1988, o reconhecimento do “direito a ter direitos” (PERLMAN, 2005, p. 9) fez ampliar nas favelas movimentos organizados comunitários, para combater as desigualdades e injustiças sociais. Surgiram organizações sem fins lucrativos dedicados a promover melhorias sociais e também outros dedicados à ação cultural, promovendo a música, a dança, os esportes, etc. A partir dos anos 90 vários programas habitacionais, entre eles o favela-bairro, procuraram urbanizar as favelas levando infraestrutura necessária para transformá-los em bairros populares, proporcionando saneamento e democratizando vias de acesso, sem interferir nos domicílios. Paralelamente, surgiram as Organizações Não-Governamentais (ONGs), que atuaram nas favelas com projetos de inclusão social, resgate da cidadania, combate à violência e redução da pobreza, contribuindo para sua consolidação.

Segundo estimativa da Iplan-Rio entre 1982 e 1990 houve um crescimento de 60% no número de favelas da cidade, passando de 340 para 545, apresentando 205 novas favelas. No total, em 1991, as favelas abrigavam cerca de um milhão de pessoas. A maior parte das novas favelas registradas formou-se em Jacarepaguá, passando de 39 para 60, e na Zona Oeste, nas RAs de Bangu, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba. O Prefeito Marcelo Alencar reconhecia a dificuldade de solucionar um déficit de 200 mil moradias que existia na cidade e tentava corrigir alguns problemas com o Plano Diretor, que incentiva a ocupação da Zona Oeste e a urbanização das favelas já existentes (JORNAL DO BRASIL, 1991).

De acordo com dados do IBGE, enquanto a taxa média de crescimento demográfico da cidade cresceu de 0,67% da década de 1980-1991, para 0,73% na década seguinte, as taxas em separado entre os setores normais e subnormais²⁹ comportaram-se de modo muito diferente, sendo de 2,4% para os últimos e de 0,38% para os primeiros, no período de 1991-2000, o que mostra um crescimento do setor subnormal seis vezes superior ao setor normal. Nas regiões consolidadas da cidade a população cresceu pouco ou até retraiu. Verificou-se retração, tanto nos setores normais quanto nos subnormais, em alguns bairros centrais, em bairros da Zona Norte. A Zona Sul continuou a apresenta crescimento nos setores subnormais, mas os índices mais elevados de crescimento ocorreram na AP-4 e na AP-5, áreas da Zona Oeste da cidade (CEZAR, 2002, p. 2-8).

²⁹P. B. Cezar (2002, p. 1) explica o que são setores normais e subnormais, segundo nomenclatura do IBGE: “Para o IBGE, aglomerados subnormais são grupos de mais de 50 unidades habitacionais dispostas de modo desordenado e denso, sobre solo que pertence a terceiros, e carente de serviços públicos essenciais. Opõem-se aos setores normais, que por exclusão constituem a cidade formal. Não podemos ver aí categorias de conteúdo sociológico. O IBGE utiliza essa divisão mais para efeitos de organização do trabalho de coleta de dados em campo. Procure definir, por exemplo, a linha divisória entre favela e bairro no morro do Vidigal, ou tente explicar as diferenças entre invasões, favelas e loteamentos irregulares na zona oeste. Matizes como esses não reconhecem os limites do subnormal.”

Tabela 2: População residente no Município do Rio de Janeiro, segundo tipo de setor censitário (normal/subnormal), por Área de Planejamento, 1991/1996/2000.

População residente segundo tipo de setor censitário (normal/subnormal) por Áreas de Planejamento									
Áreas de Planejamento	1991			1996			2000		
	Total	Sub normal	Normal	Total	Sub normal	Normal	Total	Sub normal	Normal
AP-1	303.695	85.558	218.107	282.544	83.685	198.859	268.942	77.245	191.697
AP-2	1.034.612	127.561	907.051	1.004.785	137.902	866.883	996.131	146.380	849.751
AP-3	2.323.990	479.661	1.844.329	2.297.712	505.092	1.792.620	2.352.582	545.011	1.807.571
AP-4	526.302	72.182	454.120	575.992	86.157	489.835	680.895	144.298	573.729
AP-5	1.292.179	117.491	1.174.688	1.390.505	139.593	1.250.912	1.553.364	179.849	1.373.515
Total	5.480.778	882.483	4.598.295	5.551.538	952.429	4.599.109	5.851.914	1.092.783	4.759.131

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991; Contagem da População 1996; e Agregado de Setores da Sinopse preliminar do Censo Demográfico 2000 (CEZAR, 2002, p. 10).³⁰

Tabela 3: Taxas geométricas médias anuais de crescimento da população residente no Município do Rio de Janeiro, segundo tipo de setor censitário (normal/subnormal), por Área de Planejamento, 1991/1996/2000.

Taxas anuais médias de crescimento da população residente segundo tipo de setor censitário (normal/subnormal)									
Áreas de Planejamento	(%) 1991-1996			(%) 1996-2000			(%) 1991-2000		
	Total	Sub normal	Normal	Total	Sub normal	Normal	Total	Sub normal	Normal
AP-1	-1,43	-0,45	-1,8	-1,23	-1,98	-0,91	-1,34	-1,13	-1,42
AP-2	-0,58	1,57	-0,9	-0,22	1,50	-0,50	-0,42	1,54	-0,72
AP-3	-0,23	1,04	-0,6	0,59	1,92	0,21	0,14	1,43	-0,22
AP-4	1,82	3,60	1,5	4,27	13,76	4,03	2,90	8,00	2,63
AP-5	1,48	3,51	1,3	2,81	6,54	2,37	2,07	4,84	1,75
Total	0,26	1,54	0,0	1,33	3,50	0,86	0,73	2,40	0,38

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991; Contagem da População 1996; e Agregado de Setores da Sinopse preliminar do Censo Demográfico 2000 (CEZAR, 2002, p. 11).³¹

As tabelas 2 e 3 apresentam a evolução da população urbana por áreas de planejamento. Pode-se observar que entre 1991 e 2000 houve retração de população na AP-1 e que na AP-2, embora tenha havido crescimento populacional nas áreas subnormais, houve retração nas áreas de habitação normal.

³⁰ Ver quadro completo no Anexo C.

³¹ Idem.

Tabela 4: População residente na Cidade, na Área de Planejamento 5 e na XXVI Região Administrativa, do Município do Rio de Janeiro, segundo tipo de setor censitário (normal/subnormal), 1991/1996/2000.

População residente segundo tipo de setor censitário (normal/subnormal) por Região Administrativa – 1991-1996-2000									
	1991			1996			2000		
	Total	Sub normal	Normal	Total	Sub normal	Normal	Total	Sub normal	Normal
Total	5.480.778	882.483	4.598.295	5.551.538	952.429	4.599.109	5.851.914	1.092.783	4.759.131
AP-5	1.292.179	117.491	1.174.688	1.390.505	139.593	1.250.912	1.553.364	179.849	1.373.515
17ª e 33ª RA	595.960	74.476	521.484	619.745	84.572	535.173	658.968	98.498	560.470
18ª RA	380.942	24.940	356.002	418.677	33.659	385.018	482.492	37.894	444.598
19ª RA	254.503	16.613	237.890	277.776	19.574	258.202	311.120	39.144	271.976
26ª RA	60.774	1.462	59.312	74.307	1.788	72.519	100.784	4.313	96.471

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991; Contagem da População 1996; e Agregado de Setores da Sinopse preliminar do Censo Demográfico 2000 (CEZAR, 2002, p. 10).³²

Tabela 5: Taxas geométricas médias anuais de crescimento da população residente na Cidade, na Área de Planejamento 5 e na XXVI Região Administrativa, do Município do Rio de Janeiro, segundo tipo de setor censitário (normal/subnormal), por Área de Planejamento, 1991/1996/2000.

Taxas anuais médias de crescimento da população residente segundo tipo de setor censitário (normal/subnormal)									
	(%) 1991-1996			(%) 1996-2000			(%) 1991-2000		
	Total	Sub normal	Normal	Total	Sub normal	Normal	Total	Sub normal	Normal
Total	0,26	1,54	0,0	1,33	3,50	0,86	0,73	2,40	0,38
AP-5	1,48	3,51	1,3	2,81	6,54	2,37	2,07	4,84	1,75
17ª e 33ª RA	0,79	2,58	0,5	1,55	3,88	1,16	1,12	3,15	0,80
18ª RA	1,91	6,18	1,6	3,61	3,01	3,66	2,66	4,76	2,50
19ª RA	1,77	3,33	1,7	2,87	18,92	1,31	2,26	9,99	1,50
26ª RA	4,10	4,11	4,1	7,92	24,62	7,40	5,78	12,77	5,55

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991; Contagem da População 1996; e Agregado de Setores da Sinopse preliminar do Censo Demográfico 2000 (CEZAR, 2002, p. 10).³³

Nas AP-4 e AP-5 (Zona Oeste) o crescimento foi contínuo nos dois setores, com taxas elevadas. A taxa de crescimento na AP-4, que corresponde às Regiões Administrativas de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, foram as mais altas, mas a AP-5, onde está a Região Administrativa Guaratiba, além das de Santa Cruz e Campo Grande, também apresentou

³² Idem.

³³ Idem.

crescimento significativo. A Zona Oeste apresenta características que dificultam o trabalho de classificação do IBGE, quanto à diferenciação dos setores normais e subnormais, em decorrência da ocupação do solo com características relativamente homogêneas e contínuas envolvendo conjuntos habitacionais, loteamentos, ocupações irregulares e invasões (CEZAR, op. cit., p. 6-7).

A AP-5 é composta de cinco Regiões Administrativas: XVII RA Bangu, XXXIII RA Realengo, XVIII RA Campo Grande, XIX RA Santa Cruz e XXVI RA Guaratiba. Dentro da AP-5, a XXVI Região Administrativa Guaratiba foi a que teve maior crescimento populacional, quase três vezes superior à média, conforme se observa nas tabelas 4 e 5. Entre 1991 e 2000, a AP-5 apresentou a segunda maior taxa de crescimento populacional da cidade (tabelas 2 e 3). A RA Guaratiba apresentou um crescimento muito maior que as outras RAs da AP-5 (tabelas 4 e 5). Na RA Guaratiba, os setores normal e subnormal cresceram igualmente na primeira metade dos anos 90, enquanto, na segunda metade, o setor subnormal cresceu três vezes mais que o normal. Isto se confirma nos depoimentos da Dona Ana, moradora do Jardim Guaratiba, e da Dona Tiana, moradora do Jardim Cinco Marias. As duas relataram que até meados dos anos 90 o número de moradores nas suas comunidades era pequeno e que foi no final da década que elas viram os lotes serem ocupados rapidamente.

No Piraquê, a Dona Severina contou-me que por muito tempo houve apenas uma rua, a Rua da Capelinha, muito longa e que o acesso à comunidade se dava apenas por ela, mas que mais recentemente (depois de 2000) outras ruas foram abertas e a favela cresceu (Anexo D).

3.3.3 As Estratégias de Ocupação

Diferentemente de outras Regiões Administrativas, em Guaratiba, nenhum tipo de transferência oficial de habitantes de outros lugares da cidade ocorreu, porém, como já relatei anteriormente, a procura pela região começou com a iniciativa individual ou familiar e gradativa. Só na segunda metade dos anos 90 ocorreram invasões coletivas com algum tipo de organização, como bem descreveu a Dona Ana:

Quem encabeçou esse negócio aqui de invasão, foi aquele Merci, Merci de Lacerda. Ele era candidato, viveu candidato aí a vida toda. Hoje eu não sei da vida dele, não sei onde ele está. Ele andou aí. Ele que veio pra isso aqui. Ele que começou com

esse negócio dessa invasão aí. Aí disseram que o pessoal falava que... que ele não dava terreno pra ninguém, que ele invadia... que ele vendia o que ele invadia... eu não sei.

Ela não sabe precisar exatamente quando as invasões começaram, mas foi provavelmente em meados dos anos 90, se se relacioná-las com as candidaturas de Merci de Lacerda, em 1996 para vereador e em 1998 para deputado. Ela mesma diz ter demarcado terrenos próximos de sua casa para amigos e parentes. A Dona Ana contou-me que alguns moradores têm registro dos terrenos onde vivem e quando outros lotes começaram a ser invadidos, alguns proprietários apareceram com a polícia e foram reclamar na justiça. Alguns invasores conseguiram negociar o pagamento pelo lote que ocupavam, outros tiveram que sair, abandonando as casas que construíram e, por fim, em outros casos, alguns proprietários desistiram de buscar seus direitos, deixando os lotes para os invasores. Aparentemente ninguém se preocupa muito em comprar terrenos invadidos. Segundo ela, Merci também foi responsável pela fundação da associação de moradores do Jardim Guaratiba. A Dona Tiana disse que também no Jardim Cinco Marias muitas pessoas ganhavam os lotes, oferecidos por um candidato a vereador, conhecido como Merci, em troca de votos, que segundo ela, “deu 16 mil pedaços de terra e não ganhou a eleição”.

A política de urbanização das favelas consolidadas da cidade, a partir da década de 1980, deve-se em grande parte às pressões dos movimentos sociais e à crise econômica que fez retrair os investimentos em habitação e aumentou o número de ocupações informais em áreas regulares e o surgimento de loteamentos clandestinos. A estratégia de maior organização dos lotes nas novas favelas visava uma futura exigência de regularização frente ao governo. Muitas ocupações seguiram uma organização coletiva, diferenciando-se das favelas tradicionais onde a ocupação é gradativa e atende a interesses individuais. No caso das invasões, a maior parte dos moradores já havia vivido em outras favelas da cidade (FARIA, op. cit., p.84).

O Sr. Mário acredita que a maioria das pessoas vem morar na região, tanto na favela do Piraquê quanto da Reta, em busca de tranquilidade. O único lugar que ele não considera tranquilo é o Jardim Guaratiba, justamente porque o loteamento ficou abandonado e sofreu invasões. Ele confirma que muitas pessoas que compraram os lotes, pensando no futuro, os perderam para os invasores e acrescenta que outros loteamentos como o Vilamar e o Jardim Cinco Marias também sofreram algumas invasões, porém com uma característica de laços de parentesco, ou seja, os novos moradores eram parentes de pessoas que já se encontravam ali. O Sr. Mário conta:

“...a maioria do loteamento ficou abandonada lá [Reta]. Muita gente, muito lote, mas muito lote, que a senhora nem queira saber... Aí, o que que aconteceu?... Houve uma invasão no Cinco Marias... foram os próprios moradores do Cinco Marias que começaram a invadir, né? [para dar lotes a parentes]. [...] Um ano depois, começara a invadir o Jardim Guaratiba também. Eu conheci uma senhora ali que tinha três lotes [...] um perto do outro que ela comprou pros filho. Ela morava em Piedade. [...] Fui levar ela lá. Quando chegou lá, os três lotes já tinham invadido.”

A melhoria na infraestrutura desses loteamentos, ainda que pequena, com a instalação de água e oferta de transportes, contribuiu para que as invasões se intensificassem no final da década de 1990. O Sr. Mário chama a atenção para o caráter peculiar das invasões ocorridas no Jardim Cinco Marias. Grande parte dos que chegaram eram parentes dos antigos moradores do lugar. Relatando sobre processo de ocupação dos lotes, a Dona Tiana conta que alguns terrenos foram comprados e outros invadidos. Muitos lotes invadidos eram vendidos para terceiros. Segundo ela, logo que chegou, nos anos 70, o lugar era muito ruim e muitos desistiam de morar lá pela distância e pela precariedade do lugar, mas que, quando a ocupação se intensificou nos anos 90, os recém-chegados vinham de toda parte da cidade, mais precisamente das favelas, e também da baixada fluminense. Segundo ela, “ninguém vinha de bairros, só de morros”. Ela conta que alguns dos seus novos vizinhos vieram da favela de Rio das Pedras fugindo das enchentes, que “trocavam casas boas por qualquer barraco aqui, porque não enche”. Ela também confirma o que o Sr. Mário relatou-me sobre a característica de laços de parentesco das invasões ocorridas no Jardim Cinco Marias, confessando que muitos outros moradores da sua rua são parentes seus, que compraram ou ocuparam lotes próximos, e que outros moradores antigos também “guardaram” lotes para parentes.

Quanto ao Piraquê, segundo o Sr. Mário, os primeiros moradores, ocuparam as margens do rio para montar ranchos para guardar canoas e outros apetrechos de pesca. Ele mesmo comprou um terreno cercado, construído e plantado no Piraquê. Como não pretendia se mudar para lá, acabou dando o terreno para uma família pobre. Ele participava de reuniões da Administração Regional, nos anos 90, como representante dos Cabuís. Em uma das reuniões, ele contou que um dos temas abordados foi a invasão do Piraquê, que já representava um problema, pois estava crescendo rapidamente. Ele, como antigo morador da região, porque nasceu e se criou na estrada da Matriz, próximo ao rio Piraquê, foi consultado sobre os limites que as águas do rio atingiam em suas margens, como forma de provar a irregularidade das construções. Ele confirmou as declarações do representante da Marinha que estava presente, sobre as irregularidades da ocupação, mas depois, tranquilizou a moradora do Piraquê presente à reunião, então representante da ocupação, dizendo:

Agora, quer que eu te fale a verdade pra senhora? A senhora vai morrer ai, nunca ninguém vai te tirar daí, eu disse pra ela. [Ela perguntou:] Mas como que o senhor sabe? [Ele respondeu:] Sabe por quê? Porque o... o Brasil... ele interessa muito por lugar que tem progresso. Aqui não tem progresso nenhum, minha senhora, aqui não tem indústria nenhuma, aqui num tem nada... aqui em Guaratiba num tem nada, aqui vai ficar sempre assim como a senhora está vendo aí. A senhora vai criar seus filhos aí, seus filhos vão se criar, a senhora vai criar seus netos e nisso ninguém vai incomodar a senhora aí não. [Ela perguntou] O senhor acha? [Ele respondeu] É verdade o que eu tô dizendo à senhora. Táí o resultado: tá até hoje lá e ninguém mexeu, não é?

Havia a certeza de que poderiam viver tranquilos, mesmo tendo construído suas casas em terrenos de terceiros ou pertencentes à União, porque a mesma falta de recursos e de infraestrutura que traziam dificuldades para os moradores, também garantiam a falta de interesse por parte dos governos em retirá-los dali. A Dona Preta, moradora de Pedra de Guaratiba, também não acredita nos boatos sobre a retirada das casas do Piraquê, e cita como exemplo as casas que ocupam a faixa de areia da praia de Pedra de Guaratiba, que sempre se ouviu dizer que seriam retiradas, mas estão lá há mais de 50 anos: “Dizem que... [...] desde criança que eu ouço falar: ah, as casa da beira da praia vão sair. Vão sair... eu já estou com essa idade toda, as casas estão no mesmo lugar. Não saiu. Eu não acredito que eles vão tirar o pessoal de lá [do Piraquê].”

Na obra de Elias (2000, p.51-60), Winston Parva, uma pequena comunidade suburbana de uma cidade industrial da Inglaterra, está dividida em três bairros: Zona 1, composta de moradores de classe média; Zona 2, onde vivem os operários mais antigos; e Zona 3, onde habitam os novos moradores. A diferença estava no tempo de moradia entre os moradores das Zonas 2 e 3. Mas esta diferença não era suficiente para explicar porque os moradores da Zona 2 desprezavam os recém-chegados da Zona 3. Em Pedra de Guaratiba, o loteamento do Vilamar, criado no início dos anos 50, abrigou antigos veranistas, que acabaram por tornarem-se moradores. Eram em geral pessoas consideradas de classe média, com condições financeiras melhores que a dos antigos moradores do bairro de Pedra de Guaratiba. Esses novos moradores aparentemente não provocaram nenhum incômodo aos antigos, ao contrário dos moradores das comunidades de Guaratiba, Piraquê e Reta, consideradas como perniciosas ao lugar.

Em Winston Parva, a pesquisa de Elias foi feita com entrevistas, e concluiu-se que a análise quantitativa não dava conta de explicar a repulsa que os moradores da Zona 2 tinham pelos da Zona 3. Não era possível determinar que cada indivíduo houvesse construído de forma independente sua opinião negativa a respeito dos moradores da Zona 3, nem que eles poderiam expressar-se de forma independente do seu grupo da Zona 2. As entrevistas

demonstraram que as opiniões individuais refletiam as crenças e atitudes comuns aos habitantes da Zona 2 e as pressões comuns da Zona 3. Talvez tivessem opiniões diferentes, mas sempre respondiam conforme a expectativa do grupo.

Na Região de Guaratiba, o lugar de ocupação mais densa e mais antiga é o bairro de Pedra de Guaratiba. Observei, entre as pessoas por mim entrevistadas, que os moradores do centro de Pedra de Guaratiba (os estabelecidos) evitavam fazer julgamento de valor sobre as comunidades da Reta e a favela do Piraquê. Quando perguntados sobre esses lugares, quase sempre os entrevistados diziam pouco conhecerem e não saberem expressar nenhuma opinião. Nos depoimentos do Sr. Carlinhos e do Sr. Hugo, moradores muito antigos de Pedra de Guaratiba, ficam demonstrados a falta de interesse pelos habitantes das comunidades próximas, Reta e Piraquê. Tanto um quanto o outro disseram que não conhecem ninguém que vive nestas comunidades e que não costumam frequentá-las. Para o Sr. Hugo, a Reta é apenas um local de passagem para chegar ao bairro de Santa Cruz. Perguntado sobre qual a sua impressão sobre a Reta, ele respondeu:

Lá começou o loteamento Cinco Marias e depois houve uma invasão e etc. e depois as coisas ali degingolaram. [...] Olha, eu só passo ali de passagem, então, não dá pra ter assim uma ideia específica, porque eu não conheço ninguém lá, eu não paro por lá. Só quando eu passo, eu vou direto para Santa Cruz, coisa assim, é passagem, mais assim de ônibus, de condução, mas de parar de conhecer pessoas, eu ainda não fiz esse... não tive essa oportunidade.

Para a mesma pergunta o Sr. Carlinhos disse que os únicos moradores da Reta, assim como do Piraquê, que ele tem contato são os alunos da Escola Deborah Mendes de Moraes, onde ele trabalha. Ele acredita que os moradores das duas comunidades só frequentam o bairro de Pedra de Guaratiba em época de festas. Na Reta ele ia quando criança (início dos anos 60) jogar bola nos campinhos. Na época havia terrenos livres, sem nenhuma ocupação, segundo ele. Mas, embora pareçam indiferentes, os dois concordam que a ocupação desordenada destas comunidades e a falta de investimento dos governos para absorção dos novos moradores pelo mercado de trabalho local foram também responsáveis (além da construção do Porto de Itaguaí) pela destruição da baía, com consequências graves para os antigos moradores. As consequências citadas são a poluição por esgoto doméstico e o aumento do número de pessoas explorando a pesca predatória.

O Piraquê dista apenas três quilômetros do centro de Pedra de Guaratiba. Alguns dos primeiros moradores, não encontrando outra oportunidade, buscaram na pesca um meio de vida, inicialmente, dedicando-se a atividade de catação de crustáceos e moluscos. O início da

ocupação coincidiu com o momento em que a pesca predatória, com as redes de arrasto, se disseminou no lugar. Como este tipo de pesca não exige que o trabalhador tenha o conhecimento acumulado por gerações necessário aos que se dedicam a pesca artesanal, muitos recém-chegados foram empregados nos grandes barcos movidos a motor, munidos com redes proibidas. Segundo os pescadores entrevistados por Pimentel (2004), os nordestinos compõem a maioria dos trabalhadores que destroem a baía, com a pesca predatória. Para eles, os que se dedicam a pesca predatória não podem ser considerados pescadores. O Sr. Carlinhos, meu entrevistado, relatou que neste período, década de 1970 e 1980, o número de pescadores e de embarcações de pesca multiplicaram-se muito rapidamente.

Há em Guaratiba duas estratégias³⁴ distintas de ocupação do espaço urbano pelas populações pobres, desenvolvidas em dois momentos diferentes, que correspondem a dois tipos de comportamento: o individual, que corresponde a famílias que se deslocam, visando atender às necessidades imediatas; e o coletivo, que se observa nas invasões com ações coordenadas, objetivando ocupar para depois pressionar o Estado para urbanizar e regularizar. O Sr. Hugo vai mais longe: para ele, a ocupação irregular do espaço ocorre, porque há interesse político em deixar-se criar os bolsões de pobreza, para que eles possam ter ganhos eleitoreiros ao apresentarem-se como benfeitores, ao atenderem, mesmo que precariamente, as reivindicações dos moradores.

Na pesquisa sobre Guaratiba, o objeto precisava ser definido para além da existência concreta de uma comunidade em contraste com outras comunidades a sua volta. As comunidades do Piraquê e da Reta, foram ocupadas por novos moradores provenientes de outros estados do Brasil. Alguns já viveram em outras favelas da cidade antes de se instalarem na região de Guaratiba, outros vieram diretamente de seus estados de origem, em grande parte do nordeste do país e trouxeram, portanto, costumes e hábitos diferentes que entraram em contraste com os que já viviam na região, gerando desconforto e estranhamento de ambas as partes. As novas comunidades também apresentavam diferenças em suas formações e era preciso investigar se as formas de adaptação à região de Guaratiba e as diferenças de organização social de cada uma das comunidades (Reta e Piraquê) tinham por base os valores preexistentes de seus moradores. Fazia-se necessária, nesse caso, uma investigação das relações sociais que se estabelecem entre os moradores, dentro de cada uma das três comunidades, para só então estabelecer as relações entre as comunidades. A comunidade do

³⁴ Sobre as estratégias de ocupação utilizadas pelos moradores das favelas, já comentadas anteriormente neste capítulo, ver FARIA, 2004, p. 13.

Piraquê desde cedo formou uma associação de moradores, enquanto os moradores da Reta estavam distribuídos em conjuntos diversos, não constituindo uma comunidade coesa.



Figura 16: Mapa das comunidades ao longo da Estrada da Pedra (Reta da Pedra).
Fonte: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br> (editado)

Experimentei a hipótese de que no Piraquê a maioria de seus moradores veio diretamente dos seus estados de origem, sem ter vivido em outra favela da cidade ao chegarem ao Rio de Janeiro, enquanto na Reta haveria uma diversidade maior de procedências e boa parte dos moradores já teria trazido a vivência adquirida em outras favelas, como por exemplo, a da Rocinha e a de Rio das Pedras. As fontes orais foram muito úteis nessa investigação, assim como alguns outros procedimentos, como a pesquisa feita pelos alunos da Escola Municipal Deborah Mendes de Moraes. Constatei que a grande maioria dos novos moradores das duas comunidades já teve a experiência de viver em outras favelas da cidade antes de vir para Guaratiba. A partir da amostragem que colhi com os alunos (Tabela 6), através de questionários respondidos por seus responsáveis, pude constatar que, de um universo de 124 pessoas pesquisadas, de 46 moradores da Reta, 36 já viveram anteriormente em outras favelas da cidade antes de chegar a Guaratiba. No Piraquê, de um total de 55 moradores, 40 tiveram trajetórias semelhantes. Portanto, a grande maioria nas duas favelas. Apenas 22% dos pesquisados da Reta e 28% do Piraquê chegaram diretamente de seus locais de nascimento para viver em Guaratiba. Neste aspecto, pouco difere entre si as duas comunidades estudadas.

Tabela 6: Trajetória dos responsáveis dos alunos da E. M. Deborah Mendes de Moraes.

Responsáveis dos alunos das turmas de 8º e 9º anos da E. M. Deborah Mendes de Moraes, segundo a trajetória (2014)					
Localidades	Total de responsáveis perguntados	Trajetória			
		Nasceu e sempre viveu na região de Guaratiba	Veio direto para a região de Guaratiba	Morou em outros locais da cidade	
Reta e proximidades	Cabuís e proximidades	3	1	0	2
	Entrada da Reta	6	0	1	5
	Jardim Guaratiba	27	0	4	23
	Pingo D'Água	8	1	2	5
	Jardim Cinco Marias	2	0	1	1
Total da Reta e proximidades		46	2	7	36
	Piraquê	55	0	15	40
	Pedra de Guaratiba	9	1	0	8
	Outras	14	1	4	9
	Total	124	4	27	93

Fonte: Consulta às comunidades, realizada pelos alunos das turmas de 8º e 9º anos, de 2014, da Escola Municipal Deborah Mendes de Moraes.

Percebi, então, que a diferença que se apresenta entre as duas comunidades não está na origem dos moradores, mas na forma como cada uma das comunidades se desenvolveu: se de forma individual e familiar, quando cada indivíduo ou família chega ao lugar obedecendo a interesses particulares, como ocorreu no Piraquê, ou de modo coletivo, como as invasões ocorridas nas favelas da Reta a partir dos anos 90. A ocupação de forma paulatina ocorrida no Piraquê até o ano 2000³⁵ contribuiu para que a comunidade permanecesse mais coesa. Quase sempre os que chegavam tinham algum laço de parentesco ou de amizade com um morador mais antigo. Como se pode ver, esse tipo de ocupação também ocorreu na Reta, segundo a Dona Ana, a Dona Tiana e o Sr. Mário. Porém, o que difere a Reta em relação ao Piraquê são as invasões ocorridas na primeira, no final dos anos 90, responsáveis pela introdução repentina do tráfico de drogas e da violência.

É preciso agora abordar outras questões: como os moradores do bairro de Pedra de Guaratiba se posicionam diante da forma como ocorreu o crescimento populacional nas últimas três décadas do século XX, quais as expectativas que se frustraram e quais são suas relações com os novos habitantes.

³⁵ A favela conheceu uma aceleração do seu crescimento apenas a partir de 2000. Ver Anexo D.

4 AS PECULIARIDADES DE PEDRA DE GUARATIBA

A tradição é biologicamente tão indispensável à espécie humana como o condicionamento genético o é às sociedades de insetos: a sobrevivência étnica funda-se na rotina, o diálogo que se estabelece suscita o equilíbrio entre rotina e progresso, simbolizando a rotina o capital necessário à sobrevivência do grupo, o progresso, a intervenção das inovações individuais para uma sobrevivência melhorada. (LEROI-GOURHAN, 1964-65, p. 24 apud LE GOFF, 1990, p. 475).

4.1 A IDENTIDADE CONSTRUÍDA ATRAVÉS DA PESCA

O bairro de Pedra de Guaratiba era até recentemente pouco povoado, porém sua ocupação remonta a um passado distante. Sua construção mais antiga, uma capela dedicada a Nossa Senhora do Desterro, data de 1629. Há registros históricos preservados em jornais e por historiadores locais preocupados com as origens do bairro. Em termos geográficos, estatísticos e ambientais há estudos que datam dos últimos 40 anos, avaliando o impacto provocado pela pesca predatória, pela ocupação desordenada em loteamentos clandestinos sem saneamento básico e pelas indústrias próximas à Baía de Sepetiba. Diante deste quadro, os moradores antigos de Pedra de Guaratiba consideram que os novos moradores do entorno são a causa, ou uma das causas, dos problemas que o bairro enfrenta e preservam a memória dos “bons tempos” de praias limpas e pescaria farta, quando era visitada por veranistas que lotavam os bares e restaurantes locais. Esta memória que se mantém viva entre os moradores mais antigos revela-se através do depoimento do Sr. Carlinhos, que credita ao aumento do número de pescadores e ao aumento da população do bairro de Pedra de Guaratiba, em geral, a diminuição do pescado e a poluição das praias, respectivamente.

As três vertentes enunciadas por Haesbaert para definir a territorialidade, jurídicopolítica, econômica e cultural estão presentes em Pedra de Guaratiba e embora esta última seja a dimensão priorizada, ela não está desconectada dos anteriores, segundo Antônio Lopes Ferreira Vinhas (2011, p. 69), que oferece uma grande contribuição com sua pesquisa sobre os pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba. Embora seu estudo esteja datado em um período posterior ao que interessa aqui, mais precisamente entre 2007 e 2010, Vinhas pode ajudar a identificar a forma como se constrói, se reproduz e se preserva a identidade de pescador, em Pedra de Guaratiba, que, naturalmente, se remete às décadas anteriores, período que estou

estudando. Sua pesquisa analisou a atuação dos pescadores, particularmente dos pescadores cercadeiros (que utilizam cercadas, espécie de armadilhas plantadas no mar), contra a poluição praticada pela empresa TKCSA e o modo como essa luta correspondeu à tentativa de preservar suas territorialidades, relacionadas à condição de ser pescador. O combate à poluição ambiental foi um forte elemento para um processo de reterritorialização (HAESBAERT, 2006) de Pedra de Guaratiba, imprimindo ao local as marcas da luta pela preservação da Baía de Sepetiba.

A poluição ambiental e a pesca predatória são apontadas como duas terríveis ameaças que pairam sobre a Baía de Sepetiba. A poluição decorrente do esgoto domiciliar já causava grandes danos a piscicultura ou ao homem. A situação piorou ainda mais com a poluição industrial que viria depois, com a implantação da zona industrial de Santa Cruz e de outras diversas fábricas instaladas na bacia hidrográfica de Sepetiba³⁶ que desemboca na baía de mesmo nome. O segundo problema apontado, a pesca predatória que se desenvolveu a partir de 1964, era encarado com desesperança após uma década como um mal que não tinha mais solução. Sepetiba e Pedra de Guaratiba já eram consideradas como áreas decadentes, com pesca rudimentar e turismo desorganizado nos primeiros anos da década de 1970. O uso das redes de arrasto por alguns pescadores contribuiu para a degradação da pesca, além da poluição. Apesar disso e do fato do hábito alimentar dos brasileiros incluir pouco pescado, este respondia por uma parcela importante da economia do Estado da Guanabara e era o meio de sustento de 11 mil famílias. A Guanabara tinha, em 1972, o maior entreposto de pesca do país e contava com dez colônias, sendo a Z-7 em Barra de Guaratiba e a Z-8 em Pedra de Guaratiba (hoje Z-14). Esta última se encontrava entre as quatro de maior importância pesqueira do Estado da Guanabara. A decadência da pesca na Baía de Sepetiba, sentida a partir da década de 1970, decorreu da introdução da pesca de arrasto a partir de 1964, que provocou uma rápida degradação ambiental e resultou na diminuição do pescado nas redes daqueles pescadores artesanais que respeitavam as normas da pesca e os ciclos da reprodução (JORNAL DO BRASIL, 1970-79). Por ser uma baía com áreas de manguezais, ela resulta em um importante criadouro de peixes e crustáceos que são atingidos pelo arrasto, provocando uma diminuição grave da produção pesqueira (BREDARIOL, 2001, p. 144). Os pescadores artesanais pescavam em média 30 kg por dia de camarões, nos anos 60. Menos de dez anos depois, mal conseguiam um, enquanto os baloeiros, como são chamados os que se utilizam

³⁶A Baía de Sepetiba contém no todo ou em parte os municípios de Mangaratiba, Itaguaí, Seropédica, Japeri, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Piraí, Rio Claro, Engenheiro Paulo de Frontin, Miguel Pereira, Vassouras e Rio de Janeiro (BREDARIOL, 2001, p. 137).

das redes de porta, com malha fina para a pesca de arrasto, ostentam os bens adquiridos com a pesca predatória. Segundo relato dos pescadores (JORNAL DO BRASIL, 1972-1973), ao longo de quase dez anos o pescador José Soares, que antes vivia da pesca em canoas, como os outros, adquiriu oito traineiras e passou a praticar a pesca com redes de porta, servindo de exemplo para os pescadores de como enriquecer depredando a baía. Os camarões de tamanho muito pequeno retirados dessas redes de porta eram vendidos a preços baixos nas peixarias. Esse tipo de pesca com esse tipo de rede é considerada ilegal pela SUDEPE, órgão que deveria garantir a fiscalização, mas que, de acordo com os pescadores, nada fazia para impedir a atividade das vinte traineiras que se dedicam à pesca predatória em 1972, enriquecendo alguns à custa do empobrecimento da qualidade da pesca e dos outros pescadores. A pesca de arrastão, como era conhecida a pesca predatória, já era considerada uma ameaça ao fornecimento de camarões no Estado da Guanabara em 1971. Quase todo ele vinha da região da Baía de Sepetiba, onde se praticava a pesca clandestina de arrasto, cujas redes têm malha muito fina e mata os filhotes que em dois meses estariam próprios para o consumo. Muitos pescadores artesanais da Ilha de Jaguanum afirmavam que só não aderiam ao arrasto por falta de condições de comprar um motor, necessário para essa atividade. Segundo os pescadores, faltava a fiscalização por parte da Capitania dos Portos, localizada em Itacuruçá. As queixas sobre a pesca predatória são recorrentes ao longo das décadas de 1970 e 1980 e algumas iniciativas foram tomadas na tentativa de conter o problema e de melhorar as condições de trabalho do pescador. Em 1973, cursos sobre novas técnicas de pesca, sobrevivência no mar e cuidados com o pescado foram aplicados em nove colônias da Guanabara, demonstrando a preocupação do governo com o potencial pesqueiro do estado. Em 1977, depois da fusão da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, a preocupação com o pescador permanecia e a Secretaria de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro criou a Pescart-RJ, um centro de atendimento ao pescador artesanal, em Sepetiba, para atender aos pescadores desde Pedra de Guaratiba até Itacuruçá, representando investimentos do governo na pesca, somados à produção de camarões.

Por “pescador artesanal” entende-se àquele que pesca para sua sobrevivência, valendo-se de apetrechos produzidos por eles próprios. Assim define o pescador Ivo Soares, de Pedra de Guaratiba, entrevistado pela pesquisadora Maria das Dores Pimentel³⁷. No conceito dos pescadores, representado pelo depoimento do Sr. Ivo, a pesca artesanal se caracteriza por dois elementos: pelo uso de um material e pelo objetivo da produção. O material deve ser o mais

³⁷A pesquisadora Maria das Dores Pimentel, concluiu um importante trabalho de reconstrução das memórias de pescadores de Pedra de Guaratiba, onde registrou diversas entrevistas por ela realizadas, em 2003.

possível produzido pelos próprios pescadores manualmente, e a produção deve ser destinada ao sustento do pescador e de sua família. No entanto, a proibição de se retirar madeira do mangue para a construção de cercadas, obrigando o pescador a comprar outro tipo de madeira, e a utilização de materiais mais modernos, industrializados, como as cordas de nylon, entre outras adaptações necessárias utilizadas pelas novas gerações de pescadores, não retira o caráter artesanal da atividade pesqueira desenvolvida na região.

Deste modo, acreditamos que o pescar artesanal, apesar destas constantes adaptações, é aquele em que o pescador domina todo o processo de produção, está voltado principalmente para o auto sustento, não agride o meio ambiente, foi acumulado através de gerações e é transmitido através da memória coletiva. Dentro deste quadro, em Pedra de Guaratiba, podemos inserir os pescadores cercadeiros, os pescadores de rede de espera, os pescadores de tarrafa, de arrastão manual, de anzol, de puçá, além de outros coletores. (PIMENTEL, 2004).

Ação da SUDEPE contra pesca predatória na Baía de Sepetiba, com o apoio da Polícia Naval, consistia em fiscalizar os barcos para verificar o uso de redes ilegais. Era difícil para os fiscais autuar um barco por pesca predatória, porque ao verem a aproximação da fiscalização os pescadores se desfaziam das redes ilegais, jogando-as ao mar. A decadência do pescado na baía já era sentida em 1975 e se traduzia na tentativa da colônia de pescadores de Pedra de Guaratiba de construir um porto em Parati, cidade ao sul do Estado do Rio de Janeiro. A iniciativa encontrou resistência dos proprietários de terras de Parati, que tentaram expulsar os posseiros da região. A pretensão da Colônia de Pescadores de Pedra de Guaratiba era buscar o pescado na baía de Angra dos Reis e da Ilha Grande, pois precisavam de um porto mais próximo do que o de Pedra de Guaratiba para evitar o consumo de combustível e gelo (JORNAL DO BRASIL, 1975).

As condições de vida e de trabalho dos profissionais da pesca em todo o Brasil nunca foram as melhores. Ao longo de décadas, as denúncias são recorrentes e demonstram que nada de muito significativo foi feito para melhorar a vida e as condições de trabalho dos pescadores. Em 1953, o jornal Última Hora (28/05/1953, p. 7) relatava as condições precárias em que viviam os pescadores de Pedra de Guaratiba. Em 1956, a Gazeta de Notícias (06/12/1956, p. 8) denunciava as condições miseráveis em que se encontravam os pescadores do litoral do Rio de Janeiro. De tempos em tempos, surgiram programas de auxílio que visavam à melhoria da atividade pesqueira. No Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal e posteriormente Estado da Guanabara, a Câmara dos Vereadores e, respectivamente, a Assembleia Legislativa aprovaram, ao longo das décadas de 1950 e 1960, medidas

importantes para garantir que seus entrepostos fossem os mais produtivos do país. Todas essas medidas, no entanto, não atenderam plenamente aos pescadores. Em meados dos anos 60, uma das queixas mais recorrentes era a falta de estrutura para que os pescadores vendessem o produto de seu trabalho sem que ficassem nas mãos dos intermediários que lucravam com o pescado. Reivindicavam investimentos do governo em frigoríficos e em infraestrutura nas colônias para evitar que os pescadores vendessem seus produtos tão barato (JORNAL DO BRASIL, 02/11/1965, 1º caderno, p. 10). Nas memórias do Sr. Carlinhos fica claro que muitos pescadores acabavam dividindo-se entre esta atividade e outras que suprissem suas necessidades em tempos de pesca ruim. Segundo ele, em Pedra de Guaratiba, boa parte das famílias vivia da pesca e passava por grandes dificuldades, porque “a pesca depende muito do tempo e se cai um temporal, por exemplo, o pescador acaba ficando muito sem dinheiro, porque fica muito tempo sem poder pescar”. Nesses casos, era comum o pescador recorrer a outras atividades para sustentar-se de forma momentânea. Assim como ele, muitos também buscaram empregos públicos e abandonaram total ou parcialmente a pescaria. Ele afirma que, apesar de ser servidor da prefeitura há 40 anos, ainda exerce algumas atividades ligadas a pesca, como remendar rede. Outro exemplo é o Sr. Maurício Alexandre, um dos pescadores entrevistados por Pimentel (Op. cit., p. 49), que embora seja funcionário da Comlurb, prefere identificar-se como pescador, atividade que realiza nas horas vagas. Assim relatou o Sr. Carlinhos, sobre as dificuldades enfrentadas pelos pescadores:

Aqui na Pedra tinha umas famílias com situações melhores, mas tinha muita gente com situação braba, porque eles queriam o seguinte: você... às vezes você ganhava aqui numa época, vamos dizer, trinta reais... trinta cruzeiros, né? Na época era cruzeiro, não era real... você ganhava trinta cruzeiros e às vezes ficava uma semana sem poder trabalhar, porque caía um vento, chamado vento sudoeste, fica três quatro dias, e aí naqueles quatro dias não tinha como você trabalhar. Tinha que arrumar outro tipo de trabalho, por exemplo, uma capina em algum lugar, outros tipos de atividades, que você ia fazer sem a pescaria. Acontecia muito isso. Já aconteceu muito comigo isso, muitas vezes comigo, de eu ter que... não poder trabalhar e ter que na semana buscar outros tipos de trabalho.

Ao longo das décadas seguintes, as queixas se repetiam: falta de fiscalização eficiente contra a pesca predatória, falta de frigoríficos nas colônias e falta de um porto que facilitasse o desembarque do pescado e a amarração das embarcações. Essas eram as principais reclamações. Só em 1993 Pedra de Guaratiba ganhou um mercado para facilitar o comércio do pescado. Porém, nos anos 90, a maior parte do pescado comercializado já não era proveniente do fundo da baía. Boa parte vinha, e vem, do mercado da Praça Quinze, ou da região de Angra dos Reis.

4.1.1 Os Novos Investimentos

Um investimento inovador iniciado em 1972, ainda no governo do Estado da Guanabara, rendeu frutos ao longo das décadas seguintes. Foi ele a implantação do projeto de maricultura na Fazenda Modelo, em Guaratiba, com a construção de um laboratório experimental para criação de camarões de cativeiro, porque os de mar estavam ficando raros, e para a desova de fêmeas e criação das larvas e de microalgas como alimento. Paralelo à iniciativa do Estado, a Companhia Souza Cruz, contando com o auxílio da SUDEPE, também iniciou um projeto para criação de camarões em cativeiro em Guaratiba. O experimento mostrou-se promissor, porque o aproveitamento das larvas é quase total, enquanto na natureza, de 1200 larvas que cada fêmea produz, só 1% sobrevive. Em três anos, a Companhia Souza Cruz dava conta de que já estavam construindo novos tanques em suas instalações de maricultura em Guaratiba, para o desenvolvimento de camarões e peixes. Porém, de forma acidental, a empresa contribuiu para o povoamento da baía com camarões. Em 1975, sobras de pós-ovas de camarões desovados na maricultura desenvolvida pela empresa Souza Cruz, em Guaratiba, foram jogadas na Baía de Sepetiba povoando o local com camarões rosa, espécie exótica na região. Os pescadores comemoraram, porque, sem querer, a empresa provocou o repovoamento da baía com camarões que atingiam entre 12 e 15 centímetros. Dois meses depois, a Estação de Aquacultura³⁸ do Estado lançou também, na Baía de Sepetiba, filhotes de camarões criados em seus tanques a partir da desova de fêmeas coletadas em alto mar, com o objetivo de minimizar o desaparecimento da espécie por causa da pesca predatória.

Em 1976, a Souza Cruz abandonou projeto de criação de camarões em cativeiro que vinha desenvolvendo independentemente, mas de forma colaborativa, ao projeto de aquacultura do Estado, em Guaratiba. A empresa anunciou a doação de um barco, que utilizava para a pesca de fêmeas em alto mar, para o Estado, e também suas instalações em Guaratiba. Todo seu acervo passou a pertencer a Pesagro-Rio, Empresa de Pesquisa em Agropecuária do Rio de Janeiro. A partir de 1976, os pesquisadores conseguiram criar em cativeiro o camarão chamado de verdadeiro, ou branco, com o qual pretendiam repovoar a

³⁸Os termos “aquacultura” ou “aquicultura” serão utilizados aqui como sinônimos, variando seu uso apenas conforme a fonte citada. No Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa o termo “aquacultura” direciona a busca para “aquicultura”. O Dicionário da Porto Editora *on-line* registra diferença entre os dois termos. Cf. Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico em <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa>.

baía. O lançamento das larvas tornou-se periódico, de quatro em quatro meses, na tentativa de garantir a sobrevivência do pescador (JORNAL DO BRASIL, 1970-79).

Inicialmente, o “Projeto Camarão” (JORNAL DO BRASIL, 1974) do governo do estado visava fornecer *know-how* para empresas interessadas em produzir camarões, barateando o preço do produto no mercado. Porém, as pesquisas feitas no laboratório de Guaratiba ampliaram-se, com a criação de algas para alimentá-los e também com a criação de outros crustáceos, ostras e tainhas. As pesquisas renderam frutos e se tornaram mais promissoras que as realizadas no Texas e no Japão, de onde vieram o *know-how* inicial. Em 1977, a Estação de Guaratiba estava lançando larvas de pitu no rio Portinho que desagua na Baía de Sepetiba. Em 1979, novos tanques foram inaugurados com o objetivo de despoluir os mexilhões da Baía da Guanabara e torná-los comercializáveis.

Em 1990, outro projeto de criação de pescado surgiu como proposta para aumentar a produtividade da Baía de Sepetiba. A Agência de Cooperação Técnica Japonesa, JICA, em convênio com a FIPERJ tentou implantar viveiros flutuantes para criação de diversos tipos de peixes. A proposta era ensinar os pescadores a nova técnica, para que ela se reproduzisse mais tarde em toda a Baía de Sepetiba, para além de Pedra de Guaratiba, onde seria implantada inicialmente. O sistema se diferenciava das tradicionais cercadas, porque nele os peixes seriam alimentados com ração, aumentando a produtividade. O Projeto de maricultura apoiado pelos japoneses começou a ser desenvolvido na PESAGRO, em Guaratiba, e pretendia se expandir até Angra dos Reis, considerada lugar ideal para essa atividade. Os pescadores desconfiaram do investimento, porque temiam o monopólio da empresa sobre a produção e acreditavam que o grande interesse da JICA era produzir tainhas como iscas vivas para a pesca do atum, em alto-mar. A ideia foi rechaçada pelos pescadores e o projeto foi abandonado. Segundo Vinhas (Op. cit., p. 25), o projeto tinha o nome de “Salva-Baía”, nome sugestivo que induz a pensar que os japoneses estavam ali para ajudar a comunidade com um “discurso [que] remete ao entendimento de um projeto que está inserido no contexto da recuperação do atraso, onde o trabalho do pescador artesanal é visto como rudimentar rende uma pequena quantidade de pescado”. A maior contribuição, dada por essa iniciativa, foi a conscientização dos pescadores. Ao sentirem seus interesses ameaçados, um grupo de pescadores cercadeiros concentrou seus esforços em uma associação APAPG³⁹, Associação

³⁹Segundo Ivo Siqueira Soares, presidente da associação (o mesmo que Pimentel entrevistou em 2004), e Isac Alves de Oliveira, secretário, a APAPG surgiu em 1992, com o nome de Associação dos Pescadores Cercadeiros de Pedra de Guaratiba. Passando a se chamar APAPG, Associação dos Pescadores e Aquacultores de Pedra de Guaratiba, em 2007, quando o estatuto foi reformulado para se adaptar ao Código Civil. Cf. VINHAS, 2011, p. 126.

dos Pescadores e Aquicultores de Pedra de Guaratiba, fundada em 21 de fevereiro de 1992⁴⁰. Embora sejam considerados aquacultores (ou aquicultores) pelo IBAMA, os cercadeiros não criam peixes, apenas dispõem cercos de bambu, como armadilhas, que aprisionam os peixes. Eles também se sentiam muito prejudicados pelos baloeiros, como eram conhecidos os que usavam redes de malha proibida para arrastar o fundo da baía. A malha muito fina, matava também os filhotes, impedindo a procriação do pescado.

A pesquisadora Maria das Dores Pimentel relata as dificuldades inicialmente enfrentadas para conseguir que alguns pescadores colaborassem com sua pesquisa e atribuiu essa desconfiança dos pescadores, ao medo de sofrerem algum tipo de represálias por parte dos baloeiros. Um dos pescadores entrevistados por Pimentel, Moacir Lopes, conhecido como Seu Dunga, confessou já ter sofrido ameaças de morte por ter feito denúncias ao Jornal O Globo. Em seu estudo, Pimentel também relatou não ter encontrado nenhum pescador que se identificasse como baloeiro. Outro pescador entrevistado por ela, o Sr. Ivo Soares, foi o presidente da Associação dos Pescadores Cercadeiros de Pedra de Guaratiba (APAPG), criada no início dos anos 90 e que, em 2003, na época em que concedeu a entrevista à pesquisadora, declarou já não existir mais (PIMENTEL, op. cit., p. 45-66).

4.1.2 A Pesca Predatória

A partir da década de 1980 a pesca de arrasto difundiu-se bastante e era muito lucrativa. Denúncias sobre o uso das redes proibidas, conhecidas como balão, que destroem a fauna da Baía de Sepetiba, chegavam à imprensa, mas os pescadores artesanais não podiam fazer muito, pois temiam represálias. Depois de toda uma madrugada de trabalho, os canoeiros, aqueles pescadores artesanais, que não usavam as redes de arrasto, só conseguiam trazer para terra entre dois e três quilos de camarão, enquanto os baloeiros traziam em torno de 150 kg do crustáceo, além de outros pescados. Segundo os canoeiros, a SUDEPE, que deveria fiscalizar e proibir a pesca predatória acabava sendo conivente, por causa da corrupção dos fiscais e também das ameaças feitas pelos baloeiros, muitos deles armados. Aqueles que praticavam a pesca predatória há anos, já haviam conquistado muitos bens, com grandes peixarias e muitos barcos, empregavam muitas pessoas e detinham um grande poder

⁴⁰Publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro na Fls. de N° 14, de 26 de Fevereiro de 1992.

local. Com o objetivo de acabar com a pesca predatória a SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca) estudava transformar parte da Baía de Sepetiba em área de segurança nacional. A ideia contou com o apoio dos pescadores das colônias Z-14 e Z-15, de Pedra de Guaratiba e de Sepetiba, respectivamente. A área mais ao interior da baía, próximas aos manguezais que banham Sepetiba e Pedra de Guaratiba, já era vedada à pesca com redes de arrasto havia muito tempo, com o intuito de preservar o nascedouro da fauna marinha. Segundo o biólogo da SUDEPE, Luís Fernando Rodrigues, a produção do camarão branco na baía caiu drasticamente de 252 toneladas em 1980, para 163 toneladas em 1981, que corresponde a 34,7% (JORNAL DO BRASIL, 09/10/1983, 1º caderno, p. 18).

A SUDEPE admitia sua incapacidade de fiscalização para coibir a pesca predatória e sugeriu a colocação de obstáculos, como recifes artificiais feitos de concreto ou com carcaças de automóveis inutilizados. A ideia foi bem recebida e a Câmara aprovou a Lei nº 840/1986, autorizando um convênio da prefeitura com a SUDEPE para a colocação dos recifes artificiais de concreto no fundo da Baía de Sepetiba. Além de dificultar o uso das redes proibidas e diminuir os custos com a fiscalização, os recifes serviriam de novos criadouros para os peixes. A produção pesqueira da Baía de Sepetiba caiu 70% em dez anos (JORNAL DO BRASIL, 1986).

Uma forte ventania, em 1986, expôs a realidade da Baía de Sepetiba. A maior parte das embarcações que foram lançadas ao litoral e destruídas pertenciam a pescadores de outras colônias fora da baía. Justamente por não terem amarrações e ficarem presas apenas por âncoras, suas embarcações não resistiram aos ventos. Isso mostrou que a pesca predatória estava crescente e que também atraía embarcações de outras localidades, prejudicando mais ainda a Baía de Sepetiba. E tudo isso não era mais do que um reflexo da falta de fiscalização (JORNAL DO BRASIL, 17/04/1986, 1º caderno, p. 14).

Os conflitos envolvendo os praticantes da pesca predatória chegou ao ápice com a morte do pescador Manoel Quirino de Melo (Neco) que, segundo o Exército, pescava nas proximidades do Rio Piracão, onde fica o que o Centro Tecnológico do Exército (CETEx) chama de linha 1 e onde o acesso aos pescadores é proibido. Após receber ordem de parar, o barco do pescador teria tentado fugir, recebendo uma rajada de fuzil que atingiu um dos tripulantes. Segundo investigações posteriores, o pescador Neco Russo foi morto em águas públicas e não em área militar. Esse acontecimento gerou comoção na localidade e um forte questionamento sobre a validade das atribuições do Exército na reserva. Mas, apesar disso, a presença do CETEx e sua colaboração com a SUDEPE na fiscalização da reserva dava para muitas pessoas um pouco de esperança na preservação da reserva e também da Baía de

Sepetiba, quanto ao combate à pesca predatória (JORNAL DO BRASIL, 1986). Assim sendo, a parceria entre o Exército e o IBAMA, criado em 1989, para o combate à pesca predatória fortaleceu-se com o primeiro fornecendo apoio logístico, como barcos e equipamentos para que o segundo cumprisse seu trabalho de fiscalização nos anos 90. Mesmo com o acréscimo de recursos, havia dificuldade em fiscalizar, pois o número de fiscais era insuficiente, o que facilitava a continuidade da pesca predatória na Baía de Sepetiba.



Figura 17: Mercado de peixes de Pedra de Guaratiba (2015).
Fonte: Acervo pessoal.

Os pescadores construía currais com bambus e arames farpados próximos à embocadura dos rios, dentro dos manguezais, em área protegida pela Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba. A Baía de Sepetiba registra a presença desse tipo de pesca desde o século XIX. O Diário do Rio de Janeiro relatou, em 1844, uma queixa sobre a instalação de estacas postas irregularmente no mar e pedia providências. O mesmo se passou em 1897, quando pescadores queixaram-se das cercadas que impediam a passagem de barcos e prejudicavam a pesca de outros pescadores (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1844 e 1897). O problema era antigo, como se vê. Para instalar cercadas no mar é preciso estar atento à legislação que proíbe sua instalação nos rios, estuários, canais de navegação ou locais que sejam prejudiciais à navegação, e também obter as licenças necessárias. Esse tipo de pesca foi objeto de críticas, ao longo dos anos, por parte dos pescadores que se utilizavam de canoas e redes de espera, que chamavam os donos de cercada de “pescadores de cartola”, por cercarem

parte da baía, destruírem os manguezais para retirada de madeira para a construção dos cercos e de concorrerem de forma desigual com os “verdadeiros profissionais da pesca” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 12/03/1955, p. 4).

A fiscalização também agia nos mercados de peixe da região, fazendo apreensões de camarões de tamanho reduzido, que obviamente haviam sido pescados com redes ilegais. Representantes das colônias de pescadores localizadas na baía de Sepetiba tentavam traçar estratégias de conscientização dos pescadores para que respeitassem o período de desova do camarão, pois, apesar da criação de camarões em laboratório, o crustáceo estava se tornando cada vez mais escasso. O pescador artesanal não encontrava mais meio de sustento no mar e não via outro jeito a não ser buscar trabalho na lavoura e, principalmente, na construção civil. Reclamavam da falta de assistência e, entre outras coisas, da falta de um porto que facilitasse o desembarque do pescado. Alegavam que, se tivesse um porto, seria mais fácil proteger suas embarcações. Essa era uma reivindicação antiga dos pescadores de Pedra de Guaratiba, mas a Capitania dos Portos alegava falta de verba para construção um porto na região. Em 1993, outra reivindicação antiga dos pescadores foi enfim atendida: Pedra de Guaratiba ganhou *boxes* regulamentados para a venda de pescado que antes era vendido nas ruas, acondicionados em isopores. O mercado de peixes recebeu o nome de Neco Russo, apelido do pescador Manoel Quirino de Melo morto em 1986.

4.1.3 A Preocupação Com o Meio Ambiente

O CETEx, Centro Tecnológico do Exército, fica situado dentro da Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba. O exército afirmava que sua presença no local contribuía para impedir a destruição dos manguezais pelos pescadores locais e a ocupação de áreas da reserva por posseiros. Porém, para os ambientalistas, o Exército participava da destruição da reserva, pois construiu estradas sobre os mangues, desviou canais, fez testes de mísseis na Restinga da Marambaia (parte da reserva) e estava desenvolvendo pesquisas sobre energia nuclear. Segundo a pesquisadora Lina Maria Kneip (1987, p. 82-83):

Grande parte da riqueza arqueológica de Guaratiba encontra-se hoje em terra ocupada pelo Centro Tecnológico do Exército, em fase de implantação. De acordo com o Decreto nº 7549 de 20/11/74 a área é também reconhecida pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro como “Reserva Arqueológica”, cujos limites foram recentemente alterados e reduzidos pelo Decreto nº5415 de 31/03/82.

Entre idas e vindas, o CETEx e o IEF, Instituto Estadual de Florestas, firmaram acordos para zonestar as áreas de mangue, demarcando onde deveria ser absolutamente preservado e onde a presença humana controlada seria permitida. Muitos posseiros já viviam ali antes da região ser considerada uma reserva. Havia também os pescadores que sempre exploraram os mangues para catar mariscos e caranguejos. A prefeitura mobilizou-se para cadastrar os pescadores e negociar uma exploração consciente dos recursos (JORNAL DO BRASIL, 1990).

A prática de catação de mariscos e caranguejos era realizada muitas vezes por mulheres. Apesar de não lidar diretamente com o mar, como pescadoras efetivamente, elas se inteiram de outras atividades ligadas a pescaria. Não estão impedidas de pescar, mas é uma característica local, de Pedra de Guaratiba, que elas se dediquem a feitura e remendo das redes, à catação de moluscos e crustáceos e ao comércio de peixes. Veja o que diz Maria das Dores Pimentel (Op. cit., p. 66):

Uma outra análise interessante é o papel das mulheres neste mundo da pesca artesanal em Pedra de Guaratiba. Apesar deles afirmarem que as mulheres podem pescar, dificilmente se vê alguma mulher na tarefa da pescaria no mar. Há mulheres cadastradas na Colônia de Pescadores, mas elas estão mais envolvidas com o comércio de peixe. Quando perguntamos ao Sr. Dunga sobre o envolvimento da sua família com estas atividades, ele informou que sua esposa e duas filhas trabalhavam com ele no bar. Além de pescador, Sr Dunga também tem um bar e dois dos seus filhos iam para o mar pescar. Indagamos então por quê as mulheres não podiam pescar também ao que ele respondeu:
Pode, pode pescar... mas não aprendeu, né?

Em 1993, os catadores de caranguejos foram cadastrados na Reserva de Guaratiba, pelo IEF. Eles seguem as regras tradicionais de retirar os caranguejos com as mãos e não catam fêmeas ovadas e filhotes, nem utilizam armadilhas proibidas. Em depoimento ao Jornal do Brasil (06/06/1993, Domingo, p. 60-61), o caranguejeiro Glório da Fonseca afirmava que ganhava muito mais catando caranguejo do que trabalhando nos bananais da região.

Se os catadores não prejudicam o mangue, a poluição da baía estava fazendo diminuir o pescado de um modo geral, inclusive os que vivem no mangue, como os caranguejos. A poluição da Baía de Sepetiba, apontada como outro elemento que contribui para a diminuição do pescado, parece ser um problema sem solução. Esse é o sentimento dos moradores de Pedra de Guaratiba, que se manifesta no depoimento de D. Preta, para quem a lama tinha sim propriedades medicinais e hoje não pode mais ser utilizada, e sentença: “Eu acho que melhorar, não vai melhorar mais não.” Ela relata que a filha de uma amiga sua ficou curada de

dores terríveis nas pernas com a lama da baía, em um tratamento que fez já nos anos 90, quando ela acredita que a situação começou piorar muito.

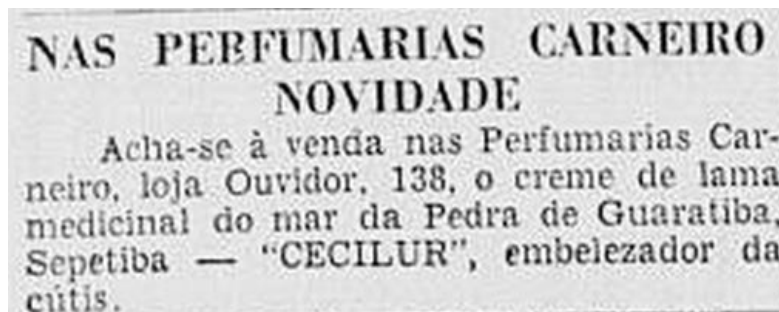


Figura 18: Anúncio de creme embelezador "CECILUR", feito a partir da lama da Baía de Sepetiba.

Fonte: Jornal do Brasil, 05/09/1965, 3º caderno, p. 9.

Em 1965, a lama, ou lodo, comum no fundo da Baía de Sepetiba, ainda era considerada limpa e eram atribuídos a ela valores medicinais. Dela se fazia creme, vendido nas farmácias da cidade. Quase vinte anos depois, em 1983, a lama estava completamente poluída com o esgoto proveniente das casas que se instalaram ao longo da orla. As praias estão quase completamente cercadas de construções irregulares, que dificultam o acesso das pessoas (ÚLTIMA HORA, 26/09/1983, 2º caderno, p.1). O então presidente da colônia Pedro Reis de Melo contou, em depoimento ao Jornal do Brasil (29/05/1983, 1º caderno, p. 25), que na praia da capela (próxima a Igreja do Desterro) particulares acharam-se no direito de construir um muro isolando para si uma área antes ocupada pelas canoas de pescadores. Só após a intervenção da Capitania dos Portos o muro foi derrubado. Até o famoso restaurante Cândido's tem história de avanço sobre área pertencente à Colônia de pescadores Z-14. O restaurante também se encontrava junto ao mar, ocupando uma parte da faixa de areia e com seu esgoto escoando para a baía.

Barra de Guaratiba também era alvo de denúncias sobre as construções irregulares, que, segundo os moradores, passaram a ocupar a orla a partir de 1972. As queixas são muitas e vão desde a poluição ambiental, já que as casas lançam seus esgotos diretamente ao mar, até a destruição da pesca, não apenas por causa da poluição, mas também pela ocupação das áreas de praia, diminuindo o acesso por parte dos pescadores, com a diminuição do número de ranchos. Os mais velhos constatam que os novos tempos fizeram muitos jovens abandonar a pesca e até mesmo a mudarem-se do bairro.



Figura 19: Praia de Pedra de Guaratiba em 1968. Local de trabalho e lazer.

Fonte: <http://navegarepescar.blogspot.com.br/2010/08/fotos-da-praia-de-pedra-de-guaratiba.html>

A praia, além do mar, era também o local de trabalho do pescador. É um espaço necessário para guardar instalar seus ranchos, para guardar suas embarcações de pequeno porte, como canoas e caíques, e é o espaço onde se encontram para conversar enquanto consertam ou fazem suas redes e outros equipamentos. Este lugar estava, gradativamente, sendo retirado do pescador, seja pelas construções irregulares, seja pelo assoreamento provocado pela instalação do Porto de Itaguaí, que fez aumentar a lama no interior da baía e extinguiu quase toda a faixa de areia das praias.

O Sr. Hugo e o Sr. Carlinhos guardam na memória o aspecto da praia de Pedra de Guaratiba dos seus tempos de infância e juventude. Segundo eles, a praia contava com poucas construções de alvenaria e muitos ranchos de madeira, onde os pescadores guardavam seus materiais de pesca. O Sr. Carlinhos acrescentou que a praia, além de local de trabalho, era a área de lazer, onde ele jogava bola ou simplesmente parava para conversar com os amigos. Ele lembra-se também de que a praia recebia muitos banhistas, o que justificava a existência de um posto do Salvamar e a presença de guarda-vidas na praia. O Sr. Hugo confirma:

Aqui era praia mesmo, praia de banhista, que no ... no dia 31 de dezembro, vinha gente de longe aqui pra fazer oferendas, etc., pra Iemanjá, essas coisas assim... Então, a praia ficava lotada de gente. Hoje em dia não tem mais nada disso, que nem praia existe mais.

A poluição ambiental não se restringe à falta de tratamento de esgotos, que atende menos de 20% das zonas urbanas da região. Inclui também as indústrias, que despejam seus dejetos livremente nos rios e canais da bacia hidrográfica de Sepetiba. Um diagnóstico realizado em 1993, pela FEEMA, revela que a poluição industrial é o mais grave problema ambiental da região, principalmente a decorrente da presença de metais pesados provenientes de empresas instaladas no bairro de Santa Cruz, no município do Rio de Janeiro e no Município de Itaguaí (BREDARIOL, op. cit., p. 138). Na década de 1980, especialistas não recomendavam o consumo do pescado da região, principalmente de molusco, que absorvem em maior quantidade os metais pesados. As maiores empresas poluidoras da baía identificadas eram, além da Ingá, a COSIGUA, produtora de aço, e a Michelin, produtora de pneumáticos, porque derramam seus poluentes diretamente na bacia fluvial de Sepetiba.

As irregularidades na instalação da Cia. Brasileira de Pneumáticos Michelin, Indústria e Comércio e sua subsidiária, Somic, Sociedade Civil Habitacional foram investigadas por uma Comissão Especial de Inquérito, constituída em 1983. A empresa começou a funcionar em 1981 sem ter apresentado projetos de tratamento dos afluentes à FEEMA, o que constitui uma irregularidade grave. A comissão apurou as irregularidades e concluiu que a FEEMA foi condescendente com a empresa, e acusou a Michelin de diversos crimes (JORNAL DO BRASIL, 1984).

O pescador Azeliel Tinoco de Carvalho, conhecido como Sr. Tinoco (PIMENTEL, op. cit., p. 108) relatou as transformações provocadas pela presença da empresa francesa de pneus na região de Guaratiba: “[...] eu moro aqui esses anos todos... nunca vi morrer peixe aqui... Agora... depois que criaram a Michelin ali... começou morrer peixe aqui adoidado... peixe... sirizinho... num aproveita mais nada...”. Mais adiante, o Sr. Tinoco completa dizendo:

...cê vê, às vezes tem uns caranguejinho, desse caranguejo que fica aqui na beirada, ali ó... eles fica tudo poluído, eles fica abobado... fica coisa... Quando a... a maré enche, bota água atrás dele, eles fica ali, coitado, eles num sabem nem se defender! Chega perto deles, eles tá paradinho... o caranguejinho... aquela coisa... Pega um caranguejo desse e cozinhar, ele tá com cheiro de óleo... ele tá com cheiro de... de... querosene... daquele óleo, sei lá... (PIMENTEL, 2004, p. 108).

O rio Piraquê é um prolongamento do Rio Cabuçu, que nasce nas proximidades do bairro de Bangu. Ao chegar a Guaratiba, recebe os resíduos da fábrica de pneumáticos Michelin. Revela-se, pelos depoimentos colhidos, uma clara compreensão dos habitantes da região de que a poluição que mais destruiu o Rio Piraquê foi decorrente da danosa presença

desta indústria em suas margens. O Sr. Mário, que costumava navegar e pescar nessas águas em sua juventude, lembra-se com tristeza do processo de degradação que presenciou:

A Michelin, dizem que joga muito flocos [dejetos] no Piraquê. Eu até acredito que jogue, porque a última vez que eu fui correr o rio do Piraquê... esse dia que eu tô falando pra você que eu vim de lá de perto de Bangu pra cá correndo o rio Piraquê, passeando, né? Eu... a água lá era clarinha, você olhava a água, você via o fundo do rio. Mais uma coisa linda! Dava vontade de você se ajojar den' da água e se molha todo na água, no sítio que eu vi no Rio da Prata, em Campo Grande. Quando eu cheguei ali no... pra lá do Correia (Largo do Correia), no rio, nós paramos o carro, descemos, fomos na beira do rio ver a água. A água já era uma água suja à beça. Muito suja, né? Então, aí já tava pegando um floco da Michelin... da Michelin... já tava pegando já. Aí, começaram um comentário de que a Michelin jogava esgoto no... no rio, jogava sim, porque a água dali da Michelin pra lá tinha um tipo de água, pra cá tinha outro. Até hoje a água do Piraquê ficou uma água suja, preta... acabou o peixe, acabou o camarão do rio Piraquê. O camarão cria muito em beira de rio, né? Então, muita gente pescava camarão... pegava aquele camarão miúdo no rio... acabou o camarão... acabou o peixe do Rio Piraquê depois disso [...] Hoje você olha pra água do Rio Piraquê... você pega uma vara faz assim no rio, parece que tem um... é um óleo... suja.

Segundo a SUDEPE, em 1983 foram retirados da Baía de Sepetiba 190 mil quilos de peixes e camarões, sendo 90% deles comercializados no mercado da Praça Quinze. Acredita-se que todo esse pescado estava contaminado com altos índices de poluição por metais pesados, como mercúrio e zinco. Análises feitas nas proximidades da Ilha da Madeira, onde são despejados os resíduos da zona industrial de Santa Cruz e Itaguaí, apresentavam concentrações de arsênio e metais usados para a produção de zinco e cádmio pela empresa Mercantil Ingá muito acima dos índices aceitáveis, o que provocava mortandade de peixes. O movimento das marés leva esses resíduos para o interior da baía, depositando-os no lodo do fundo dos manguezais, onde a fauna marinha se desenvolve (JORNAL DO BRASIL, 15/01/1984, 1º caderno, p. 6).

A contaminação feita pela empresa Ingá, desde sua instalação em 1950, já era conhecida pelos pescadores, que diziam nada poder fazer, por não terem a quem recorrer, diante da pouca preocupação com o meio ambiente por parte dos poderes públicos. Os pescadores cercadeiros, através da associação que criaram, no início dos anos 90, APAPG, pediam indenização da massa falida da Ingá pelos danos causados à baía e àqueles que tiravam seu sustento de suas águas, com o vazamento ocorrido em 1996 (VINHAS, op. cit., p. 31-32). Para os pescadores artesanais não-cercadeiros, de nada adiantaria indenizações, pois elas não compensariam a perda da “identidade cultural, que depende da condição de ser pescador” (VINHAS, op. cit., p. 50).

Outras iniciativas vieram de grupos de moradores com atividades profissionais não ligadas à pesca. Ao longo da década de 1980, surgiram diversas entidades em Guaratiba e, particularmente, em Pedra de Guaratiba, como associações de moradores e grupos em defesa da ecologia. Pautas, como a poluição da Baía de Sepetiba, eram discutidas por esses grupos, que levavam os seus pareceres aos canais governamentais pertinentes. Nas discussões, consideravam-se os prós e os contras da instalação do Polo Petroquímico de Itaguaí e da Zona Industrial de Santa Cruz, as consequências para a baía e para as comunidades banhadas por ela. Os defensores do polo afirmavam que ele estava trazendo desenvolvimento e que ofereceria trinta mil empregos, mas as comunidades da região de Guaratiba reclamavam que os empregos qualificados não atenderiam aos moradores que já viviam ali e contribuiria para atrair ainda mais moradores para uma região carente de infraestrutura. (JORNAL DO BRASIL, 25/06/1989, 1º caderno, p. 16).

4.1.4 A Identidade de Pescador

O interesse na conservação da baía era de todos. Porém havia diferenças, peculiaridades. Para os moradores antigos, não ligados diretamente à pesca, o crescimento populacional tirava de Pedra de Guaratiba a vida bucólica que havia até então. Segundo o Sr. Carlinhos, o aumento do número de pescadores foi um dos principais fatores para a degradação da pesca. Entretanto, a preocupação maior era a poluição.

Estabeleciam-se diferenças importantes entre os profissionais da pesca. Os baloeiros, desconsiderados como pescadores pelos que praticavam a pesca artesanal, segundo os pescadores entrevistados por Pimentel (Op. cit.), não estavam preocupados com os problemas ligados a diminuição do pescado na baía. Como não eram pescadores, propriamente, encaravam como um trabalho qualquer, que poderia ser trocado por outro, caso a pesca acabasse. Os pescadores artesanais, que se pode dividir em três outros grupos: os que praticam a pesca de rede e outros artefatos, os que praticam a catação, de mariscos, caranguejos, etc., e os cercadeiros, que utilizam currais. Estes últimos também eram muitas vezes criticados pelos primeiros, que não os consideravam como pescadores artesanais, por cercarem parte do mar.

As diferentes identidades em Pedra de Guaratiba, mais precisamente entre os profissionais da pesca, também são observadas e bem definidas por Vinhas (Op. cit., p. 88),

que reconhece como diferentes territorialidades, utilizando os termos de Haesbaert (2006), quando relata a existência de posições distintas entre a APAPG e a Colônia de Pescadores, em relação à empresa TKCSA.

As territorialidades relativas aos pescadores artesanais em Pedra de Guaratiba não se restringem à pesca na Baía de Sepetiba, mas também ao próprio espaço vivido de suas relações sociais ligadas à pesca, como a preparação do trabalho (costura de redes e preparação de armadilhas), ou através das informalidades que surgem decorrentes aos problemas da atividade relacionados à pesca. (VINHAS, 2011, p. 74).

Interessa aqui recuar algumas décadas, para encontrar essas diferentes territorialidades não apenas nas diferentes formas em que os diversos grupos de pescadores se relacionam com seu ofício, vale dizer, as diferenças entre pescadores artesanais, cercadeiros e baloeiros, mas também observar as outras territorialidades que se constituíram ao longo das últimas décadas do século XX.

Encontra-se, em Pimentel (Op. cit., p. 80-86), um retrato bastante detalhado do pescador de Pedra de Guaratiba. Em sua pesquisa, ela identificou a presença de diversas identidades entre estes profissionais, e também descreveu como estas identidades se construía e como eram transmitidas pelas gerações ao longo do tempo. Dentro do contexto da pesca em Pedra de Guaratiba, a pesquisadora identificou grupos diversos, com identidades próprias, que se distinguiam pelo tipo de pescaria que exerciam, por localidade onde moravam ou por parentesco e pela convivência com o cotidiano da pesca. Os laços de identidade podiam permanecer apesar da mudança do local de moradia de algum dos membros. Os grupos diferentes muitas vezes se desentendiam, devido à diferença de interesses sobre a forma de pescar e sobre a venda do pescado, e também devido à pirataria, ou seja, o roubo de peixes nas cercadas. A divisão mais nítida ocorria entre os pescadores baloeiros e os que pescam por conta própria. A divergência com os baloeiros decorria da não aceitação dessas pessoas como pescadores por parte dos cercadeiros e dos outros pescadores. Até porque, muitos não tinham carteira de pescador, mas trabalhavam embarcados para os donos dos barcos de balão.

Entretanto, entre os pescadores artesanais (que não trabalhavam com o balão), muitos se dividiam entre a atividade da pesca e outros empregos. Os mais tradicionais acreditavam que só poderia ser considerado pescador quem se dedicasse unicamente a essa atividade. A influência familiar fazia com que as crianças desde nove ou dez anos se interessassem pela pesca. A pesca é um aprendizado que passa de pai para filho, assim como a manutenção do material, tão importante para um pescador quanto saber pescar. O orgulho de ser pescador

fazia com que alguns dos entrevistados por Pimentel (Op. cit.), que exerciam outras profissões conjuntamente com a pesca, preferissem a primeira identidade. Aqui reconheço as identidades móveis, politizadas e historicizadas, apresentadas por Hall (2001). Aparentemente, identificar-se como pescador trazia um *status* melhor na sociedade de Pedra de Guaratiba. Até mesmo o Dr. Augusto, como era conhecido o médico que atuou por 27 anos, na Colônia de Pescadores Z-14, de Pedra de Guaratiba, Dr. José Augusto Guimarães de Medeiros, também se identificava como pescador.

Pedra de Guaratiba, neste caso, precisamente os pescadores, que se consideravam legítimos ocupantes daquela localidade, precisaram desenvolver um sistema de representações ligado a atividade profissional que os unia, qual seja, a pesca artesanal, com todas as suas peculiaridades, capaz de permitir uma conceitualização deles sobre si mesmos, que lhes garantisse identidade. Se para quem vive direta ou indiretamente da pesca ser pescador é um motivo de orgulho, do ponto de vista de quem não vive da pescaria, esta profissão parece uma atividade precária. Embora seu pai tenha sido pescador, depois de ser demitido do emprego que tinha na Companhia de Bondes, D. Preta refere-se à pescaria como uma atividade sem futuro, que ela nunca desejou para seus filhos e netos:

A maioria aqui não trabalha... é mais pescador, né? Depois que eles entram no... nesse ramo de pesca eles não querem mais saber de mais nada, e é só pesca, pesca e... Tanto me tenho... meu neto tem um colega que queria comprar um barco com ele pra poder eles pescarem. Aí, meu neto falou: “não, eu tenho que estudar e... arrumar um emprego, pescaria depois não dá futuro”... e, graças a Deus, ele foi estudar. E hoje ele trabalha.

Mas, a pesca permaneceu por muito tempo como a principal identidade do bairro de Pedra de Guaratiba. Dr. Wilson conta que “o pessoal da Pedra, há 40, 50 anos atrás, se baseava na lua pra tomar banho de mar” e que ele também consultava a tábua das marés quando visitava o bairro para tomar banho, pescar, e conversar com muitos pescadores dos quais se tornou amigo. Descreve Pedra de Guaratiba como um lugar conhecido em Campo Grande, onde ele reside, essencialmente por essas duas atividades: banho de mar e pescaria, até os anos 80. A partir de então, ele identifica mudanças decorrentes, segundo ele, do crescimento populacional, que ajudaram a construir uma nova identidade ligada às artes e ao artesanato, com a presença expressiva de artistas plásticos.

4.2 VELHAS E NOVAS TRADIÇÕES

Em Pedra de Guaratiba, as famílias mais antigas, algumas ainda dedicadas à pesca, tendem a atribuir os problemas mais recentes da região à presença de alguns desses novos moradores. O crescimento populacional não trouxe para Pedra de Guaratiba o que era esperado. O que define Reinhart Koselleck (2006) como “horizonte de expectativas”⁴¹, revela que, no caso dos moradores de Pedra de Guaratiba, nas décadas de 1970 e 1980, o futuro esperado era outro. A presença de veranistas, considerados como pessoas mais abastadas, e, posteriormente, a vinda destes como moradores, foi vista de forma positiva. Havia a expectativa de que Pedra de Guaratiba, com alguns poucos investimentos governamentais, poderia se tornar um balneário agradável, que atraísse cada vez mais turistas.

Por outro lado, as novas populações que chegavam às localidades do Piraquê e da Reta eram identificadas como promotoras de desequilíbrio ambiental e de violência. Também o passado comum fazia dos antigos moradores de Pedra de Guaratiba um grupo diferenciado, com um grau de coesão, malgrado as diferenças internas que essa característica confere. Frequentemente, vejo no ambiente escolar uma depreciação mútua entre os alunos moradores do Piraquê e da Reta, enquanto os moradores de Pedra de Guaratiba se preocupam em não serem confundidos com nenhum deles. As crianças e jovens recém-chegados de outras regiões do país se esforçam para perder o sotaque e evitar os constrangimentos a que costumam ser submetidos. A grande maioria das crianças e jovens ou nasceram em outros estados ou são filhos de pessoas que nasceram fora do Rio de Janeiro, porém buscam quase sempre afastarem-se dessas origens. Procuram integrar-se para serem aceitos.

Mas, integrem-se a quê, já que a grande maioria de seus colegas também têm origens diversas? Nesse ponto talvez Homi Bhabha possa ser de grande ajuda ao tratar do conceito de identidade. Para Bhabha (2003), as fronteiras são os únicos locais de onde é possível ter a compreensão dos dois mundos, aquele de onde os habitantes em questão se originam e aquele em que estão inseridos no presente. O presente, segundo ele, apresenta um movimento contínuo de articulação que deixa claro não ser mais possível imaginar-se uma identidade nacional ou uma identidade étnica pura. Aqueles que conseguem enxergar e descrever melhor

⁴¹Para Koselleck, “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” são categorias que se completam, porque entrelaçam o passado e o futuro, que juntos se manifestam no presente. Cf. KOSELLECK, 2006, p. 305-321.

o presente, afirma, são os que vivem nas fronteiras e podem desenvolver um duplo olhar sobre a realidade⁴².

Partindo desse pressuposto, algumas questões devem ser formuladas, como por exemplo: quanto aos recém-chegados à Guaratiba, que olhar que eles têm sobre o lugar onde vivem? E os antigos moradores, o que fazem para preservar suas referências culturais? As identidades preservam-se ou transformam-se para dar conta das transformações externas que precisam enfrentar?

Como explica Stuart Hall⁴³, ao longo dos últimos séculos, conceitos como identidade, indivíduo e sujeito sofreram profundas transformações. No Iluminismo, segundo ele, a identidade de uma pessoa era a sua essência; o sujeito nascia e permanecia com ela para o resto da vida. Mas, no século XIX, a sociologia considerou que apesar de ter uma essência, o sujeito moldava-se a partir de sua interação com a sociedade. Novas ciências, como a sociologia, a psicologia e a biologia, tentaram, cada uma a seu modo, explicar o indivíduo e seu comportamento social. No século XX, a interpretação feita pelos marxistas dos escritos de Karl Marx descarta a ação individual do sujeito e define a coletividade e as condições históricas anteriores a ele como fundamentais. Por fim, o feminismo e todos os movimentos surgidos a partir da segunda metade do século XX, marco da modernidade tardia, como os dos homossexuais, dos negros, dos estudantes, dos pacifistas, entre outros, que abriram para a contestação política a família, a sexualidade e as diferenças étnicas. Hoje, o sujeito “pós-moderno”, segundo Hall, apresenta sua identidade sociológica cada vez mais fragmentada, porque se encontra em constante transformação. A pós-modernidade ou a modernidade tardia apresenta um mundo em transformação, cada vez mais rápido, em permanente processo de ruptura com o passado e em constante fragmentação interna. O sujeito pós-moderno pode assumir diversas identidades de acordo com seus interesses mais imediatos. A identidade agora é móvel, pode ser adquirida ou perdida, porque é politizada e historicizada. (HALL, op. cit., p. 23-46).

Segundo Hall (Op. cit., p. 66-76), ao se acelerar sua intensidade nas últimas décadas do século XX, o processo de globalização rompeu com a estrutura de tempo-espaço, ao

⁴²Bhabha tem como referencial as fronteiras culturais surgidas com o processo de descolonização ocorrido ao longo do século XX. Segundo ele, os pensadores pós-colonialistas constroem seus discursos a partir do primeiro mundo. Criticam o capitalismo, descrevem as relações que se estabelecem do primeiro com o terceiro mundo caçados sobre a diferença e a diversidade cultural, a partir do momento em que os indivíduos encontram-se deslocados de suas origens. Não poderiam construir esse discurso senão do ponto em que se encontram. Só daí podem lançar um olhar diferenciado sobre o terceiro mundo. Cf. BHABHA, 2003, p. 44-46.

⁴³O autor enfatiza a problematização das identidades, sobretudo da identidade nacional, para pensar a cultura diaspórica do mundo que emergiu depois dos grandes processos de descolonização da África e da Ásia. Cf. HALL, 2001.

acelerar o tempo e ao separar do espaço a noção de lugar. Agora o espaço contém vários lugares unidos pela velocidade dos meios de transporte e comunicação, ao mesmo tempo em que as identidades nacionais, apesar de se manterem fortes, estão sendo deslocadas pela cultura global, como também veem surgir a valoração das culturas locais.

Ao remeter-me aos moradores antigos de Pedra de Guaratiba, verifiquei que eles procuram preservar tradições, que possam conferir uma identidade local, como a festa religiosa dedicada ao padroeiro do bairro, São Pedro, e os blocos de carnaval, por exemplo. Essas tradições parecem ser revividas, reformuladas e reinventadas com o passar das gerações. A expressão “comunidade imaginada”⁴⁴, que Benedict Anderson (2008) usa para descrever como as nações constroem suas identidades nacionais, pode ser empregada para fazer uma avaliação de como e quando as tradições dos antigos moradores de Pedra de Guaratiba se constituíram. A economia local, baseada na pesca, fez naturalmente de São Pedro o padroeiro do lugar; os blocos de carnaval remontam ao tempo dos ranchos dos anos 30 do século XX; mas há também a fama de local tranquilo, aonde a violência da “cidade grande” não chega. Este último ponto tornou-se um discurso comum e necessário de ser reforçado, chegando a se tornar uma fonte de orgulho, principalmente após o crescimento demográfico acentuado a partir dos anos 80 do mesmo século.

A “comunidade imaginada” de Pedra de Guaratiba emerge da necessidade de preservar sua identidade diante do contato involuntário com o que é estranho, estrangeiro, ao lugar. Utilizando os conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização explicitados por Haesbaert, para quem, segundo Vinhas (2011, p. 26), “a identidade é definida em relação a outras identidades”, é possível dizer que a comunidade de Pedra de Guaratiba necessitou solidificar sua identidade, definindo uma nova territorialidade, e para isso buscou os elementos simbólicos que a diferenciasssem dos outros bairros da Zona Oeste da cidade.

⁴⁴Hall utiliza “nação imaginada” em referência à expressão de Benedict Anderson, “comunidade imaginada,” para descrever a identidade nacional e enfatiza alguns elementos que juntos contribuíram para formação da “nação moderna imaginada”: o contar e recontar através da história, da mídia e da literatura da narrativa de nação; a ênfase nas origens, nas continuidades, nas tradições, na intemporalidade e na imutabilidade do caráter nacional; a invenção da tradição, que não necessariamente é calcada pela antiguidade, mas sim pela repetição; o mito fundacional, composto de histórias que localizam distantes no tempo a origem comum de um povo. E, finalmente, a ideia de um povo puro e original. A nação é uma comunidade do presente, pois se localiza entre o passado comum de glórias que se constitui no elemento propulsor para o futuro. Uma cultura nacional busca unificar, numa identidade cultural, as diferenças entre seus membros, anulando essas diferenças, como, por exemplo, as diferentes classes sociais, os diferentes grupos étnicos e as diferenças de gênero. A diferença entre as nações reside na forma como cada uma constrói sua “comunidade imaginada”. Cf. HALL, 2001, p. 51.

4.2.1 As Velhas Tradições

Para conhecer as tradições culturais que se consolidaram no período de interesse desta pesquisa, as três últimas décadas do século XX, voltarei a recuar um pouco mais no tempo, mais precisamente aos anos 50, época em que começou o processo de substituição das características rurais em urbanas em toda região de Guaratiba, como já tratei anteriormente. Naturalmente, não estou aqui afirmando que as tradições de Pedra de Guaratiba nasceram há apenas duas décadas antes do período que está sendo estudado aqui. Porém, a consolidação dessas tradições nesse período ocorreu em grande parte devido à necessidade de demarcação de fronteiras culturais diante do novo que se avizinhava, ou seja, as transformações das características locais em decorrência do acelerado processo de urbanização. Muitas dessas tradições foram criadas, portanto, a partir da década de 70. Eric Hobsbawm explica que algumas tradições podem ser inventadas, ou seja, produzidas em tempos recentes, estreitando os laços com o passado:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com o passado histórico apropriado. [...] O passado histórico no qual a nova tradição é inserida não precisa ser remoto, perdido nas brumas do tempo. [...] Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a “invenção da tradição” um assunto tão interessante para os estudiosos da história contemporânea. (HOBSBAWM, 2008, p. 9-10)

Pedra de Guaratiba construiu uma identidade de lugar dedicado à pesca, com praias de águas calmas e limpas, desde o final do século XIX. Esta imagem bucólica perdurará por um século até que ocorra a aceleração do processo de urbanização, a partir de 1970, em toda a região de Guaratiba.

Os primeiros loteamentos na região, como afirmei anteriormente, surgiram duas décadas antes. Enquanto o bairro de Pedra de Guaratiba estava deixando de ser apenas uma colônia de pescadores que recebia visitantes aos fins de semana e nos verões para dividir o espaço com novos moradores, a região de Guaratiba, pelo mesmo motivo, estava perdendo a

definição de zona rural para ganhar outros atributos, que vão desde área destinada à absorção populacional, no caso dos loteamentos, até a definição de setores disponíveis para a instalação de indústrias (zona industrial), passando pela delimitação de áreas de preservação ambiental, por ser a única região da cidade onde ainda havia exemplares de mata atlântica e de manguezais bem preservados.



Figura 20: Capela de Nossa Senhora do Desterro, em Pedra de Guaratiba. Construída em 1629, é a terceira mais antiga da cidade do Rio de Janeiro (2015).

Fonte: Acervo pessoal.

À preservação ambiental juntaram-se as pesquisas geológicas, arqueológicas, antropológicas e históricas. Em 1960, foram descobertos vários sambaquis⁴⁵, despertando o interesse de pesquisadores que passaram a lutar por sua preservação. Cinco anos depois, um sambaqui localizado no Piraquê, foi aberto para exploração, com direito às solenidades oficiais. Na época, os arqueólogos sonhavam com a construção de um museu de arqueologia em Guaratiba. Mas um levantamento feito em 1982 mostrou que, dos 33 sítios arqueológicos registrados, 45% estavam totalmente destruídos em decorrência do fabrico de cal e das obras

⁴⁵Segundo Kneip (1987, p. 79), “...do ponto de vista morfológico e cultural, podemos entender o sambaqui da seguinte forma: *Local de acampamento temporário de comunidades caçadoras, pescadoras e coletoras, geralmente litorâneas, de forma e dimensão variável, contendo, de acordo com o grau de adaptação ou especialização, quantidades variáveis da fauna de invertebrados e vertebrados, além de vestígios vegetais, e as mais numerosas evidências da atuação humana: artefatos de pedra, osso e concha, cerâmica, sepultamentos, resíduos de carvão, cinzas de fogueiras, matéria corante, entre outros.*” (Grifo da autora).

de urbanização, 15% estavam parcialmente destruídos e 40% estavam intactos, correspondendo a 13 sítios, como bem documenta Kneip (1987, p. 83):

Tal patrimônio de Reserva, a nosso ver, a maior área de concentração de sambaquis e/ou sítios arqueológicos que temos conhecimento no Estado do Rio de Janeiro, vem sofrendo, desde o início do século, processo de destruição constante. Mais da metade dos testemunhos arqueológicos foram total ou parcialmente destruídos para fabrico de cal, farinha de ostra, aterro, cultivo e, mais recentemente, obras de urbanização.

A preocupação com a preservação dos sambaquis era justificada, porque eles corriam o risco de desaparecer antes mesmo de serem reconhecidos. Além disso, poderiam perder-se outros artefatos, a exemplo da urna indígena, produzida entre os séculos X e XIV, encontrada na Fazenda Caieira, na Ponta Grossa, em Pedra de Guaratiba, durante obras para um loteamento em 1972, que estava servindo de vaso para plantas em um jardim, quando foi identificada. Outra descoberta importante para a arqueologia local foram as ruínas do que pode ter sido um castelo ou um forte com características do século XVIII, encontradas na Ilha de Guaratiba⁴⁶, em 1973. Com as frequentes aberturas de loteamentos, ruas e estradas, o passado esquecido da região começava a ser revelado.

Até meados dos anos 60, os anúncios de venda de lotes no Jardim Guaratiba sempre tinham como referência a proximidade com a “famosa” Pedra de Guaratiba (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1951). O loteamento Jardim Cinco Marias fazia referência a “praia medicinal” (ÚLTIMA HORA, 1974) e o loteamento Vilamar de Guaratiba, de propriedade do Dr. Pedro Moacyr Rodrigues Barbosa anunciava a oferta de lotes, avaliados como um ótimo investimento, por causa do fácil acesso ao local e pela qualidade da lama medicinal da praia de Pedra de Guaratiba (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1954).

O loteamento Vilamar prometia transformar Pedra de Guaratiba em uma nova Copacabana e a Câmara de Vereadores apresentou projeto para que a prefeitura instalasse dois hotéis-balneários, um em Sepetiba, outro em Pedra de Guaratiba, para que pessoas “de todo o país e até do estrangeiro” pudessem aproveitar os efeitos medicinais da lama da Baía de Sepetiba (JORNAL DO BRASIL, 19/05/1954, 1º caderno, p. 10). A fama de Pedra de Guaratiba provinha, então, das praias e da lama, que era considerada radioativa e medicinal. Apesar da crescente poluição da Baía de Sepetiba, Barra de Guaratiba e Pedra de Guaratiba, a

⁴⁶A Ilha de Guaratiba não é uma ilha. Ao contrário, é uma localidade de Guaratiba situada bem distante do mar. Segundo a tradição local, acredita-se que seu nome veio da presença de um antigo morador, oficial inglês vindo para o Brasil com D. João VI, chamado William, gerando a corruptela “ilha”. Porém, esta hipótese foi expressamente descartada por Brasil Gerson (2000, p. 397), que demonstra haver registros do nome Ilha de Guaratiba em 1806 do Engenho da Ilha, de propriedade de Ana Sá Freire.

fama da lama medicinal perdurou até os anos 90. A Dona Preta contou-me que tem uma afilhada que não andava e que veio para o bairro para se curar, nos anos 90. Ela acredita que a lama era realmente medicinal, mas acha que não vale mais a pena, porque a poluição é muito grande.

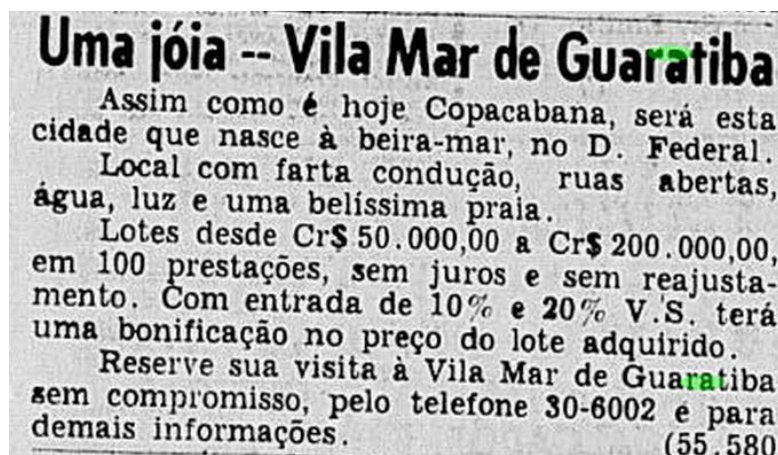


Figura 21: Anúncio do loteamento Vila Mar de Guaratiba compara Guaratiba a uma futura Copacabana.
 Fonte: Jornal do Brasil, 18/01/1959, 7º Caderno, p. 3.

Ao longo da década de 1970, a crescente frequência de moradores das Zonas Norte e Sul da cidade, nos fins de semana, a procura de praias limpas, bons restaurantes e locais aprazíveis, exigiu investimentos em estradas, mais precisamente, na ampliação da Avenida das Américas, contando toda a extensão da Barra da Tijuca e do Recreio dos Bandeirantes e a abertura de um novo trajeto na Grota Funda, permitindo o acesso à região de Guaratiba. Em 1972, os restaurantes de Barra de Guaratiba, começaram a chamar a atenção, pela qualidade do pescado fresco e preços razoáveis e pela prática do surfe que se popularizava. Em muitas edições, na coluna *Passeio de Domingo*, do Jornal do Brasil (1970-79), Barra de Guaratiba é citada como local aprazível para visitar, por causa da comida fresca (camarões, água de coco, verduras, caranguejos, ostras, batida de limão). As matérias vinham, quase sempre, acompanhadas de recomendações sobre a sinalização precária das estradas da região e a má qualidade da praia de Pedra de Guaratiba.

As preocupações com o meio ambiente da região em torno da Baía de Sepetiba cresceram no início da década de 1970 e mereceram quatro trabalhos dedicados ao tema na Feira de Ciências da Guanabara de 1972 (JORNAL DO BRASIL, 1972-1973). Os trabalhos dos estudantes, nas áreas de Ciências Sociais e de Biologia, refletiam a preocupação com os graves problemas ambientais, que a zona industrial traria para a região, e analisavam a relação

do homem com o meio em transformação da Baía de Sepetiba e de Pedra de Guaratiba. Os alertas surtiram efeito e, em 1974, o governo da Guanabara anuncia a criação da Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba, que se estende desde o Rio Piracão, até a Restinga da Marambaia, passando pela Estrada da Matriz e a Estrada da Ilha de Guaratiba, junto às áreas ocupadas pelo Exército, para preservação da única área de mata original que ainda resistia no estado.

O Plano Urbanístico do Município do Rio de Janeiro, definido em 1977, dividiu a cidade em cinco áreas de planejamento⁴⁷. A área cinco, que contém a Regiões Administrativa Guaratiba, entre outras, tinha como prioridade o ordenamento de terras e a definição de áreas de preservação ambiental, principalmente nesta região e também nas regiões de Campo Grande e Santa Cruz. A Zona Oeste era o único lugar para onde a cidade poderia se expandir e tornou-se objeto de interesse dos loteadores, dos industriais e também dos ambientalistas. E, além do meio ambiente, era preciso também preservar a história, através dos monumentos e instituições.



Figura 22: Sede da Banda Deozílio Pinto, em Pedra de Guaratiba (2014).
Fonte: Acervo Pessoal.

Em meados da década de 1970, as ameaças ao meio ambiente, o crescimento da população “estrangeira” e a consequente rápida mudança no estilo de vida dos antigos

⁴⁷Ver Anexo A.

moradores de Guaratiba e de Pedra de Guaratiba gerou sentimentos de um passado feliz que não voltaria mais. Na Câmara dos Deputados, um filho da terra, Alcir Pimenta, fez um discurso em versos lembrando os antigos carnavais e os laranjais de Guaratiba; no cinema, um documentário, do cineasta José Maria Bezerril, entrou em cartaz, exibindo a Banda de Pedra de Guaratiba, que acabara de completar 106 anos em 1976, e era considerada um orgulho para os moradores antigos do respectivo bairro.

A banda, cujo nome é Banda Maestro Deozílio Manoel Pinto, única banda de bairro da cidade, fundada em 1870, formada por pescadores de Pedra de Guaratiba, encontrava-se em dificuldades e passou a contar com o apoio da Administração Regional de Campo Grande. Ela recebeu convite para tocar uma série de concertos em todo o Estado, começando por uma apresentação em Parati, seguida de muitas outras nos Arcos da Lapa, no Museu de Arte Moderna (MAM), entre outros lugares, sempre reverenciada por sua antiguidade e fama.

Na esteira deste sentimento de preservação cultural, o então administrador regional de Campo Grande, Moacir Bastos anunciou sua intenção de instalar nas dependências do prédio da administração regional um Museu de Arte dedicado à conservação da memória de artistas locais, entre eles Deozílio Pinto e suas partituras, além do depoimento de Nestor Pinto sobre a Banda de Pescadores de Pedra de Guaratiba. A Capela do Desterro em Pedra de Guaratiba, construída em 1629 e tombada pelo IPHAN em 1938, recebeu reformas em 1974 e em anos posteriores⁴⁸. Além de Guaratiba, a Zona Oeste, de um modo geral, orgulha-se de ter fornecido muitos homens públicos, entre eles senadores, deputados e vereadores, no tempo do esplendor da região produtora de laranjas, até a década de 1940, que hoje dão nome a várias ruas, principalmente do triângulo formado por Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba.

4.2.2 As Novas Tradições

O potencial turístico da área litorânea da Zona Oeste começou a ser considerado mais seriamente a partir da segunda metade da década, quando os restaurantes de Barra de Guaratiba e de Pedra de Guaratiba alcançaram fama, sendo frequentados por políticos e pessoas famosas. O restaurante Candido's, em Pedra de Guaratiba, tornou-se um dos mais

⁴⁸Outra igreja importante na região é a de São Salvador do Mundo, próxima a Ilha de Guaratiba, construída em 1678 pelos jesuítas, não foi tombada pelo Patrimônio Histórico, porque sofreu várias reconstruções ao longo dos séculos, mas é de grande valor, pois guarda livros com registros de batismo e casamentos.

recomendados, comparado aos restaurantes de Paris, pelos excelentes frutos do mar, nas colunas especializadas dos jornais (JORNAL DO BRASIL, 1975-1977). Apesar da rápida ocupação da Barra da Tijuca, que em 1976, já recebia as tubulações para a rede de gás natural, o aspecto agreste ainda estava intocado, assim como em toda baixada de Jacarepaguá e Guaratiba. A procura por praias ainda consideradas selvagens, como as da orla da Barra da Tijuca até a Barra de Guaratiba, também contribuiu para o reconhecimento das belezas naturais da região de Guaratiba.

No início dos anos 70, os maiores frequentadores de Barra de Guaratiba eram os surfistas, que a consideravam uma das melhores praias da cidade, porque não apresenta um fundo movediço. Logo a praia entrou para o circuito do surf nacional. Nesta época, os bairros de Grumari, Barra de Guaratiba e Sepetiba eram sempre indicados aos banhistas como praias limpas, para quem quisesse fugir de praias cheias e sujas da cidade. Em 1975, estas três praias foram incluídas como zona turística da cidade do Rio de Janeiro, pelo prefeito Marcos Tamoio. Em 1976, o governo regulamentou o licenciamento para exploração de prática desportiva em algumas áreas da cidade, entre elas Guaratiba e Sepetiba. Nesta última, chegou a ocorrer a instalação de pedalinhas na praia. No entanto, os investimentos do governo não se resumiam à preocupação com o turismo.

A instalação do polo industrial em Santa Cruz tornava mais que necessária a expansão da Avenida das Américas nas terras de Guaratiba, ligando Santa Cruz ao restante da cidade. No final do ano de 1970, o trecho da Gruta Funda é inaugurado. A integração do extremo oeste carioca (Santa Cruz, Sepetiba, Guaratiba e Campo Grande) dá seus primeiros passos com a inauguração, em 1972, de novas linhas de ônibus ligando seus bairros ao Aeroporto Santos Dumont. Também nesse ano, o mapa do Estado da Guanabara recebe novo ordenamento, com a criação das XXIV Região Administrativa Barra da Tijuca, redefinindo seus limites com a VI RA Lagoa, a XVI RA Jacarepaguá e a XVIII RA Campo Grande. Esta última ainda incorporava a atual XXVI RA Guaratiba, desmembrada em 1985 (ALEM, 2010).

As primeiras notícias sobre queda de barreiras na Grota Funda, em 1976, provocaram muitos incômodos e evidenciaram a importância dela para a cidade, principalmente para os moradores da região de Guaratiba, e a necessidade de sua constante manutenção. Outros investimentos, como a ampliação da rede de abastecimento de água, também se fizeram necessários, visando o desenvolvimento da região, com previsão de crescimento vertiginoso ao longo da década em decorrência da implantação do polo industrial e do futuro Porto de Itaguaí. Esses investimentos vêm acompanhados do aumento do IPTU acima da média do restante do Estado da Guanabara. Enquanto a média de aumento prevista para 1974 era de

60% a 70%, em Guaratiba o aumento foi de 95% (JORNAL DO BRASIL, 12/12/1973, 1º caderno, p. 10).

O Sr. Carlinhos considera que houve algumas importantes melhorias no período, quanto aos serviços de água, esgoto, luz, limpeza urbana, mas não houve mudanças significativas em Pedra de Guaratiba, porque a paisagem urbana do centro do bairro não mudou. Segundo ele, as casas são as mesmas de sempre. Ele reclama por que os serviços que antes existiram dentro de Pedra de Guaratiba foram levados para áreas mais distantes, como o posto de saúde, que fica no limite com Guaratiba, distante do centro.

O Sr. Wilson confirma que o crescimento do bairro ocorreu onde havia áreas livres, no loteamento Vilamar, ao longo da estrada da Matriz, fora do centro. Segundo eles, as mudanças na paisagem urbana do centro estacionaram no início dos anos 70, quando não havia mais lugar para construção de casas nas areias das praias. Essas construções substituíram os ranchos dos pescadores e eram ocupadas, primeiramente, por veranistas. O aumento do número de habitantes do centro se deve à substituição dos veranistas por moradores fixos. Como conta o Sr. Carlinhos: “E muitos vieram pra Pedra, porque a Pedra ainda é um lugar que você tem assim uma tranquilidade muito grande, lugar em que você pode andar até certa hora, o lugar ainda é um pouco tranquilo, é um pouco tranquilo, né? Por isso o pessoal procura a Pedra”.

O calor dos verões, a cada ano, fazia aumentar a frequência nas praias da cidade, refletido também no aumento de banhistas de Guaratiba e de Sepetiba, vindo em grande maioria dos bairros de Bangu, Campo Grande e adjacências. O aumento de frequentadores expôs os graves problemas que então já se apresentavam: falta de água, praias sujas, línguas negras, esgoto, falta de posto de saúde e de policiamento, o que propiciava roubos em casas de veranistas. O posto da Polícia Militar mais próximo estava em Campo Grande, distante mais de 20 quilômetros. Apesar dos problemas e da enorme frequência nos fins de semana, as praias de Barra de Guaratiba e de Pedra de Guaratiba ainda eram apresentadas (JORNAL DO BRASIL, 1973) como locais de tranquilidade, ideal para aqueles que queriam fugir da agitação do carnaval.

Se as antigas tradições não podiam morrer, “novas tradições” pareciam bem vindas. Pedra de Guaratiba, pouco povoada a maior parte do ano, recebia visitantes nos fins de semana e via sua população se multiplicar durante os verões. Era chamada, pelos visitantes, de cidade ou cidadezinha, como se não fosse um bairro do Rio de Janeiro, talvez por sua aparência de vila do interior. O carnaval significava o ápice e o encerramento dos verões e, ao

longo da década, passou a ser referência de festa alegre e tranquila, e de maior reduto dos “bate-bolas”, fantasia comum no carnaval da Zona Oeste.

Em 1979, Pedra de Guaratiba comemorou seus 400 anos de fundação e, em meio às queixas sobre os problemas que assolavam a baía que a banha, comemorou com festas ao longo do ano, exaltando alguns dos seus maiores orgulhos: o carnaval, a festa dedicada a São Pedro e a banda de música Maestro Deozílio Manoel Pinto. No bairro de Guaratiba, dentre as novas tradições surgidas no decorrer do século XX, temos a fábrica de cachaça, melaço, rapadura e outros derivados da cana-de-açúcar foi fundada em 1950 em Guaratiba, mais precisamente na Ilha de Guaratiba, por irmãos “surdos-mudos”, vindos do sertão do Cariri, no Ceará, que, ao longo dos anos 50 e 60, ganharam muitos prêmios pela qualidade dos seus produtos. Depois de alguns anos de decadência, a fábrica recuperou-se nos anos 70 e voltou a produzir a cana de qualidade do passado, tornando-se outra referência cultural da região (JORNAL DO BRASIL, 04/09/1972, 1º caderno, p. 22).

Mas o bairro de Pedra de Guaratiba era um lugar à parte. Diferente das referências comuns da região de Guaratiba, apegadas à agropecuária. Seu passado a ligava à atividade da pesca e, a partir da década de 1970, as tradições se prolongaram na fama de seus restaurantes que serviam frutos do mar frescos e de qualidade. A preocupação com preservação das tradições, que se desenvolveu nesta época, tinha, como foco principal a pesca artesanal, porque esta se apresentava em franca decadência a partir de então. A atividade pesqueira permanecia, mas abandonava gradativamente o conhecimento dos antigos, o respeito pelo mar, em troca do lucro proporcionado pela pesca predatória. A resistência dos pescadores tradicionais traduziu-se em movimentos e associações, como por exemplo, a APPAPG, já mencionada anteriormente, e de iniciativas externas, como a do Museu de Arte Popular que, em 1973, promoveu uma exposição em homenagem a São Pedro, reunindo peças emprestadas e doadas pelos pescadores das Colônias do Caju, de Barra de Guaratiba, de Pedra de Guaratiba e de Sepetiba, valorizando a atividade pesqueira.

Se, do ponto de vista dos pescadores, o crescimento populacional do bairro resultava na perda dos seus locais de trabalho, ou seja, da faixa de areia das praias, gradativamente ocupadas por residências de veraneio, para os moradores de Pedra de Guaratiba, em geral, pescadores ou não, havia certa esperança de que a urbanização pudesse trazer melhorias mais profundas como a abertura de um calçadão a beira mar, com a retirada das construções irregulares. As promessas do anúncio do loteamento Vilamar de transformar o bairro em uma “Copacabana” foram em grande parte responsáveis pela crença de que este era o destino natural do lugar.

Perguntado se a derrubada das casas da beira da praia e a construção de um calçadão e o aterro do litoral, para fazer uma praia maior, era uma expectativa sua, diante dos boatos de que um dia isso aconteceria, o Sr. Carlinhos disse que sim, que ele já teve esperança de que isso um dia acontecesse: “Você via que outros lugares cresciam, você gostaria também que ali fosse também. Um dia você [o lugar] ia crescer, não é, e ia querer passear na orla, tanto é, bacana você passear na beira da praia, ter lugar pra você ir, pra conversar...”. O Sr. Hugo, por sua vez, disse que sempre ouviu desde criança de que as casas da beira da praia seriam retiradas para a construção de um calçadão, mas ele nunca acreditou que isso ocorreria. Hoje ele pensa que isso não seria a solução para o beneficiamento do bairro, porque seria um gasto de dinheiro público que não resolveria o problema da poluição, muito mais grave. Mas, confessou que sempre cultivou o sonho de que parte do litoral fosse aterrada para que se criasse uma área de lazer para os moradores:

Eu tive uma ideia meio maluca, talvez muito dispendiosa pros governos, que seria na maré mais baixa, fazer um dique, um dique mesmo, forte etc., aterrar aquilo tudo e fazer um jardim, desde lá da Ponta Grossa, mais ou menos, até a Ponta dos Ferreiros, etc. Então, seria um jardim enorme, com árvores, com bancos, com praças, pra pessoas passearem, jogarem, brincarem em quadras e etc. Mas isso é uma utopia, né?

Como a região era pouco conhecida pelos moradores de outras áreas da cidade, era comum, e ainda é, em certa medida, confundir-se Guaratiba, Pedra de Guaratiba e Barra de Guaratiba. Os bairros de Pedra de Guaratiba e de Barra de Guaratiba foram criados por decreto em 1981, e os seus desmembramentos da RA de Campo Grande, com a criação da RA de Guaratiba, ocorreu em 1985. Antes disso, a grande imprensa sempre se confundia com a localização de prédios históricos, como a Igreja do Desterro, e de restaurantes, como o Candido's, localizado em Pedra de Guaratiba, atribuindo-os a Barra de Guaratiba. Também era comum tratar como pertencente a Pedra de Guaratiba localidades como a Praia da Brisa e a Fazenda Modelo, ambas localizadas em Guaratiba. Muitos chegavam a acreditar que a região de Guaratiba compreendia outro município e a localizava como pertencente ao Grande Rio (JORNAL DO BRASIL, 1975). Em outros momentos, costumavam se referir a Pedra de Guaratiba como uma “cidadezinha” (JORNAL DO BRASIL, 02/02/1979, Serviço, p. 10), sem saber definir exatamente sua localização. A partir de 1978, as matérias jornalísticas (JORNAL DO BRASIL, 1978-1989), que tratam mais especificamente de Guaratiba ou da Zona Oeste, tornaram-se mais rarefeitas e os bairros da região foram, a partir de então, frequentemente

citados de forma diluída dentro de assuntos que abrangiam toda a cidade, como problemas com água, esgoto, eleições, etc.

Ao longo dos anos 80, os bairros de Pedra de Guaratiba e de Barra de Guaratiba consolidaram a fama de excelentes locais para o turismo gastronômico. No início da década, o bairro de Pedra de Guaratiba começava a atrair aqueles que a viam como último reduto de tranquilidade e de vida simples. E alguns visitantes decidiram por tornarem-se moradores. Entre eles, algumas pessoas dedicadas às artes plásticas, que adotaram o bairro e, aos poucos, reuniram-se em novas associações, desta vez, voltadas para a promoção das artes e do artesanato, sem perder de vista a defesa do meio ambiente. O Sr. Hugo relata como este processo ocorreu:

Exatamente como surgiu eu acho que não houve assim uma data específica, porque veio um artista morar aqui, gostou, se radicou, veio mais outro e esse falou com outro, e por aí... houve uma época aqui que tinha muitos artistas morando em Pedra de Guaratiba. Quando eu falo artistas plásticos, eu falo pintores. Mas não eram só pintores. Tinha um ou outro escultor, no qual eu me incluo, né? E artesãos tinham muitos, mas faziam aquele artesanato bem típico mesmo de região. Eram barquinhos, eram coisas assim, canoinhas, coisas bem... bem simples, eu já faço um artesanato mais urbano.

Mais especificamente, no ano de 1981, começou o que o Sr. Hugo considera um movimento mais sério, chamado *Canteiro de Arte*, que deu início a outros, até que se dividiu em duas correntes, uma ligada estritamente às artes plásticas enquanto a outra também englobava as preocupações ecológicas. O movimento artístico ganhou força e, no final da década, artistas plásticos que antes expunham seus trabalhos nas ruas do bairro reuniram-se em uma cooperativa e fundaram a *Casa da Cultura e Ecologia*, em Pedra de Guaratiba, que abraçava também os artesãos do lugar (JORNAL DO BRASIL, 1989).

Além de acolher os artistas, a *Casa da Cultura e Ecologia*, como o nome já sugere, engajava-se na promoção de debates sobre os problemas ambientais que envolviam a região. A Casa da Cultura, a Associação Guaratibana de Ecologia e Cultura, juntamente com outras entidades locais, como as várias associações de moradores, promoviam encontros para discutir, por exemplo, sobre a instalação de polo petroquímico em Itaguaí e suas consequências para a Baía de Sepetiba e as comunidades do entorno. A Associação Guaratibana de Ecologia e Cultura, também trabalhava pela preservação do patrimônio histórico local. Uma luta importante que ela empreendeu foi a cobrança junto à União para que se fizesse uma nova reforma na Igreja do Desterro, tombada pelo IPHAN, que estava abandonada e correndo risco de desabar (JORNAL DO BRASIL, 20/11/1990, Cidade, p. 4).



Figura 23: Fachada da Casa da Cultura e Ecologia, em Pedra de Guaratiba (1989).
 Fonte: Jornal do Brasil, 28/05/1989, Domingo, p. 20.

No decorrer das últimas duas décadas do século XX, Pedra de Guaratiba passou por um florescimento cultural com um forte viés político em defesa da história, dos costumes e do meio ambiente. Os restaurantes locais promoviam festivais gastronômicos, que envolviam a apresentação das criações dos artistas plásticos e dos artesãos do lugar. Em uma dessas ocasiões, Burle Marx emprestou seu prestígio apadrinhando a festividade (JORNAL DO BRASIL, 04/01/1991, Programa, p. 16). O paisagista havia instalado seu ateliê desde 1973 em um sítio na estrada que dá acesso a Barra de Guaratiba e sempre sonhou em vê-lo transformado em fundação. No sítio, que foi tombado pelo IPHAN em 1985, encontra-se a capela de Santo Antônio da Bica, datada do século XVII.

O Sr. Hugo, que também integrava o grupo de artistas e artesãos da Casa da Cultura e Ecologia, acredita que nos anos 80 os visitantes de Pedra de Guaratiba “vinham não só pelos restaurantes, mas vinham também pelo ar que se respirava de arte, em Pedra, porque em qualquer lugar que você ia tinha um ateliê, tinha alguém expondo alguma coisa na porta de casa”. Ele mesmo teve uma lojinha que se chamava Casa das Artes, que se transformou em uma associação, CASA, Centro de Apoio Sociedade Amigos das Artes.

Para o Sr. Wilson, frequentador do bairro, Pedra de Guaratiba cresceu e teve um grande desenvolvimento cultural com a chegada de pessoas “de fora”, os veranistas, porque a comunidade era originalmente um lugar de pescadores. Em outras palavras, os novos

moradores trouxeram uma característica nova, mas que logo se tornou parte do bairro. Do seu ponto de vista,

Inicialmente a comunidade da Pedra, a atividade principal era a pesca... a pesca artesanal. [...] Houve uma influência de jovens que eram ligados... eram dedicados à pintura, à escultura. [...] Hoje tornou-se um bairro residencial, as pessoas vão pra lá pra morar, porque pesca não tem mais, acabou, né?”

Já o carnaval, segundo ele, sempre foi famoso, desde os tempos dos ranchos, que antecederam os blocos na primeira metade do século XX.

A partir da segunda metade dos anos 90, esta onda cultural começa a arrefecer. Apesar do empenho dos moradores, a poluição da Baía de Sepetiba está muito além de um simples problema local e, portanto, impossível de ser solucionado a partir dos seus esforços. A baía encontrava-se poluída com esgoto doméstico e metais pesados das indústrias e não havia nenhum projeto para o saneamento dos seus 400 km². Os restaurantes à beira do mar passaram a conviver com uma praia que encolhia a cada dia com o avanço da lama, em decorrência das obras no Porto de Itaguaí. Muitos fecharam as portas. Ainda assim, no ano 2000, o guia oficial da RIOTUR, Secretaria de Turismo da Prefeitura do Rio de Janeiro, passou a ter incluído em suas páginas as atrações da Zona Oeste, como os restaurantes de Guaratiba e as igrejas históricas.

Mesmo com a decadência do movimento artístico, o Sr. Hugo resistiu. Promovia encontro de artistas em um ponto comercial de sua propriedade, fazendo uma ciranda musical que mais tarde transformou-se em ciranda cultural na qual, além de músicos, apresentavam-se poetas, atores e outros artistas locais. Ele lamenta que hoje os novos artistas e os antigos não parecem querer ser identificados como moradores do local e que agora Pedra de Guaratiba não é mais reconhecida como um local ligado à cultura. Segundo ele, antes os restaurantes faziam parcerias com os artistas e expunham pinturas em seus salões, onde eles podiam divulgar seus trabalhos para os frequentadores que vinham de longe. Ele se queixa da falta de apoio para que jovens artistas possam se dedicar a essa atividade. Para ele a arte traria um retorno mais em “longo prazo do que a gastronomia”, porque tem “bons restaurantes em toda a cidade”.



Figura 24: Feira de artesanato no Largo da Pedra. Data estimada: 1978.
 Detalhe: o artesão sentado em primeiro plano é o Sr. Hugo, vendendo peças de artesanato feitas por ele.

Fonte: http://dedentrodapedra.blogspot.com.br/2009_04_01_archive.html

O passado que se pretende reconstruir tem seus elementos constituintes criados nas últimas duas décadas do século XX, mas que se estendem e criam vínculos com o passado mais distante, como raízes que tentam alcançar as águas profundas. São as memórias do carnaval tranquilo, das feiras de artesanato, dos restaurantes famosos, que se unem à lama medicinal e, um pouco mais atrás no tempo, um século antes, à famosa Banda de Música Maestro Deozílio Pinto e as festas dos pescadores da Igreja de São Pedro. Elementos que se perderam no tempo, outros que ainda resistem, todos reduzidos a um só passado de tradições que parecem remontar à época da fundação da Igreja do Desterro, no início século XVII. Tudo se mistura em um caldeirão de memórias, que são contadas nas escolas da região, partindo do primeiro ocupante, Manoel Veloso Espinha e seus descendentes.

4.3 OS NOVOS VIZINHOS

Tecer uma trama narrativa sobre os acontecimentos encerrados entre os anos de 1970 e 2000, delimitados à região de Guaratiba, naturalmente necessita que se estabeleçam conexões com períodos anteriores e posteriores, bem como com espaços mais dilatados. Quanto aos últimos, refiro-me à articulação entre a formação das comunidades do Piraquê e da Reta e as migrações e a ocupação desordenada do solo na Zona Oeste como um todo. Quanto à questão temporal, torna-se necessário compreender a estrutura existente anteriormente ao período mencionado e que o perpassa. A minha narrativa se constrói a partir da dinâmica entre a descrição da estrutura e a narração dos eventos, numa perspectiva de entrelaçamento entre passado e futuro, como é desenhada por Reinhard Koselleck (2006, p. 134), para quem “o antes e o depois constituem o horizonte de sentido de uma narrativa”, uma vez que a experiência histórica está inserida em uma sucessão temporal. Até mesmo a escolha e a análise das fontes, para Koselleck, contêm indicadores de sucessão temporal, pois a partir delas o historiador deve buscar diferentes aproximações metodológicas, por tratar-se de diferentes camadas de tempo. O mesmo autor revela que “eventos só podem ser narrados e estruturas só podem ser descritas” (KOSELLECK, op. cit., p. 133). Os eventos que procuro narrar sob esse ponto de vista estão apoiados nas estruturas representadas em conceitos como modernidade, hibridismo cultural, identidade, globalização, entre outros, que já foram citados anteriormente e que não estão, nem poderiam estar, circunscritos aos eventos narrados. São conceitos históricos que tem um alcance mais abrangente do que o evento singular ao qual a conceitualização é atribuída. A abrangência dos conceitos refere-se à possibilidade de sua utilização em outros contextos além do evento em que foi produzido. Portanto, seu caráter estrutural permite-me representar uma história que em um momento passado foi dada como “real”⁴⁹.

No caso da região de Guaratiba, encontra-se um microcosmo das relações que se estabelecem na Cidade do Rio de Janeiro e também em outras grandes cidades brasileiras entre os que chegam e os já “estabelecidos”⁵⁰, desencadeando problemas semelhantes, como o crescimento desordenado e a falta de saneamento. Questões que se transformaram em expectativas frustradas de um futuro que não chegou. Assim sendo, foi preciso selecionar,

⁴⁹ Para Koselleck, a ficcionalidade dos eventos corresponde ao caráter hipotético contido nas estruturas. Cf. KOSELLECK, 2006, p.141.

⁵⁰ Ver nota 24.

através do confronto das fontes pesquisadas, o que poderia ser considerado um passado “ideal”, o “espaço de experiências”, para citar Koselleck (Op. cit., p. 308), em que se encontrava um passado presente nas lembranças individuais e coletivas.

Neste ponto surge a preocupação com as fontes: em face das poucas fontes documentais, particularmente no que se refere às favelas do Piraquê e da Reta, contar com a memória dos moradores foi de fundamental importância, pois, como bem coloca Ricoeur (2000), a memória conta com outros recursos, como fotos e objetos de lembrança. Sobre o período de que trata essa pesquisa, pude contar com alguns registros em jornais, que em imensa maioria retrata a região como um retiro bucólico da cidade do Rio de Janeiro. Esse é o fio da narrativa que sigo, valendo-me de “rastros variados”, como bem coloca Ginzburg (2007, p. 7) quando, ao se preocupar com o caráter subjetivo das fontes, lembra de que o historiador deve buscar os rastros deixados por Teseu no labirinto, e estabelecer sua relação com o fio que constitui a narrativa histórica.

No contexto da Região de Guaratiba, as favelas da Reta e do Piraquê apresentam diferenças entre si e também das outras favelas da cidade. Verifiquei que as formações tardias das duas áreas de ocupação as classificam como favelas de formação recente, situadas na periferia, em áreas planas, portanto, diferentes das favelas mais antigas, formadas nos morros. Também constatei que a favela do Piraquê, embora recente, manteve uma característica própria das favelas antigas quanto à forma de ocupação, qual seja, paulatina e familiar, enquanto a favela da Reta, que tinha essa mesma característica, presenciou outra forma de ocupação no final da década de 1990: as invasões coletivas e organizadas. No entanto, apesar dessas diferenças em termos de classificação da forma de ocupação, as favelas do Piraquê e da Reta são semelhantes a qualquer outra da cidade quanto ao modo como são percebidas pelos moradores dos bairros da cidade, próximos a elas.

4.3.1 Uma visão Sobre as Favelas

As favelas do Rio de Janeiro, desde sua origem, no Morro da Providência, foram objeto de preocupação para os outros moradores da cidade e para os governos. Elas eram reconhecidas como um local assustador e eram identificadas como um sinônimo de problema de segurança, de saúde e de falta de ordenamento arquitetônico. Em 1900, o Morro da Providência ou *Favella* era denunciado nos jornais como reduto de vagabundos e criminosos

e, em 1907, o mesmo local foi saneado pela campanha liderada por Osvaldo Cruz. Até a década de 1940, as observações feitas sobre as favelas e seus moradores ficaram a cargo dos jornalistas, cronistas, engenheiros, arquitetos, médicos, administradores públicos e assistentes sociais. Só a partir da década seguinte, as favelas se tornariam objeto de estudos estatísticos das universidades (VALLADARES, 2000). Independentemente da origem do discurso, havia um consenso formador de um arquétipo da favela com um “mundo diferente”, na “contramão da ordem”, que estaria inegavelmente ligado à origem no Arraial de Canudos. O sertão se avizinhava da cidade através das favelas. Para Valladares (Op. cit, p. 6), o relato de Euclides da Cunha em *Os Sertões*, publicado em 1902, contribuiu fundamentalmente para compor a visão da época sobre as favelas. A favela era o sertão bruto, sem ordem e sem governo e, portanto, selvagem, que precisava ser civilizado, porque sua proximidade ameaçava a cidade. Essa preocupação pode ser observada na declaração de João Augusto de Mattos Pimenta, membro do Rotary Club, quando visitou favelas entre 1926-27 e as chamou de "*lepra da esthetica*"⁵¹. Ele promoveu uma campanha pública a favor da ordem urbana, para mostrar o incômodo que elas causavam e chegou a realizar um filme, intitulado *As Favellas*, em que mostra de dentro o que chamou de “espetáculo dantesco”⁵² daquele lugar, com casebres construídos com madeiras e latas, que abrigava capoeiras e vagabundos, e onde a lei e a ordem não chegavam. Procurava com isso sensibilizar o governo e a sociedade carioca de então, ressaltando a necessidade de ações sanitaristas, urbanísticas e arquitetônicas para o embelezamento da cidade. As ideias de Mattos Pimenta influenciaram Alfred Agache, urbanista francês, que veio ao Rio de Janeiro pela primeira vez em 1927, atendendo a um convite oficial do prefeito Antônio Prado Júnior, tornando-se responsável pelo Plano de Remodelação da Cidade do Rio de Janeiro, plano este que foi engavetado após as mudanças que ocorreram a partir de 1930. Em 1937, o Código de Obras reconheceu a existência das favelas e proibiu a sua expansão. Ao mesmo tempo, o governo preocupou-se em promover estudos que permitissem compreender quem eram os moradores das favelas e identificou a necessidade de investir na educação. Só a educação seria capaz de controlar e direcionar as populações de favelas ao caminho da ordem. Porém, apenas em 1948 foi possível obter

⁵¹O conceito de "*lepra da esthetica*" foi pronunciado por Mattos Pimenta para ressaltar a necessidade de ordenamento urbanístico para a cidade do Rio de Janeiro, para que “se levante uma barreira *prophylactica* contra a infestação avassaladora das lindas montanhas do Rio de Janeiro pelo flagelo das "favelas"" (VALLADARES, 2000, p. 12, grifo meu).

⁵²Mattos Pimenta sabia que, naquela época, poucas pessoas haviam se aventurado a conhecer de perto a realidade das favelas e apostava que as imagens mostradas pelo filme causariam um grande impacto junto à opinião pública. Buscava com isso atrair adeptos às suas intenções de promover a remoção das favelas (Ibidem, p. 13).

informações mais precisas, a partir do primeiro censo das favelas promovido pelo prefeito do Distrito Federal, Ângelo Mendes de Moraes.

O conhecimento sobre a favela se ampliou, mas não se distanciou da construção de uma imagem de pobreza e criminalidade (VALLADARES, op. cit., p. 9-22). A favela era a nova fronteira a ser vencida, seja pela integração à cidade através da urbanização e educação de seus moradores, seja pela sua retirada para “limpeza” da cidade. Neste período, principalmente entre as décadas de 1940 e 1950 do século XX, houve no Brasil um aumento da preocupação com a valorização da cultura nacional. Era preciso reencontrar os valores da cultura nacional que estavam certamente nas manifestações folclóricas. Resgatar e divulgar as lendas, danças e músicas nacionais fazia parte do projeto de educação desde os tempos de Getúlio Vargas, para o fortalecimento do sentimento de nacionalidade. O sertão era visto como detentor de tradições culturais que não poderiam ser esquecidas pela história. O sertão representado pela favela, apesar de ser quase sempre descrito como local da marginalidade e da violência, por vezes incorporava a imagem de roça tranquila com um modo de vida simples e harmônico. Mas as manifestações culturais de cunho popular, de um modo geral valorizadas no campo, se transformavam em incômodo quando ocorriam no meio urbano. A ideia de progresso estava sempre presente em fotografias e textos jornalísticos publicados nos jornais da época representada pelas máquinas, caminhões e tratores, que remodelavam a cidade. A figura humana quase sempre estava em segundo plano na maioria das imagens de então, pois o morador da favela representava o atraso, enquanto as máquinas significavam o progresso que se queria propagar em um momento em que a cidade do Rio de Janeiro estava prestes a perder o título de Distrito Federal (AMOROSO, 2012, p. 194-195).

Em tempos mais recentes, as favelas continuam sendo vistas como lugares sempre insalubres onde todos que ali residem são ignorantes, “estrangeiros” na cidade. Os cidadãos são os moradores dos bairros, conscientes de sua participação política, enquanto os moradores das favelas são desprovidos de consciência política, agindo pelas paixões, incapazes de reivindicar seus direitos e vivendo sob o jugo do clientelismo, seja do traficante, seja do miliciano. Seja em decorrência de sua origem, seja pela situação socioeconômica em que vive, ou mesmo por sua composição étnica, o morador da favela é o outro, que vive separado da cidade, que só ocasionalmente a frequenta, quase sempre em função de um trabalho, raramente por lazer. Ocupam boa parte das atividades de baixa remuneração da cidade, trabalhando em prédios como porteiros, ou na construção civil, ou em muitas outras ocupações, mas são sempre vistos como indesejáveis, desocupados, traficantes, sem aspirações de progredir na vida, e que constantemente ameaçam a ordem pública. Embora a

imagem que a cidade tenta ter de si mesma seja a da harmonia entre seus moradores, a violência presente no lugar do “outro” está sempre ameaçando o lugar da civilização. A cidade ideal seria sem favelas, sem moradores indesejados, que mancham o cenário de cidade maravilhosa (BRUM, 2013).

No Brasil, até os anos 60, as migrações atendiam às novas necessidades econômicas e havia quem adotasse um ponto de vista otimista, entendendo o fenômeno como uma forma de mobilidade social, decorrente da industrialização e da oferta de empregos nos grandes centros. A partir de então, as migrações passaram a ser sinônimo de “desenraizamento, marginalização e exclusão”, demonstrado por vários estudos sobre a angústia dos migrantes em viverem em lugares com costumes diferentes e pela perda das relações comunitárias dos seus locais de origem, além da frustração de, muitas vezes, não encontrar as condições de vida idealizadas, que provocaram seus deslocamentos (FARIA, op. cit., p. 55).

Tabela 7: Origem dos responsáveis dos alunos da Escola Municipal Deborah Mendes de Moraes.

Responsáveis dos alunos das turmas de 8º e 9º anos da E. M. Deborah Mendes de Moraes, segundo a origem (2014)						
Localidades	Total de responsáveis perguntados	Origem				
		Estados do nordeste	Outros estados do Brasil	Estado do RJ	Cidade do Rio de Janeiro	
Reta e proximidades	Cabuís e proximidades	3	1	0	1	1
	Entrada da Reta	6	3	1	1	1
	Jardim Guaratiba	27	18	1	3	5
	Pingo D'Água	8	5	0	0	3
	Jardim Cinco Marias	2	0	0	0	2
Total da Reta e proximidades		46	27	2	4	12
	Piraquê	55	46	3	2	4
	Pedra de Guaratiba	9	3	0	0	6
	Outras	14	8	1	2	3
	Total	124	84	6	9	25

Fonte: Consulta às comunidades, realizada pelos alunos das turmas de 8º e 9º anos, de 2014, da Escola Municipal Deborah Mendes de Moraes.

Embora já tenha confirmado, com base em uma pequena amostra (Tabela 6), que mais de 70% das pessoas pesquisadas, moradoras da Reta e do Piraquê, tenham vindo de outras favelas da cidade, não significa que elas sejam naturais do Rio de Janeiro. Constatei que dentre os responsáveis pesquisados pelos alunos da E. M. Deborah Mendes de Moraes, 83%

dos moradores do Piraquê e 58% dos moradores da Reta são nascidos no Nordeste (Tabela 7). A expectativa ao virem para o Rio de Janeiro era de encontrar melhores empregos e salários. Ao se estabelecerem em Guaratiba, a esperança se depositava em encontrar uma casa que pudessem comprar ou um lugar para construir.

Tabela 8: Local de moradia dos alunos da Escola Deborah Mendes de Moraes.

Responsáveis dos alunos das turmas de 8º e 9º anos da E. M. Deborah M. de Moraes, segundo tipo de moradia (2014)							
Localidades	Número de moradores	Moradores com casa própria	Moradores em casa alugada	Moradores em casa emprestada	Rua asfaltada	Rua sem asfalto	
Reta e proximidades	Cabuís e proximidades	3	1	2	0	1	2
	Entrada da Reta	6	5	0	1	0	6
	Jardim Guaratiba	27	23	3	1	0	27
	Pingo D'Água	8	5	2	1	3	5
	Jardim Cinco Marias	2	1	1	0	2	0
Total da Reta e proximidades	46	35	8	3	6	40	
	Piraquê	55	47	8	0	10	45
	Pedra de Guaratiba	9	7	1	1	9	0
	Outras	14	11	2	1	9	5
	Total	124	100	19	5	34	90

Fonte: Consulta às comunidades, realizada pelos alunos das turmas de 8º e 9º anos, de 2014, da Escola Municipal Deborah Mendes de Moraes.

Morar em favela significava o não pagamento de impostos e aluguéis e a liberdade de ampliar a moradia de acordo com as necessidades⁵³. Analisando os dados da pesquisa realizada pelos alunos da Escola Municipal Deborah Mendes de Moraes, constatei que a grande maioria vive em casa que considera própria (Tabela 8). Não foi possível aprofundar a pesquisa para saber exatamente entre os pesquisados quais deles tem registro dos terrenos e dos imóveis, mas eles certamente consideram próprias as casas em que vivem sem pagar aluguel, que compraram de alguém ou que construíram. Como contou-me a Dona Ana e também a Dona Tiana, muitos ocupantes de lotes construíram suas casas sem se preocupar

⁵³Há quatro formas de produção de moradia, segundo Ribeiro (1997 apud FARIA, 2004, p. 24): por encomenda, quando o usuário contrata o construtor para construir casa para sua própria moradia (não é de natureza capitalista a construção promocional privada); quando um incorporador contrata uma empresa de construção; a autoconstrução, quando o usuário compra o terreno, ou invade um terreno de terceiro, e constrói sozinho, geralmente com a ajuda de familiares e vizinhos; e a construção estatal, na qual o estado assume a construção de conjuntos habitacionais ou subsidia a construção para o usuário.

com a propriedade do terreno, certamente contando com que alguma solução favorável fosse dada caso o proprietário aparecesse para reclamar, como já relatei anteriormente.

Apesar do benefício de não pagar aluguel, a infraestrutura das comunidades era muito precária. A Dona Preta contou-me que conhece bem a realidade do Piraquê, embora nunca tenha morado lá, porque teve uma amiga moradora do lugar, e que ela mesma frequentava, às vezes, a igreja de N. S. da Glória, do Piraquê. Ela lembra que as crianças brincavam de pegar caranguejo na lama. Sobre o Piraquê, diz:

Tinha mais assim manguezal, sabe? Às vezes a gente estava assim fazendo unha, os caranguejos pequenininhos estavam andando pela sala, que não tinha assim casa com piso nem... era chão mesmo. Que se chovia o... o rio transbordava, a água entrava dentro de casa. Ali era muita pobreza... muita mesmo, ali no Piraquê.

A Dona Ana, moradora do Jardim Guaratiba, na Reta, relatou que até o final dos anos 80 não havia água encanada e nem luz elétrica na localidade. A rede de água foi expandida com a cotização dos moradores e nunca foi regulamentada pela CEDAE. Quanto à luz, a Light expandiu a rede assim que as invasões surgiram, para evitar a proliferação de furtos de energia, que ela diz haver bastante ainda hoje, mesmo assim. Situação de precariedade semelhante descreveu-me a Dona Severina, sobre a época em que foi morar no Piraquê.

4.3.2 A Relação Entre Favela e Pobreza

Segundo Valladares (1991 apud FARIA, 2004, p. 100), todas as definições de pobreza relacionam-se à forma como os pobres se inserem no meio urbano. No início do século o pobre era aquele que não recebia salário e não estava no mercado formal. Entre os anos 30 e 40 as favelas se multiplicaram na cidade devido ao rápido crescimento da população urbana. Entre 50 e 60, a favela despontou como local da marginalidade, daqueles que estavam fora do sistema, seja pelo subemprego, que surge como categoria definidora da pobreza, seja pela falta de participação política. A partir de então a pobreza passou a ser considerada como um problema social, diferentemente do início do século, quando era associada àqueles que não queriam trabalhar. A favela era o local que abrigava os pobres, marginais em quatro dimensões: cultural, porque vinham de longe e apresentavam dificuldades para integrarem-se a cultura local; social, pela mesma dificuldade de integração; econômica, por viver de

subemprego e não ter qualificação profissional; e política, por não participar da vida política da cidade e, muitas vezes, em contrapartida, vivenciar uma organização sócio-política interna.

A partir dos anos 60, a pobreza passou a ser medida por parâmetros estabelecidos por organismos internacionais, como por exemplo, o Banco Mundial. O estabelecimento da linha da pobreza definia quem estava mais ou menos próximo dela e a renda era definida pelo salário mínimo. Com a crise econômica dos anos 80, o número de trabalhadores subempregados aumentou, mas a pobreza perdeu a caracterização de marginalidade, que deu lugar a noção de informalidade, restringindo-se à forma de inserção econômico-ocupacional. Nos anos 90, a acentuação da crise econômica dos primeiros anos foi substituída pela gradativa recuperação da oferta de empregos e da renda. Na segunda metade da década de 1990, apesar dos índices de pobreza continuarem altos, o perfil do pobre se modificou: a pobreza se tornou mais presente nas grandes cidades do que no campo; grande parte dos pobres não passava fome, mas carecia de serviços básicos, como esgoto. Nas favelas, o perfil dos moradores também mudou a partir da década de 1990: se a primeira geração de migrantes era majoritariamente proveniente das regiões rurais, a segunda já tinha um número significativo de pessoas oriundas da própria cidade, cujo padrão de vida decaiu (FARIA, 2004, p. 100-104). O crescimento vegetativo das favelas dificultou a inserção dos novos moradores que chegavam oriundos de outros estados, pois a moradia se tornou mais cara. Assim, muitos que chegavam para morar nas favelas, posteriormente se deslocavam para a Zona Oeste, em busca de locais mais baratos para morar.

Segundo Perlman (2005, p. 12-20), o mapa da exclusão social no Brasil se divide em dois tipos: a velha exclusão, entre 1960 e 1980, e a nova exclusão de 1980 a 2000. A primeira diz respeito às taxas de analfabetismo e de baixa renda, somada às migrações do campo. A segunda atinge os nascidos nas favelas e está ligada à falta de oportunidade no mercado de trabalho formal. Entre os diversos fatores que contribuem para a exclusão social, estão o ser feminino, a cor da pele, o ser migrante, estar mal vestido e, principalmente, ser morador de favela. Após o fim da ditadura, os moradores de favela perceberam que receberam algumas melhorias em termos de saneamento, habitação e transportes, mas se viram com menos oportunidades de trabalho e renda. Sentiram-se enganados pelos governos democráticos, que prometeram amplas melhorias até então não conquistadas, como segurança, saúde e educação. Se o termo marginalidade ficou desacreditado nos meios acadêmicos e acabou por ser substituído por “exclusão social”, nas ruas ele funde dois significados: aquele que é excluído por não ter recursos, o “mais pobre dos pobres”, e aquele que age “fora da lei”, os

“criminosos” (PERLMAN, Op. cit., grifo da autora). A fusão desses significados em um só termo tem sua razão de ser: reflete a criminalização da pobreza no Brasil.

Na marginalidade avançada, não estão apenas os favelados, mas também os moradores de conjuntos habitacionais da periferia da cidade, áreas de habitação consideradas formais. Observei que a chegada de novos moradores à Região de Guaratiba deu-se de forma paulatina e independente, família por família, interessados em um local tranquilo, onde pudessem viver sem pagar aluguel e o mais próximo possível de postos de trabalho que pudessem ocupar, como os oferecidos nos bairros próximos, Recreio dos Bandeirantes e Barra da Tijuca.

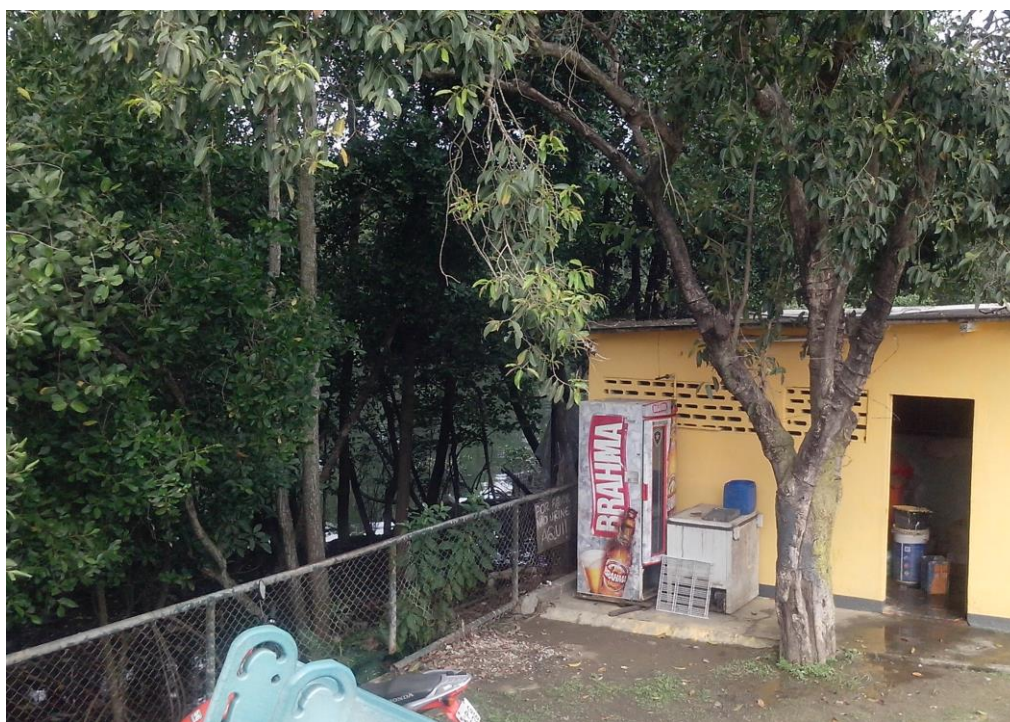


Figura 25: O Rio e a Favela do Piraquê (2015).
Fonte: Acervo pessoal.

Apenas no final dos anos 90 ocorreram as invasões coordenadas nas favelas da Reta, como me relatou a Dona Ana. A favela do Piraquê, entretanto, manteve a característica de ocupação original familiar, mesmo registrando um crescimento significativo na mesma década. Embora a favela do Piraquê apresentasse um perfil de tranquilidade, outros aspectos a tornavam “marginal” para os moradores do bairro de Pedra de Guaratiba: a informalidade das construções, a poluição do rio Piraquê, a inserção de alguns de seus moradores na pesca predatória e a feição de pobreza que dava a toda a região. A Reta, por sua vez, além dos elementos já citados, acrescentava outro ingrediente nocivo: a violência desencadeada pelo tráfico de drogas que se infiltrou na comunidade na segunda metade da década de 1990.

4.3.3 A Construção de Fronteiras

Os moradores das comunidades do Piraquê e da Reta não dependem diretamente dos serviços de Pedra de Guaratiba, porque em cada uma das localidades formou-se uma rede de mercados e ofertas de serviços próprios. Porém, nas escolas municipais, as crianças e jovens encontram-se e constantemente reforçam, no dia a dia, as diferenças que há entre eles. É neste espaço de convivência que se pode observar a fronteira cultural como um local da diferença e não apenas da diversidade. Convêm, portanto, definir esses dois termos: “diversidade” implica, segundo Homi Bhabha (2003, p. 63-64), no reconhecimento de diversas culturas vivendo em certa medida isoladas umas das outras, na medida em que conservariam suas originalidades intactas; já a “diferença” corresponde ao confronto entre culturas e a medida de cada uma a partir da outra. Não se trata de observar o outro, mas de observar-se a si mesmo a partir do outro.

A definição de Bhabha (Op. cit.) para essa região de fronteira cultural vem trazer grande contribuição a esta pesquisa. No lugar que ele chama de “entre-lugar”⁵⁴, ocorre a subjetivação, individual ou coletiva, onde surgem novas identidades através da colaboração ou da contestação, dando forma a uma nova ideia de sociedade. Não há identidades fixas, baseadas nas tradições de cada cultura, pois o confronto entre as diferenças ocorre em um processo dinâmico, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que vão surgindo no presente. A cultura que, nesse caso, se desenvolve na fronteira não é decorrência de um contínuo do passado a manifestar-se agora no presente. É um “ato insurgente de tradução cultural”, em que uma nova estética surge transformando o presente.

A principal fronteira que se estabelece genericamente é entre os moradores antigos de Pedra de Guaratiba e os recém-chegados, instalados nos arredores deste bairro, na região de Guaratiba, nas comunidades da Reta e do Piraquê. O bairro de Pedra de Guaratiba era um balneário, onde a maioria dos moradores permanentes dedicava-se à pesca ou às atividades complementares que giravam em torno dela, em geral artesanais. O comércio local entre os anos de 1970 a 1980 era bastante reduzido, não ultrapassando algumas poucas mercearias, padarias e alguns bazares, destinados aos moradores permanentes e aos turistas de fim de

⁵⁴ Para Bhabha, se vivemos no presente um tempo de pós-modernidade, ou pós feminismo, ou pós colonialismo, não é porque vivemos um contínuo de tempo cronologicamente arranjado, ou um movimento contrário, polarizado. “Pós” revela um movimento de expansão para além dos centros “de experiência e aquisição de poder”. As migrações, os deslocamentos populacionais pós-colonialismo e os êxodos decorrentes do processo de urbanização e de industrialização, promoveram a existência de novas fronteiras onde entram em jogo as questões de gênero, classes, etnias, entre outras. Cf. BHABHA, 2003, p. 24-27.

semana e veranistas, acrescido de um número bastante significativo de restaurantes, cuja clientela era formada essencialmente por visitantes. Muitas casas só eram ocupadas nos poucos meses de verão e em alguns finais de semana. Muitos desses veranistas fixaram residência no bairro a partir da década de 1980.

A presença desses novos moradores, aparentemente, não causou estranhamento ou conflitos de qualquer espécie no lugar. Eram pessoas que em geral tinham um nível econômico melhor do que os antigos moradores e trazia maior impulso para o comércio local. Evidenciou-se isto através da declaração do Sr. Carlinhos:

...porque, o pessoal da... os veranistas, que tinham uma condição financeira boa também... tratavam a gente bem, porque a gente ensinava os filhos deles a pescar [...] a gente sabia, porque era pescador, né? Desde criança que a gente é pescador, aí levava os filhos... aquelas crianças pra pescar, e fazia amizade com eles. Aí pedia pra eles emprestar a bicicleta pra gente andar. A gente não tinha bicicleta, não tinha nada. Aí, eles vinham, emprestavam e a gente fazia amizade.

O mesmo sentimento não acompanhou a chegada dos moradores das favelas da Reta e do Piraquê.

A especulação imobiliária, que fez desenvolver-se rapidamente a Barra da Tijuca e o Recreio dos Bandeirantes, bairros vizinhos à região de Guaratiba, fez surgir, ao mesmo tempo, os loteamentos clandestinos e as invasões na região de Guaratiba. Os novos moradores compunham a mão de obra que iria trabalhar nos bairros vizinhos. Primeiro, a construção civil absorveu grande parte dessa mão de obra, que depois se diversificou no setor de serviços, como porteiros e empregadas domésticas (Apêndice C). Eram, portanto, moradores que, em grande parte, pouco participavam da vida local.

A Dona Severina confirma que grande parte dos moradores do Piraquê trabalha na Barra da Tijuca e no Recreio dos Bandeirantes. Os jovens encontram trabalho quase sempre nos shoppings ou em empregos domésticos. Para ela, esses bairros oferecem salários melhores que Campo Grande e Santa Cruz. Pedra de Guaratiba, entretanto, não oferecia empregos, a não ser para aqueles que encontravam na pesca alguma oportunidade de sustento. O bairro, núcleo mais povoado da Região de Guaratiba, só é frequentado pelas pessoas do Piraquê, segundo a Dona Severina, quando há festas populares ou mais frequentemente quando vão buscar algum serviço, como escola, posto de saúde, entre outros.

A Dona Tiana e a Dona Ana, moradoras da Reta, também não frequentam o bairro de Pedra de Guaratiba. A primeira diz só ir ao bairro no carnaval “que é muito lotado”, enquanto a segunda só vai a Pedra de Guaratiba visitar uma filha que mora lá. Moram próximo, mas

não frequentam o bairro. Por outro lado, muitos trabalham na Barra da Tijuca e no Recreio dos Bandeirantes, mas não frequentam estes bairros para lazer.

Além dos moradores trabalharem em outros bairros, fora da região de Guaratiba, as duas localidades, Piraquê e Reta, criaram rapidamente um comércio interno. A Dona Sebastiana chamou a atenção para o rápido desenvolvimento do comércio na Reta. Para ela, muitos dos que invadiram lotes entre o Jardim Cinco Marias e a Reta, chegando ao Pingo D'Água, são pessoas com algumas posses, porque rapidamente fizeram lojas comerciais grandes e variadas. Ela também destaca a forte presença de nordestinos a frente desses comércios.

Portanto, Os locais de maior convivência entre os membros dessas diferentes comunidades eram as escolas mais centrais, especialmente as de segundo seguimento (referentes aos anos finais do Ensino Fundamental). Nesse espaço, onde estavam e ainda hoje estão presentes crianças e adolescentes a partir dos onze anos de idade, as diferenças eram constantemente lembradas e reforçadas. Diante desse quadro, o conceito utilizado por Fredrick Barth (2000, p. 34) pode ser empregado: a existência de fronteiras, vistas como uma barreira de pertencimento ou não a um determinado grupo social, considerando as relações sociais entre os indivíduos e o “compartilhamento de critérios de avaliação e julgamento”. Em Pedra de Guaratiba, trata-se da presença de grupos com sotaques, valores e costumes diferentes daqueles que já viviam anteriormente na região. As fronteiras que se estabelecem são constantemente ultrapassadas, às vezes diluídas e quase sempre reforçadas, dependendo do papel social desempenhado pelos sujeitos (seus atores) em ação. Certamente, há variações entre os membros de cada um dos grupos, pois, uns mais, outros menos, correspondem às características próprias do grupo a que pertencem. Segundo Barth (Op. cit., p. 28-35), a preocupação dos estudos antropológicos não deve se fixar em estabelecer tipologias, pois as identidades tendem a se modificar no tempo e a se agrupar, sendo mais importante entender como ocorrem essas modificações e agrupamentos. Barth está preocupado em investigar a fronteira e não o conteúdo cultural delimitado por ela. A manutenção de fronteiras implica a existência de contato entre pessoas de diferentes culturas, enquanto a manutenção de grupos depende da preservação de diferenças culturais persistentes por cada um deles.

Se os grupos estão definidos pelo espaço que ocupam, cada um atuando separadamente nas comunidades aqui estudadas, resta poucos espaços onde as fronteiras se constroem e se perpetuam. Um deles é certamente a escola pública, onde os membros dessas comunidades se encontram e interagem. Pude observar que, na Escola Municipal Deborah Mendes de Moraes, há uma forte presença de crianças e adolescentes oriundos tanto das

favelas do Piraquê e da Reta e que poucos são moradores do bairro onde ela está instalada. O Sr. Carlinhos acredita que há poucos alunos de Pedra de Guaratiba, porque o bairro é pequeno, se comparado às favelas próximas. Porém, constatei que há muitas escolas particulares tanto no bairro, como em Guaratiba e Sepetiba. Não há estudos indicando o percentual de estudantes de escolas particulares e públicas do bairro de Pedra de Guaratiba, que me permita avaliar se a presença de poucos alunos moradores do bairro na Escola Municipal Deborah Mendes de Moraes está relacionada à maior presença deles nas escolas particulares.

A convivência entre os alunos é pacífica, mas deixa transparecer o constante reforço das diferenças, especialmente entre os moradores das duas favelas que estou estudando. O Sr. Carlinhos vê como brincadeira a disputa entre os alunos sobre onde seria melhor de se morar, na Reta ou no Piraquê. Para ele, essas brincadeiras não chegam a ser discriminação. Estas manifestações entre os alunos, que o Sr. Carlinhos entende serem brincadeiras, demonstram o quanto os alunos vindos do Piraquê e da Reta se esforçam por estabelecer as fronteiras que os separam uns dos outros, ao mesmo tempo em que desejam ser aceitos e integrados à Guaratiba e a cidade do Rio de Janeiro, principalmente os que chegam diretamente de outros estados, porque são discriminados pelo sotaque e pelos costumes.

Segundo Barth (Op. cit., p. 32-33), a interação de pessoas de diferentes culturas poderia sugerir a redução das diferenças e uma congruência de códigos e valores, mas na verdade ocorre a persistência dos grupos e das fronteiras. A origem dos moradores das duas favelas é semelhante. A grande maioria vem de estados do Nordeste do Brasil, alguns vieram diretamente desses estados para Guaratiba, enquanto outros moraram em outras favelas da cidade antes de chegar à região. Apesar das semelhanças que aparentemente têm entre si, os alunos das duas favelas, ao terem que conviver diariamente no espaço escolar, constroem fronteiras que os diferenciam entre eles, constituídas a partir das disputas sobre em qual lugar haveria melhor qualidade de vida, como, por exemplo, melhores opções de lazer ou simplesmente não serem atingidos por inundações em épocas de chuva. Ao mesmo tempo, tentam diluir as diferenças existentes entre cada um deles e o novo espaço em que habitam.

A Dona Severina tem uma casa em Pedra de Guaratiba, no loteamento Vilamar, que aluga, porque prefere viver no Piraquê. Lá, ela afirma ter vizinhos mais próximos e também o seu comércio. Ela considera o local muito tranquilo, bom para criar os filhos, porque podem brincar na rua sem problemas. A fama de violência que surgiu a partir dos anos 90, segundo ela, não corresponde à realidade. Ela afirma que nunca houve tráfico na comunidade. Como no começo a única entrada era a Rua da Capelinha, todos tinham que passar pela porta da sua

loja e, obrigatoriamente, ela conhece a maioria dos moradores. No entanto, ela contou-me também que seus filhos preferiam morar no Vilamar e se queixavam constantemente de viverem no Piraquê. Ao perguntar a ela se os moradores de Pedra de Guaratiba discriminam os moradores do Piraquê, ela afirmou que sim, que acredita que há preconceito contra os moradores do Piraquê em Pedra de Guaratiba, porque ela mesma já ouviu muitos apelidos degradantes e sempre escutou “horrores” sobre o Piraquê.

Porque o Piraquê ficou aquela fama. A fama acabou tomando conta do local. Porque muitas coisas que andavam... eu escutava horrores disso aqui. Às vezes eu estava num ponto de ônibus... ou até ali na Pedra mesmo, é... eu escutava horrores e ficava quieta. Eu ia [dizer] “não gente, que isso, não é nada disso, lá não acontece isso”... você não pode chegar e falar isso, então... eu escutava horrores, então, era mais fama... Piraquê teve essa fama toda.

Todavia, a Dona Severina acredita que a fama ruim foi de certa forma benéfica, porque evitou que pessoas mal intencionadas se aproximassem do local. Isso teria ajudado a manter a tranquilidade. Ela não se relaciona com ninguém da Reta. Curiosamente, ela diz ter pavor da Reta, por causa da fama de lá.



Figura 26: Loteamento Jardim Guaratiba (2015).
Fonte: Acervo pessoal.

A Dona Ana, moradora do Jardim Guaratiba, na Reta, diz não conhecer nenhum morador do Piraquê. Assim como a Dona Severina, ela gosta do lugar onde mora, porque lá ela conhece todos os vizinhos e conta com a solidariedade deles, e nunca pensou em morar no bairro de Pedra de Guaratiba, onde vive uma de suas filhas. Ela não confirmou a existência de preconceito em relação aos habitantes de Pedra de Guaratiba. Disse não conviver o suficiente com as pessoas do bairro para saber se há preconceito, mas contou-me que dentro do loteamento onde vive há certo ressentimento dos antigos moradores em relação aos que chegaram com as invasões. Segundo ela, os moradores mais antigos do loteamento, os que não são invasores, os que têm escritura e compraram os terrenos tem muito preconceito com aqueles que chegaram depois. Ela, embora moradora antiga, também se sente discriminada por não ter comprado legitimamente seu lote e não pagar IPTU. Perguntada se a presença dos invasores não teria prejudicado os moradores antigos, desvalorizando o bairro, ela acredita que isso seria um equívoco, porque as melhorias feitas pela prefeitura nos últimos anos são uma consequência da presença de muitos moradores no local.

4.3.4 As Expectativas Frustradas

Para os antigos moradores de Pedra de Guaratiba, os dois grupos, moradores das favelas do Piraquê e da Reta são semelhantes. Não fazem distinção entre as duas comunidades quanto à origem de seus moradores, violência instalada, a contribuição para a poluição causada à Baía de Sepetiba pelo esgoto doméstico e a degradação da região como um todo. No entanto, se há discriminação e preconceito por parte de alguns, há também um consenso bastante difundido de que os problemas locais são decorrentes em maior parte da falta de atenção dos governos para os problemas da região. Em outras palavras, os maiores culpados pela degradação da região não são os novos moradores, mas a infraestrutura que deveria ter acompanhado o crescimento populacional. A Dona Preta, por exemplo, não critica a existência do Piraquê e até acredita que o crescimento da população foi importante para que se pudesse reivindicar melhorias para o bairro. Nas lamentações do Sr. Carlinhos e do Sr. Hugo, percebe-se que as queixas não são dirigidas diretamente aos moradores das favelas, mas aos políticos. Segundo o Sr. Hugo, durante muito tempo Pedra de Guaratiba foi tratada como uma cidadezinha do interior e muitos visitantes não sabiam que se tratava de apenas mais um bairro do Rio de Janeiro. Hoje, ao ficar mais próxima e integrada à cidade, Pedra de

Guaratiba tornou-se apenas um bairro pobre. Suas características de cidade do interior, bucólico, tranquilo, com uma identidade de reduto de artistas, ou antes, de vila de pescadores, se perdeu, dando lugar a degradação ecológica e cultural.

Partindo das categorias “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas” (KOSELLECK, 2006, p. 305-321), pode-se observar que, sendo Pedra de Guaratiba um balneário, os antigos moradores do bairro sempre esperaram por melhorias que tornassem o local mais bem equipado para a recepção de turistas, prevendo que este seria o “destino natural” do lugar. Anos se passaram e os moradores viram suas esperanças frustradas, não apenas por não receberem nenhum tipo de investimento que beneficiasse o bairro, mas também por verem, no descaso dos governos, toda a região ser ocupada de forma indiscriminada por novos moradores, de forma desordenada, sem uma infraestrutura mínima. A visão sobre as favelas segue um consenso mais amplo verificado em outros bairros da cidade onde favelas se disseminaram. Se para os que nela viviam elas representavam uma oportunidade de ter acesso à moradia com baixo custo, para os habitantes dos bairros próximos elas eram a representação do atraso, da desorganização e da violência. Esse “horizonte de expectativas” frustrado gerou um novo “espaço de experiência”, no caso, a experiência da decepção e a identificação das novas comunidades como um novo problema.

A partir do ano 2000 os moradores de Pedra de Guaratiba já haviam percebido que as expectativas construídas nas décadas anteriores não se cumpriam e que toda a região havia tomado novos rumos. Para os antigos moradores as antigas reivindicações para a melhoria do bairro já não servem mais. A partir do ano 2000, a violência, a infraestrutura em transportes, escolas e outras questões próprias de qualquer outro bairro da cidade, tornaram-se mais prementes. Novos problemas exigem novas demandas, mostrando que o espaço de experiência das três últimas décadas do século XX e o consequente horizonte de expectativas frustrado fizeram surgir novos horizontes, talvez menos ambiciosos, porém mais realistas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A representação historiadora é de fato uma imagem presente de uma coisa ausente; mas a própria coisa ausente desdobra-se em desaparecimento e existência no passado. As coisas passadas são abolidas, mas ninguém pode fazer com que não tenham sido. (RICOEUR, 2000, p. 294).

A pesquisa que desenvolvi aqui teve como delimitação espacial a Região Administrativa Guaratiba, localizada na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro e, mais especificamente, o bairro de Pedra de Guaratiba, situado dentro daquela região. A demarcação temporal balizou-se na análise específica das três últimas décadas do século XX, embora tenha estendido minhas buscas para décadas anteriores, no sentido de verificar como se deu a passagem da antiga vida rural para as primeiras formas de ocupação urbana, e também de alguns anos mais recentes, quando recrudescer o processo de favelização local. Com esse proceder, foi possível dimensionar melhor o processo de mudanças ali ocorrido, bem como compreender as formas de ocupação do espaço pelas populações que migraram para a região nesse período. Também tive outras preocupações e busquei analisar as estratégias de adaptação dos novos habitantes ao lugar, o nível de relações que se estabeleceu entre eles e os antigos moradores do bairro de Pedra de Guaratiba e, por fim, o impacto que as migrações causaram neste bairro.

Tive a cooperação dos alunos da Escola Deborah Mendes de Moraes que se empenharam em pesquisar, junto aos seus responsáveis, a origem e a trajetória de suas famílias antes da chegada a Guaratiba. A maioria dos alunos desta escola são moradores do Piraquê e da Reta e é neste espaço que se relacionam e estabelecem as fronteiras que os diferenciam entre si. Através dessa pesquisa foi possível ainda avaliar o perfil dos moradores das favelas do Piraquê e da Reta, locais de moradia da maioria dos alunos. Também contei com a colaboração de oito pessoas, moradoras de diferentes lugares da região, que se dispuseram a dar seus depoimentos, os quais foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Confrontei os depoimentos e os resultados das pesquisas de campo sobre as localidades envolvidas nesta pesquisa com outros estudos acadêmicos recentes sobre a região assim como com as notícias publicadas em jornais, ao longo da segunda metade do século XX. O acervo do Jornal do Brasil foi particularmente importante devido à facilidade de acesso através da Biblioteca Nacional.

Senti que havia necessidade de esclarecer a localização da XXVI Região Administrativa Guaratiba e dos bairros que a compõem, Barra de Guaratiba, Pedra de Guaratiba e Guaratiba, por tratar-se de um lugar pouco conhecido dos moradores de outras regiões da cidade. Assim, apresentei as delimitações geográficas de Guaratiba, que na década de 1980 estava incorporada a Região Administrativa Campo Grande, bem como a delimitação dos bairros acima citados, que tiveram seus limites geográficos definidos em 1985.

Verifiquei a ação de grileiros por toda a região, principalmente entre as décadas de 1959 e 1980, expulsando os posseiros que ali viviam há muitos anos. Essa situação decorria da forte valorização imobiliária dada a partir dos anos 50 na região de Guaratiba, quando as antigas fazendas e sítios deram lugar a grandes empreendimentos que as dividiram em pequenos lotes. Essa valorização acompanhou o movimento que ocorreu em toda a cidade, na época, Distrito Federal, decorrente do acelerado crescimento demográfico que se deu a partir da década de 1940, como consequência da industrialização da Região Sudeste do país, que passou a atrair parte significativa de sua mão de obra da Região Nordeste do país. Grande parte da população que chegou a cidade estabeleceu-se em favelas, que se multiplicaram nas décadas seguintes. Morar em favelas significava não pagar aluguel e estar próximo à maior oferta de postos de trabalho. No entanto, diante do incômodo causado pela presença das favelas nos bairros nobres da cidade, os governos da época transferiram muitas favelas para a Zona Oeste, alojando os moradores em conjuntos habitacionais localizados em Santa Cruz e Campo Grande, bairros vizinhos a Guaratiba. Toda a Zona Oeste era até então o cinturão rural da cidade, mas as políticas públicas exercidas a partir da década de 1960, no recém-instituído Estado da Guanabara, começaram a traçar um novo perfil que a dividia em área receptora de grandes indústrias e de grandes empreendimentos imobiliários, pelos vastos terrenos livres que oferecia. Guaratiba, entretanto, tinha um diferencial, pois abrigava grandes extensões de mata atlântica original, além dos únicos manguezais da Guanabara. Por isso, seu modelo de desenvolvimento dividia-se não só em espaços destinados a loteamentos, a instalação de indústrias, mas também em áreas destinadas a preservação ambiental.

Constatee que uma nova visão sobre a favela e seus moradores nasceu com a fusão entre os Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em meados dos anos 70, e com a abertura política na década seguinte. As novas políticas públicas investiram no saneamento e urbanização das favelas da cidade e as remoções foram abandonadas. A melhoria das condições de vida dentro das favelas gerou especulação imobiliária que encareceu as moradias dos pobres. Morar nas favelas mais centrais, localizadas nos morros da cidade e seus arredores, onde as oportunidades de trabalho eram maiores, sem grandes gastos em

transportes, já não era tão fácil para os novos imigrantes. Nos anos 80 e 90, outro elemento foi incorporado à vida nessas favelas: o tráfico de drogas e a conseqüente violência. Todas essas transformações obrigaram os novos migrantes a buscar opções mais baratas de moradia e elas estavam na Zona Oeste. Entre as décadas de 1960 e 1980, muitos loteamentos foram abandonados. Muitas pessoas compraram lotes, mas não pagaram e muitos empreendimentos faliram e não cumpriram com a urbanização planejada. Assim nasceu a favela da Reta, que estudei aqui, composta do loteamento Jardim Guaratiba e de parte do loteamento Jardim Cinco Marias. Os poucos moradores muito antigos compraram seus lotes das firmas de empreendimentos imobiliários, outros moradores foram ocupando gradativamente os lotes abandonados e trazendo suas famílias para ocupar lotes vizinhos. A outra favela que estudei foi a do Piraquê, que guarda semelhanças e diferenças com a Reta. Semelhanças quanto à forma de ocupação inicial, paulatina e familiar, e diferenças quanto à organização espacial, já que a Favela do Piraquê se formou às margens do rio de mesmo nome e não tinha arruamento organizado.

Analisei se as diferenças entre as duas favelas poderiam ter como causa a origem e a trajetória dos moradores e concluí que esta justificativa não procedia, porque nas duas favelas a origem dos moradores é predominantemente da Região Nordeste do país e também as trajetórias são semelhantes, tendo grande parte deles vivido em outras favelas da cidade antes de se estabelecerem em Guaratiba. Após observar a dinâmica das ocupações nas duas favelas, demonstrei que as diferenças apoiavam-se nas estratégias de ocupação que tomaram rumos diversos ao final da década de 1990. Se inicialmente as formas de ocupação das duas favelas foram semelhantes, a partir da segunda metade dos anos 90, a Reta sofreu uma onda de invasões, fato este apontado como responsável pela introdução do tráfico de drogas no lugar. Já o Piraquê não sofreu invasões organizadas e não recebeu o tráfico de drogas.

Observei, no entanto, que apesar das diferenças, aos olhos dos moradores do bairro de Pedra de Guaratiba, localizado geograficamente entre essas duas favelas, tanto uma quanto a outra tinha a fama de local de violência e de pobreza. Um dos maiores prejuízos causados pela presença dos recém-chegados, do ponto de vista dos moradores de Pedra de Guaratiba, é a contribuição que dá à poluição da Baía de Sepetiba com o despejo de esgoto doméstico. O bairro de Pedra de Guaratiba é o lugar mais populoso da região e também o de povoamento mais antigo. Seus moradores orgulham-se de sua história que remonta o século XVI. Até o início da década de 1970, o principal meio de vida dos moradores era a pesca. Em Barra de Guaratiba dava-se o mesmo, enquanto em toda a extensão de Guaratiba, mais vasta e menos populosa, predominava a agricultura e a pecuária. Guaratiba, amalgamada a Campo Grande,

era o principal reservatório rural do então Estado da Guanabara, seguida pela região de Santa Cruz.

Apurei que o orgulho de ser pescador sempre esteve presente nas famílias antigas de Pedra de Guaratiba, a despeito das dificuldades que esta profissão apresentava. Através dos depoimentos dos entrevistados, ficou demonstrado o quanto a pesca era uma profissão pouco rentável e que muitos a dividiam com outras atividades para sobreviver, mas também percebi que esta atividade representava a identidade do lugar tanto para os moradores mais antigos do bairro, como para os que o visitavam. Até os anos 70, Pedra de Guaratiba era reconhecida como uma colônia de pescadores que oferecia praias de águas calmas, frutos do mar em abundância e uma lama considerada medicinal. Do final da década em diante, a decadência da pesca já se acentuava em decorrência da utilização de redes proibidas e do aumento do número de pescadores. Durante as décadas de 1980 e 1990, a fama do bairro foi canalizada para a crescente presença de artistas plásticos, que promoviam exposições, e também para a gastronomia especializada em frutos do mar oferecidos pelos diversos restaurantes locais.

Registrei o breve período em que o bairro de Pedra de Guaratiba viu suas referências culturais, antes inerentes exclusivamente à atividade pesqueira, serem acrescidas, com a presença de artistas plásticos, de uma nova tradição do lugar ligada às artes e que, junto com antigas e novas entidades locais, como a *Sociedade Musical Deozílio Pinto*, as associações de moradores, a *Casa de Cultura e Ecologia*, o *Movimento Acorda Pedra*, entre outros, trataram de preservar o passado e construir uma história que remonta o século XVI. Nas últimas décadas do século XX, com o intenso crescimento populacional de toda a região de Guaratiba, o bairro de Pedra de Guaratiba viu-se cercado de favelas e com uma qualidade de vida que se deteriorava. Os moradores do bairro esperavam que no futuro Pedra de Guaratiba se mantivesse como um balneário tranquilo, mas que também se transformasse em um lugar de turismo e que recebesse infraestrutura suficiente para absorver os novos moradores e visitantes sem a degradação ambiental que se seguiu. Viram suas expectativas frustradas e lutaram para estabelecer fronteiras que demarcassem e diferenciassem o bairro das outras localidades de Guaratiba e da Zona Oeste da cidade, a partir de sua história e de suas antigas e novas tradições.

Concluí, finalmente, que o surgimento das favelas do Piraquê e da Reta, embora não tenha sido o único fato responsável pela degradação ambiental da região, representou o espaço de experiência que transformou Pedra de Guaratiba em um dos bairros mais pobres da cidade e retirou de seus antigos moradores o horizonte de expectativas de manter o lugar como um balneário tranquilo e ao mesmo tempo transformado em recanto turístico.

Novos questionamentos surgiram no decorrer da investigação realizada nesta pesquisa. Porém, não pude e não poderia mesmo ampliar meu espectro de preocupações a serem analisadas aqui. Observei, por exemplo, que o Piraquê, a partir do ano 2000 sofreu um crescimento acelerado, semelhante ao ocorrido na Reta, cinco anos antes, mas não foi possível avaliar suas consequências para além da delimitação temporal na qual me propus a trabalhar. As rápidas transformações ocorridas a partir da segunda metade do século XX em toda a região de Guaratiba e, por extensão, em toda a Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, oferecem um amplo material para novas e importantes investigações. Uma pesquisa de fôlego poderia, por exemplo, dar conta de esclarecer os conflitos de terra ocorridos entre as décadas de 1940 e 1980 em Guaratiba e sua estreita relação, se houver, com os grandes empreendimentos imobiliários da cidade. A política de reforma agrária do Presidente João Goulart iniciada em Guaratiba, as especificidades do polo urbano de Campo Grande nos anos 50, a ação dos políticos da Zona Oeste sobre as demandas da região e muitas outras questões encontram-se à espera de novas pesquisas no campo das ciências humanas e sociais.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2013.
- ALEM, Adriano. Breve relato sobre a formação das Divisões Administrativas da Cidade do Rio de Janeiro – 1961-2006. **Coleção Estudos Cariocas**, IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, N° 20100501, Maio/2010, p.61. Publicação eletrônica in: www.armazemdedados.rio.rj.gov.br.
- AMOROSO, Mauro. **Dois faces da mesma fotografia: atraso versus progresso na cobertura fotoperiodística de favelas do Correio da Manhã**. In: MELLO, Marco Antonio da Silva. [et al.]. *Favelas cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BARTH, Fredrick. *Os grupos étnicos e suas fronteiras*. In: **O guru, o iniciador, e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BECKER, Jean-Jacques. *O handicap do a posteriori*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 27-31.
- BÉDARIDA, François. *Definición, método y práctica de la Historia del Tiempo Presente*. In: **Cuadernos de Historia Contemporánea**, 1998, número 20, 19-27.
- _____. *Tempo presente e presença da história*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 219-229.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BREDARIOL, Celso S. **Conflito ambiental e negociação para uma política local de meio ambiente**. Tese de Doutorado em Planejamento, dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2001.
- BRUM, Mário Sérgio. **Tráfico, favelas e a cidade do Rio de Janeiro**. In: Revista Cantareira, UFF. Disponível em <http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/05/e04a06.pdf>.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CEZAR, P. B. **Evolução da População de Favelas na Cidade do Rio de Janeiro. Uma Reflexão sobre os Dados Mais Recentes**. Coleção Estudos da Cidade, IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2002.

CORRÊA, Magalhães. **O sertão carioca**. Rio de Janeiro: IHGB; Imprensa Nacional, 1936.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Coletânea 1844, Rio de Janeiro. Disponível através do acervo digital da Biblioteca Nacional em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>, acesso entre agosto/2013 e junho/2015.

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA, com Acordo Ortográfico [*on line*]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. Disponível em: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/>, acesso em 01/03/2015.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FARIA, Teresa Cristina de Almeida. **Favelas na periferia: (re)produção ou mudança nas formas de produção e acesso à terra e moradia pelos pobres na cidade do Rio de Janeiro nos anos 90**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2004.

FEEMA. *Sepetiba: outra baía de problemas*. **Revista FEEMA**. Rio de Janeiro: FEEMA, n° 9, ano II, Março-Abril/1993.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente: desafios*. In: **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, n° 3, p.111-124, maio-junho/2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes e GRZYNSZPAN, Mario. *A volta do filho pródigo ao lar paterno? A fusão do Rio de Janeiro*, in: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.) **Rio de Janeiro: uma cidade na História**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000, p.117-137.

FRANÇOIS, Etienne. *A fecundidade da história oral*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 3-13.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Coletânea 1950-1956, Rio de Janeiro. Disponível através do acervo digital da Biblioteca Nacional em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>, acesso entre agosto/2013 e junho/2015.

GERSON, Brasil. **História das Ruas do Rio**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 5ª edição, 2000.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *O inquisidor como antropólogo: Uma analogia e as suas implicações*. In: _____. **A micro história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In: _____, **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

GRENDI, Edoardo. *Repensar a micro-história?*. In: REVEL, Jacques. (org.) **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**, Rio de Janeiro: FGV, 1998.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Dp&A, 2001.

HOBBSBAWM, Eric J. *O presente como história: escrever a história de seu próprio tempo*. In: **Novos Estudos**. CEBRAP, N.º 43, pp. 103-112, novembro/1995

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. Págs. 9-23.

JORNAL DO BRASIL. Coletânea 1940-2003, Rio de Janeiro. Disponível através do acervo digital da Biblioteca Nacional em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>, acesso entre agosto/2013 e junho/2015.

KNEIP, Lina Maria (coord.). **Coletores e pescadores pré-históricos de Guaratiba Rio de Janeiro**. UFRJ, Rio de Janeiro; UFF, Niterói, 1987.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado, contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

LAGO, L. C. *Segregação socioespacial e condições urbanas de vida nos anos 80: a metrópole do Rio de Janeiro em Questão*. **Anais do XI Encontro Nacional da Abep**, 1998 - abep.nepo.unicamp.br

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios)

LEVI, G. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro, 2000.

LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MANSUR, André Luis. **O Velho Oeste Carioca**. Volume II. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2012.

MOTA, M^a Sarita Cristina. **Nas terras de Guaratiba- uma aproximação histórico-jurídica às definições de posse e propriedade da terra no Brasil entre os séculos XVI-XIX**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ. Seropédica, RJ, 2009.

NORONHA SANTOS, Francisco Agenor. **As Freguesias do Rio Antigo**. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1965.

O GRITO. **A história do seu bairro. Hoje – Pedra de Guaratiba.** Disponível em <http://ogritocampograndeozeste.blogspot.com.br/2015/03/a-historia-do-seu-bairro-hoje-pedra-de.html>, acesso em 20/03/2015.

PERLMAN, Janice E. **The myth of marginality revisited. The case of favelas in Rio de Janeiro, 1969-2003**, Arquivo digital publicado em 24/03/2005, disponível em <http://siteresources.worldbank.org/INTURBANDEVELOPMENT/Resources/336387-1269364699096/6892630-1269364758309/perlman.pdf>

PIMENTEL, Maria das Dores Mendes, **Memórias e narrativas de pescadores de Pedra de Guaratiba: urbanização e espaço social (1973-2003)**. Dissertação de Mestrado em Memória Social e Documento da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO. Rio de Janeiro, RJ, 2004.

PONI, Carlo; GINZBURG, Carlo. *O nome e o como*. In: GINZBURG, Carlo. **A micro história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Armazém de Dados. Portal Eletrônico. Portal contendo mapeamentos digitais e bases de dados do município do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>, acesso entre maio/2014 e junho/2015.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - IPP. Mapas digitais da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/mapa_digital_rio/?config=config/ipp/basegeoweb.xml, acesso entre maio/2014 e junho/2015.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – IPP. *Migração. Cadernos do Rio*, junho/2013.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL; AGACHE, A. **Cidade do Rio de Janeiro: Extensão-Remodelação-Embelezamento**. Paris: Foyer Brésilien, 1930. Disponível em <http://planourbano.rio.rj.gov.br>, acesso em 27/05/2015.

QUEIROZ, Raquel Fassini Esperança. **As especificidades naturais de Ilha de Guaratiba e o impactos ambientais provenientes do processo de urbanização**. Monografia de especialização em Educação Ambiental. AVM Faculdade Integrada. Rio de Janeiro, RJ, 2011.

REVEL, Jacques. *A história ao rés do chão*, In: Levi, G. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro, 2000. Prefácio.

_____. *Microanálise e construção do social*. In: _____, (org.) **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

RIO DE JANEIRO (Cidade). **Lei nº 840/86 em 24/05/1986**. Publicado no DCM, em 28/05/1986, p. 3. Publicado no D.O. RIO, em 28/05/1986, p. 7.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica – teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

SANTOS, Joaquim Justino Moura dos. *História do lugar: um método de ensino e pesquisa para as escolas de nível médio e fundamental*. In: **História, Ciências, Saúde**. Manginhos, Rio de Janeiro, vol. 9(1): 105-24, janeiro-abril/2002.

SOARES, Maria Therezinha de Segadas. *Fisionomia e Estrutura do Rio De Janeiro*. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, nº 3, ano XXVII, julho-setembro, 1965.

SINGER, Paul. *Uso do solo urbano na economia capitalista*. In: MARICATO, E. (org.). **A produção capitalista da casa (e a cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, p. 21-36.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ÚLTIMA HORA. Coletânea 1951-1984, Rio de Janeiro. Disponível através do acervo digital da Biblioteca Nacional em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>, acesso entre agosto/2013 e junho/2015.

VALLADARES, Licia. **A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais**. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 15, n. 44, Oct. 2000.

VINHAS, Antonio Lopes Ferreira. **Pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba, Rio de Janeiro (RJ): os diferentes conflitos pela identidade**. Dissertação de Mestrado em Geografia, pela PUC, Rio de Janeiro, RJ, 2011.

VOLDMAN, Danièle. *Definições e usos*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 33-41.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro das entrevistas.

Identificação, origem e história de vida:

- Nome
- Data e local de nascimento
- Endereço e com quem vive
- Tempo em que vive no local
- Motivações para residir no lugar
- Informações sobre os pais
- Escolaridade
- Profissão e fonte de renda atual
- Tempo de atuação na profissão
- Se tem outra profissão
- Por que escolheu esse local para morar
- Se pretende sair ou ficar

Transformações observadas no lugar:

- Como era o lugar quando chegou
- Se há alguma percepção de mudança no local
- Quais
- Por quê
- Mudanças ambientais observadas
- Impacto sobre a vida local
- Sua opinião sobre isso
- O que precisa ser melhorado
- Se há alguma forma de mobilização conjunta para solução de problemas
- A violência no local sempre foi a mesma ou mudou
- Qual a convivência com os moradores das outras localidades próximas
- Se há diferenças entre os moradores das comunidades distintas
- Quais
- O que se esperava do poder público para melhorar a região que não foi atendido

APÊNDICE B – Perguntas da pesquisa realizada pelos alunos da Escola Municipal Deborah Mendes de Moraes junto aos seus responsáveis.

PESQUISA: AS FORMAS DE ADAPTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO PELAS POPULAÇÕES IMIGRANTES EM GUARATIBA.

Endereço: _____

Tel/Cel: _____

Quantas pessoas vivem na mesma casa, incluindo você?: _____

() PIRAQUÊ
 () RETA
 () OUTROS

Insira seu nome e dos adultos mais velhos que residem em sua casa.		
Nº	NOME	PARENTESCO
1		Você
2		
3		

Siga os números e responda as perguntas seguintes de acordo com o número correspondente ao seu nome no quadro acima.

Nº	IDADE	CIDADE E ESTADO ONDE NASCEU?	ANO QUE VEIO PARA O RJ?
1			
2			
3			

Nº	ESTUDA? (SIM/NÃO)	ESCOLARIDADE	TRABALHA? (SIM/NÃO)	EM QUE TRABALHA? (PROFISSÃO)
2				
3				

Nº	EMPREGOS ANTERIORES NO RJ	EM SUA CIDADE NATAL
2		
3		

As perguntas seguintes são para o adulto responsável mais velho da família.

Quanto ao LUGAR ONDE VIVE HOJE, responda:

Nº: _____

O que você já sabia sobre a cidade do Rio de Janeiro antes de vir morar aqui?

Quais as suas expectativas? O que você esperava encontrar de bom?

As suas expectativas foram atendidas ou você se sente decepcionado? Por quê?	
<hr/> <hr/>	
Por que escolheu a região de Guaratiba para morar?	
<hr/> <hr/>	
Toda a família veio ao mesmo tempo para Guaratiba? (SIM) (NÃO). Relate como foi.	
<hr/> <hr/>	
Relate quais cidades do Brasil ou bairros da cidade do Rio de Janeiro você já morou antes.	
<hr/> <hr/>	
Já morou em outro (s) bairro(s) do Rio de Janeiro? (SIM) (NÃO)	
Qual(is)? _____	
Você tem parentes que moram em outros bairros da cidade? (SIM) (NÃO)	
Qual(is) bairros? _____	
Você pretende se mudar-se? (SIM) (NÃO)	Para onde? _____
Sua casa é: <input type="checkbox"/> Própria <input type="checkbox"/> Alugada <input type="checkbox"/> Emprestada por parente ou amigo <input type="checkbox"/> Outros _____	Quantos cômodos têm a sua casa? _____
	A rua é asfaltada? (SIM) (NÃO)
	Tem água encanada? (SIM) (NÃO)
	Tem rede de esgoto? (SIM) (NÃO)
O que você acha positivo no lugar onde vive? <input type="checkbox"/> Comércio próximo <input type="checkbox"/> Transporte <input type="checkbox"/> Oportunidade de trabalho <input type="checkbox"/> Outros: _____	Qual(is) o(s) problema(s) que você identifica na comunidade onde vive? <input type="checkbox"/> Enchente <input type="checkbox"/> Saneamento <input type="checkbox"/> Transporte <input type="checkbox"/> Desemprego <input type="checkbox"/> Outros: _____
Descreva o que você acredita que deva ser feito para melhora o lugar onde vive: <hr/> <hr/>	
O que você e sua família costumam fazer para se divertir nos fins de semana? <hr/> <hr/>	

APÊNDICE D – Fotografias da Região.



Baía de Sepetiba vista de Pedra de Guaratiba (2014).
Fonte: Acervo pessoal.



Colônia Z-14, de Pedra de Guaratiba, fundada em 1912 (2013).
Fonte: Acervo pessoal.



Entrada da Rua da Capelinha, primeira rua do Piraquê (2015).
Fonte: Acervo pessoal.



Rio Piraquê (2015).
Fonte: Acervo pessoal.



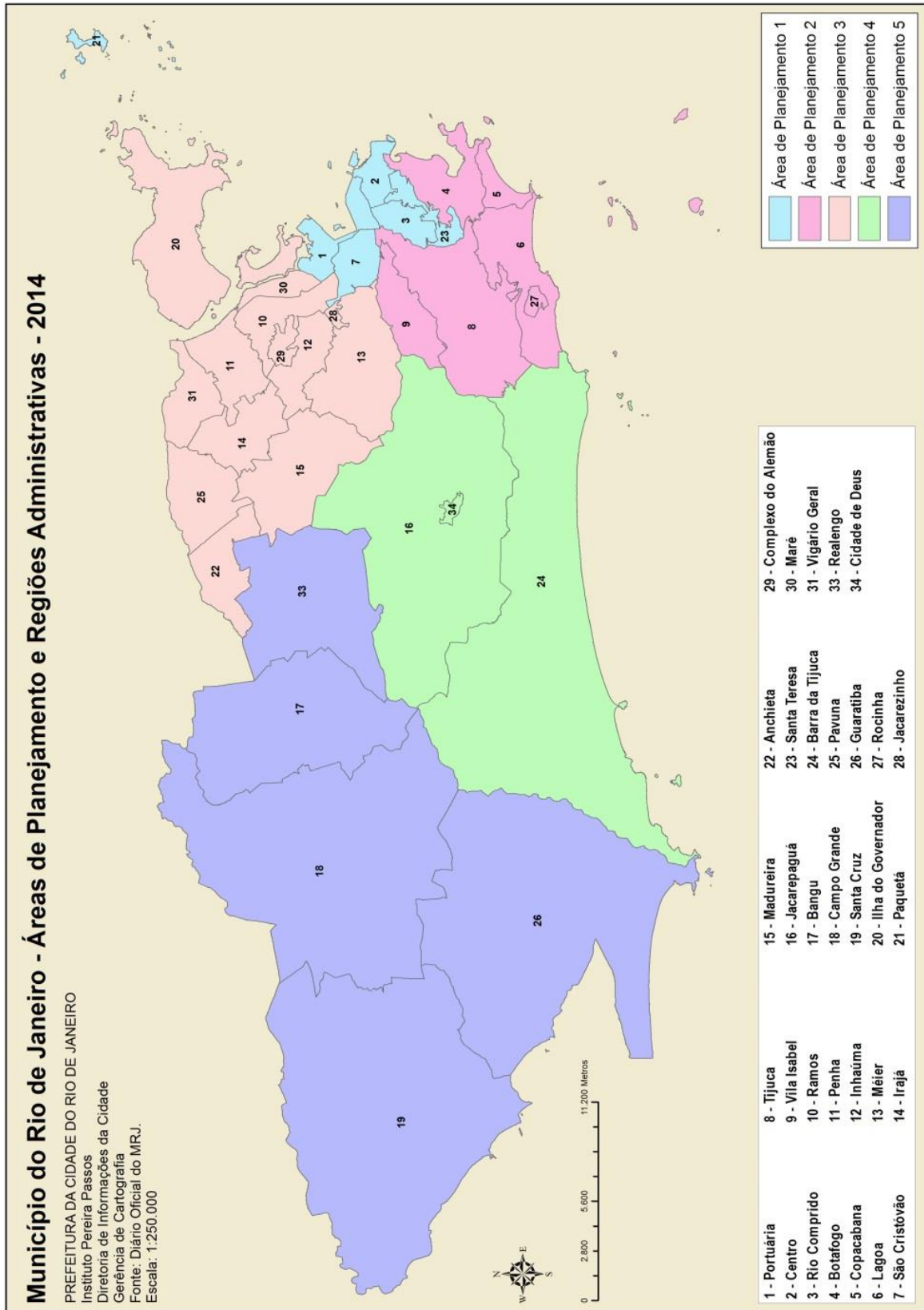
Escola Municipal Deborah Mendes de Moraes (2013).
Fonte: Acervo da escola.



Jardim Guaratiba, Reta (2015).
Fonte: Acervo pessoal

ANEXOS

ANEXO A – Áreas de Planejamento da cidade do Rio de Janeiro e seus respectivos bairros.



Fonte: Armazém de Dados, IPP, Prefeitura do Rio de Janeiro.

ANEXO B – Os limites dos bairros da RA Guaratiba.

“Delimitação do bairro Guaratiba, Código 151, segundo o Decreto No 5.280 de 23 de agosto de 1985 “Da Praia da Capela, na Baía de Sepetiba, pelo prolongamento da Avenida Carlos da Silva Rocha e, por esta (excluída) atravessando a Estrada da Matriz, até o entroncamento com a Rua Soldado Prim Canes; deste ponto, pelo prolongamento do alinhamento da Avenida Carlos da Silva Rocha, até a Rua 25 do PAL 18.529; por esta (incluída) até a Estrada da Capoeira Grande; por esta (incluída) até a Estrada do Catruz; por esta (excluída) até a Rua Maestro Deozílio; por esta (excluída) e por seu prolongamento, até a Baía de Sepetiba; daí, pelo litoral, passando pela Praia do Aterro (incluída) até a foz do Rio do Ponto ou Piaí, no Saco do Piaí; pelo leito deste, atravessando a Estrada do Piaí, até a Estrada da Pedra; por esta (incluída) até o entroncamento com a Rua General Alexandre Barreto (excluída); daí, subindo o espigão até o ponto de cota 157m na Serra do Cantagalo; deste ponto, pela cumeada em direção nordeste, até o ponto de cota 203m, deste ponto, em direção norte, passando pelos pontos de cota 178m, 194m, 157m e 153m, até o ponto de cota 249m no Morro de Santa Eugênia; deste ponto, por uma linha reta em direção leste, até o ponto de cota 227m na serra de Inhoaíba; deste ponto, pela cumeada e pelo espigão passando pelos pontos de cota 242m, 187m, 184m, 154m e 119m, até o ponto de cota 78m; deste ponto, descendo em linha reta, em direção ao entroncamento da Estrada do Magarça com a Rua Campo Formoso; por esta (excluída) até a Estrada do Mato Alto; por esta (excluída) até o Rio Cabuçu; pelo leito deste, até o entroncamento com a Avenida Alhambra; por esta (excluída) até a Rua Jorge Sampaio; por esta (excluída) até a Estrada da Cachamorra; seguindo por esta (incluída) até a Rua José Capanema; por esta (incluída) até o seu final; daí, pela vertente, até o ponto mais alto do Morro do Cabuçu (cota 568m); deste ponto, descendo e subindo as vertentes e atravessando a Estrada das Tachas em linha reta, até o ponto culminante do Morro dos Caboclos (cota 688m); deste ponto, seguindo pela cumeada em direção sul, passando pelo ponto mais alto do Morro da Toca Grande, descendo e subindo os espigões e atravessando a Estrada da Toca Grande no ponto de cota 346m, até o ponto de cota 444m; deste ponto, descendo e subindo os espigões, atravessando a Estrada do Morgado no ponto de cota 248m, até o Pico do Morgado (cota 398m); deste ponto, pela cumeada passando pelo Morro da Boa Vista (cota 334m), até o Morro da Ilha (cota 434m); deste ponto, descendo em linha reta a vertente, até encontrar o entroncamento da Estrada da Grota Funda com a Avenida das Américas; por esta (incluído apenas o lado par) até a Estrada da Barra da Guaratiba; por esta (excluída) até a ponte de acesso ao Campo de Provas da Marinha (limite da ZE-6, Decreto nº

4.528, de 27/11/70); por esta (incluída e incluindo o trecho da Restinga da Marambaia pertencente ao Município do Rio de Janeiro) e pela orla da Baía de Sepetiba, ao ponto de partida, incluindo sob sua jurisdição as ilhas de Guaraguessaba e do Urubu e ainda as ilhas da Barra de Guaratiba.” (ALEM, op. cit., p. 60-61)

“Delimitação do bairro Pedra de Guaratiba, Código 153, segundo o Decreto No 5.280 de 23 de agosto de 1985 “Da praia da Capela, na Baía de Sepetiba, seguindo pelo prolongamento da Avenida Carlos da Silva Rocha e por esta (incluída) atravessando a Estrada da Matriz, até o entroncamento com a Rua Soldado Prim Canes; deste ponto, pelo prolongamento do alinhamento da Avenida Carlos da Silva Rocha, até a Rua 25 do PAL 18.529; por esta (excluída) até a Estrada da Capoeira Grande; por esta (excluída) até a Estrada do Catruz; por esta (incluída) até a Estrada da Pedra; por esta (incluída) até a Rua Maestro Deozílio; por esta (incluída) e por seu prolongamento, até a Baía de Sepetiba; daí, por sua orla, incluindo as Praias da Venda Grande, da Pedra e da Capela, ponto de partida.” (ALEM, op. cit., p. 61-62)

“Delimitação do bairro Barra de Guaratiba, Código 152, segundo o Decreto No 5.280 de 23 de agosto de 1985 “Do Oceano Atlântico, no local denominado Saco dos Meros (incluindo, excluído a Ponta da Praia Funda), subindo e descendo o espigão, passando pelo ponto de cota 96m, até a Garganta da Praia Funda (cota 13m); deste ponto, subindo o espigão do Morro de Guaratiba até o ponto de cota 334m e, pela cumeada, até o Morro de São João da Mantiqueira (cota 273m); deste ponto, descendo e subindo o espigão em direção norte, passando pela Garganta do Grumari (cota 108m); atravessando a Estrada do Grumari, até o ponto de cota 237m no Morro da Faxina; deste ponto, pela cumeada em direção norte, até o ponto de cota 394m; deste ponto, descendo e subindo os espigões em direção nordeste, passando pelos pontos de cota 298m, 358m, 392m, 339m e 413m, até o ponto culminante do Morro Santo Antônio da Bica (cota 482m), deste ponto, pela cumeada, passando pelos pontos de cota 452m, 383m e 324m, até o ponto de cota 279m; deste ponto, descendo o espigão, até encontrar o entroncamento da Estrada da Grota Funda com a Avenida das Américas; por esta (incluindo apenas o lado ímpar) até a Estrada da Barra de Guaratiba; por esta (incluída) até a ponte de acesso ao Campo de Provas da Marambaia (limite da ZE-6, Decreto nº 4528, de 27 /11/70 (excluída); daí, pela Praia da Barra de Guaratiba (incluída) e pela orla marítima ao ponto de partida, incluindo sob sua jurisdição as ilhas do Frade e Rasa de Guaratiba.” (ALEM, op. cit., p. 61).

ANEXO C – Tabelas completas sobre a população residente no Rio de Janeiro em 1991, 1996 e 2000.

População residente no Município do Rio de Janeiro segundo tipo de setor censitário (normal x subnormal) por Área de Planejamento e Região Administrativa, 1991 / 1996 / 2000

Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas (1)	1991			1996			2000		
	Total	Subnormal	Normal	Total	Subnormal	Normal	Total	Subnormal	Normal
Total	5 480 778	882 483	4 598 295	5 551 538	952 429	4 599 109	5 851 914	1 092 783	4 759 131
Área de Planejamento 1	303 695	85 588	218 107	282 544	83 685	198 859	268 942	77 245	191 697
I RA Portuária	44 085	17 028	27 057	40 727	16 971	23 756	39 955	17 400	22 555
II RA Centro	49 095	0	49 095	42 239	-	42 239	39 116	0	39 116
III RA Rio Comprido	82 344	23 229	59 115	81 095	25 484	55 611	73 628	22 876	50 752
VII RA São Cristóvão	80 360	36 423	43 937	72 354	33 148	39 206	71 680	28 631	43 049
XXI RA Paqueta	3 257	0	3 257	2 723	-	2 723	3 421	0	3 421
XXIII RA Santa Teresa	44 554	8 908	35 646	43 406	8 082	35 324	41 142	8 338	32 804
Área de Planejamento 2	1 034 612	127 561	907 051	1 004 785	137 902	866 883	996 131	146 380	849 751
IV RA Botafogo	251 668	13 341	238 327	250 220	17 491	232 729	238 673	14 430	224 243
V RA Copacabana	169 680	8 621	161 059	168 836	13 773	155 063	160 834	10 568	150 266
VI RA Lagoa	177 072	14 208	162 864	174 115	14 904	159 211	173 744	18 076	155 668
VIII RA Tijuca	194 483	26 440	168 043	180 520	24 365	156 155	180 817	26 210	154 607
IX RA Vila Isabel	198 817	22 059	176 758	185 509	21 784	163 725	185 750	20 783	164 967
XXVII RA Rocinha	42 892	42 892	0	45 585	45 585	0	56 313	56 313	0
Área de Planejamento 3	2 323 990	479 661	1 844 329	2 297 712	505 092	1 792 620	2 352 582	545 011	1 807 571
X RA Ramos	147 497	45 441	102 056	144 961	46 517	98 444	150 352	40 743	109 609
XI RA Penha	314 981	49 126	265 855	304 200	51 357	252 843	318 649	75 770	242 879
XII RA Inhaúma	137 539	15 413	122 126	127 509	13 920	113 589	130 156	13 588	116 568
XIII RA Méier	423 013	38 184	384 829	398 591	43 345	355 246	398 251	38 020	360 231
XIV RA Irajá	210 889	23 702	187 187	205 893	26 031	179 862	202 876	25 878	176 998
XV RA Madureira	373 753	38 621	335 132	362 442	41 977	320 465	373 452	45 182	328 270
XX RA Ilha do Governador	197 158	48 371	148 787	199 347	52 952	146 395	211 377	57 224	154 153
XXII RA Anchieta	141 587	9 549	132 038	148 590	10 971	137 619	154 521	16 204	138 317
XXV RA Pavuna	179 256	59 812	119 444	197 538	59 521	138 017	197 066	73 625	123 441
XXVIII RA Jacarezinho	41 079	37 393	3 686	38 514	34 919	3 595	36 428	32 023	4 405
XXIX RA Complexo do Alemão	62 037	51 591	10 446	64 031	54 765	9 266	65 637	56 903	8 734
XXX RA Maré	95 201	62 458	32 743	106 096	68 817	37 279	113 817	69 851	43 966
Área de Planejamento 4	526 302	72 182	454 120	575 992	86 157	489 835	680 895	144 298	573 729
XVI RA Jacarepaguá (com XXXIV Cidade de Deus)	428 073	58 829	369 244	446 360	70 605	375 755	506 760	113 227	430 665
XXIV RA Barra da Tijuca	98 229	13 353	84 876	129 632	15 552	114 080	174 135	31 071	143 064
Área de Planejamento 5	1 292 179	117 491	1 174 688	1 390 505	139 593	1 250 912	1 553 364	179 849	1 373 515
XVII RA Bangu (com XXXIII Realengo)	595 960	74 476	521 484	619 745	84 572	535 173	658 968	98 498	560 470
XVIII RA Campo Grande	380 942	24 940	356 002	418 677	33 659	385 018	482 492	37 894	444 598
XIX RA Santa Cruz	254 503	16 613	237 890	277 776	19 574	258 202	311 120	39 144	271 976
XXVI RA Guaratiba	60 774	1 462	59 312	74 307	1 788	72 519	100 784	4 313	96 471

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991; Contagem da População 1996; e Agregado de Setores da Sinopse preliminar do Censo Demográfico 2000.

Tabulação: IPP/DIG.

Notas: (1) Os dados de 1991 para Rocinha, Complexo do Alemão, Maré, Lagoa, Ramos e Inhaúma, que foram criadas depois do Censo ou tiveram seus limites alterados, foram obtidos através da compatibilização entre os setores censitários.

2) Embora já estejam disponíveis os dados definitivos de 2000 para população total, estamos utilizando aqui os dados preliminares, que tratam dos setores subnormais. A diferença é da ordem de 0,1%.

Taxas geométricas médias anuais de crescimento da população residente no Município do Rio de Janeiro
segundo tipo de setor censitário (normal x subnormal), por Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas - 1991 / 1996 / 2000

Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas (1)	Taxas anuais médias de crescimento da população residente segundo tipo de setor censitário								
	(%) 1991 a 1996			(%) 1996 a 2000			(%) 1991 a 2000		
	Total	Subnormal	Normal	Total	Subnormal	Normal	Total	Subnormal	Normal
Total	0,26	1,54	0,0	1,33	3,50	0,86	0,73	2,40	0,38
Área de Planejamento 1	-1,43	-0,45	-1,8	-1,23	-1,98	-0,91	-1,34	-1,13	-1,42
I RA Portuária	-1,57	-0,07	-2,6	-0,48	0,63	-1,29	-1,09	0,24	-2,00
II RA Centro	-2,96	-	-3,0	-1,90	-	-1,90	-2,49	-	-2,49
III RA Rio Comprido	-0,31	1,87	-1,2	-2,39	-2,66	-2,26	-1,24	-0,17	-1,68
VII RA São Cristóvão	-2,08	-1,87	-2,3	-0,23	-3,60	2,37	-1,26	-2,64	-0,23
XXI RA Paquetá	-3,52	-	-3,5	5,87	-	5,87	0,55	-	0,55
XXIII RA Santa Teresa	-0,52	-1,93	-0,2	-1,33	0,78	-1,83	-0,88	-0,73	-0,92
Área de Planejamento 2	-0,58	1,57	-0,9	-0,22	1,50	-0,50	-0,42	1,54	-0,72
IV RA Botafogo	-0,12	5,57	-0,5	-1,17	-4,70	-0,92	-0,59	0,88	-0,67
V RA Copacabana	-0,10	9,82	-0,8	-1,21	-6,41	-0,78	-0,59	2,29	-0,77
VI RA Lagoa	-0,34	0,96	-0,5	-0,05	4,94	-0,56	-0,21	2,71	-0,50
VIII RA Tijuca	-1,48	-1,62	-1,5	0,04	1,84	-0,25	-0,81	-0,10	-0,92
IX RA Vila Isabel	-1,38	-0,25	-1,5	0,03	-1,17	0,19	-0,75	-0,66	-0,76
XXVII RA Rocinha	1,23	1,23	-	5,43	5,43	-	3,07	3,07	-
Área de Planejamento 3	-0,23	1,04	-0,6	0,59	1,92	0,21	0,14	1,43	-0,22
X RA Ramos	-0,35	0,47	-0,7	0,92	-3,26	2,72	0,21	-1,21	0,80
XI RA Penha	-0,69	0,89	-1,0	1,17	10,21	-1,00	0,13	4,93	-1,00
XII RA Inhaúma	-1,50	-2,02	-1,4	0,51	-0,60	0,65	-0,61	-1,39	-0,52
XIII RA Méier	-1,18	2,57	-1,6	-0,02	-3,22	0,35	-0,67	-0,05	-0,73
XIV RA Irajá	-0,48	1,89	-0,8	-0,37	-0,15	-0,40	-0,43	0,98	-0,62
XV RA Madureira	-0,61	1,68	-0,9	0,75	1,86	0,60	-0,01	1,76	-0,23
XX RA Ilha do Governador	0,22	1,83	-0,3	1,48	1,96	1,30	0,78	1,89	0,39
XXII RA Anchieta	0,97	2,82	0,8	0,98	10,24	0,13	0,98	6,05	0,52
XXV RA Pavuna	1,96	-0,10	2,9	-0,06	5,46	-2,75	1,06	2,34	0,37
XXVIII RA Jacarezinho	-1,28	-1,36	-0,5	-1,38	-2,14	5,21	-1,33	-1,71	2,00
XXIX RA Complexo do Alemão	0,63	1,20	-2,4	0,62	0,96	-1,47	0,63	1,09	-1,97
XXX RA Maré	2,19	1,96	2,6	1,77	0,37	4,21	2,00	1,25	3,33
Área de Planejamento 4	1,82	3,60	1,5	4,27	13,76	4,03	2,90	8,00	2,63
XVI RA Jacarepaguá (com XXXIV Cidade de Deus)	0,84	3,72	0,4	3,22	12,53	3,47	1,89	7,55	1,72
XXIV RA Barra da Tijuca	5,70	3,10	6,1	7,66	18,89	5,82	6,57	9,84	5,97
Área de Planejamento 5	1,48	3,51	1,3	2,81	6,54	2,37	2,07	4,84	1,75
XVII RA Bangu (com XXXIII Realengo)	0,79	2,58	0,5	1,55	3,88	1,16	1,12	3,15	0,80
XVIII RA Campo Grande	1,91	6,18	1,6	3,61	3,01	3,66	2,66	4,76	2,50
XIX RA Santa Cruz	1,77	3,33	1,7	2,87	18,92	1,31	2,26	9,99	1,50
XXVI RA Guaratiba	4,10	4,11	4,1	7,92	24,62	7,40	5,78	12,77	5,55

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991; Contagem da População 1996; e Agregado de Setores da Sinopse preliminar do Censo Demográfico 2000.

Tabulação: IPP/DIG.

Notas: (1) Os dados de 1991 para Rocinha, Complexo do Alemão, Maré, Lagoa, Ramos e Inhaúma, que foram criadas depois do Censo ou tiveram seus limites alterados, foram obtidos através da compatibilização entre os setores censitários.

2) Embora já estejam disponíveis os dados definitivos de 2000 para população total, estamos utilizando aqui os dados preliminares, que tratam dos setores subnormais. A diferença é da ordem de 0,1%.

ANEXO D – Área ocupada pela Favela do Piraquê – 1999/2004.

Favela do Piraquê e sua área em 1999, 2004 e crescimento, na Cidade do Rio de Janeiro.

Favela Piraquê	Área m ²		Variação	
	1999	2004	Absoluta (m ²)	%
	234.115,7	419.941,1	185.825,3	79,4

(Fonte: IPP/DIG - SABREN e Cartografia Digital)

Rio Piraquê, ortofoto 1999



Rio Piraquê, ortofoto 2004



Fonte: CAVALLIERI, Fernando; LOPES, Gustavo Peres. *Favelas cariocas: comparação das áreas ocupadas – 1999/2004*. Coleção Estudos Cariocas. Dez/2006, IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, p. 19 e 40.